ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

ATA N° 032 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1° SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
2ª SECRETÁRIA - DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão Ordinária.

Convido a Deputada Serys Slhessarenko para assumir a 2ª Secretaria e proceder à leitura da Ata.

(A SRª DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO ASSUME A 2ª SECRETARIA E, EM SEGUIDA, PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Sr. 1° Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O SR. 1° SECRETÁRIO (LÊ) - "Ofício do Secretário-Chefe da Casa Civil, remetendo resposta ao Requerimento de Informação n° 17/99, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro."

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem reunimo-nos com o Sr. Secretário de Fazenda, Dr. Válter Albano, que nos solicitou que comunicássemos aos Srs. Deputados que, independentemente de convocação, ele estaria pronto a vir aqui prestar esclarecimentos, apenas motivado por um convite da Assembléia Legislativa, para discutir a respeito desse rumoroso caso que corre pela imprensa de Mato Grosso em relação à Secretaria de Fazenda.

Então, Srs. Deputados, o Sr. Secretário de Fazenda está à disposição para vir aqui quantas vezes forem solicitadas, independentemente de convocação, que teria uma tramitação mais demorada.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Deputado Humberto Bosaipo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eu quero apresentar várias proposições:

1^a) INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Fazenda e ao Exm^o Sr. Secretário de Agricultura e Assuntos Fundiários, a necessidade de se reduzir em 100% a base de cálculo do ICMS na saída de embalagens de agrotóxicos tríplex lavadas no Estado.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução n^o 18, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Fazenda e ao Exm^o Sr. Secretário de Agricultura e Assuntos Fundiários, mostrando a necessidade de se reduzir em 100% a base de cálculo do ICMS na saída de embalagens de agrotóxicos tríplex lavadas no Estado.

JUSTIFICATIVA

A destinação das embalagens de agrotóxicos sempre foi um grave problema em nosso Estado. Antes da criação das Centrais de Recebimento das Embalagens de Agrotóxicos nos Municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde, Campo Novo do Parecis, Primavera do Leste e Rondonópolis, as embalagens eram jogadas em qualquer lugar, sem nenhum tipo de controle, poluindo o meio ambiente e colocando em risco a saúde humana e a dos animais. Com a criação dessas centrais nos Municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde, Campo Novo do Parecis, Primavera do Leste e Rondonópolis, as embalagens que antes eram jogadas em qualquer lugar passaram a ter um descarte correto.

As embalagens, depois de utilizadas, sofrem o processo de tríplex lavagem ainda na propriedade e, posteriormente, são encaminhadas ao Posto de Recebimento das Embalagens Tríplex Lavadas onde são separadas e prensadas para o envio à fábrica de conduites para reciclagem.

O preço de venda, hoje, desta mercadoria é de R\$250,00 (duzentos e cinqüenta reais) a tonelada, sendo que uma carreta leva, aproximadamente, 11.000Kg (onze mil quilos).

O frete com destino ao Estado de São Paulo, dependendo da época, gira em torno de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) e, também, é cobrado o ICMS da mercadoria e do frete. Este, por sinal, é cobrado sobre a carga completa, isto é, vinte e sete toneladas. Em torno de R\$400,00 (quatrocentos reais) é retido de imposto pelo Estado.

Considerando a importância da saída dessas embalagens do Estado, última etapa de um programa de destinação final de embalagens de agrotóxicos tríplex lavadas;

Considerando, também, que até o momento não existe nenhum tipo de aproveitamento comercial dessas embalagens em nosso Estado;

Considerando, ainda, a possibilidade das firmas de outros Estados suspenderem as compras dessas embalagens pelo baixo volume exportado, pelo alto custo e pela alta taxaação imposta;

Vimos solicitar a redução de 100% da base de cálculo do ICMS sobre a saída das embalagens de agrotóxicos tríplex lavadas provenientes dos Municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde, Campo Novo do Parecis, Primavera do Leste e Rondonópolis para fora do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL.

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, a necessidade de se criar a Ouvidoria na Polícia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, mostrando a necessidade de se criar a Ouvidoria na Polícia.

JUSTIFICATIVA

Originária da Suécia, onde se constitui uma tradição, a criação de serviços de *Ombudsman* tornou-se freqüente em várias sociedades de Primeiro Mundo e veio em resposta à necessidade de se aprimorar os processos de atendimento ao público. O conceito de *Ombudsman* surgiu para identificar profissionais encarregados de defender o cidadão perante os Poderes Públicos. Com o correr do tempo e com a sua adoção por vários países, o seu campo de atuação expandiu-se, passando a incluir jornais, bancos, empresas de comércio e serviços e outros organismos da sociedade civil.

No Brasil, os *Ombudsmen* foram introduzidos a partir do final dos anos 80, por iniciativa de algumas empresas, associações e órgãos públicos. Entre os exemplos mais conhecidos, podemos mencionar os serviços de *Ombudsman* do Banco Nacional, do Banco Real, da *Folha de São Paulo*, da *Folha da Tarde*, da ABINEE, da SUCESU, da PROCON.

Em nível de Governo, os *Ombudsmen* estão sendo criados em vários Estados, principalmente no âmbito da segurança pública, com absoluto sucesso. Inclusive, o anteprojeto de lei que propõe uma nova forma de organização das polícias, elaborado pelo Secretário Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, José Gregori, prevê a criação de ouvidorias em todos os Estados.

Os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, antecipando-se ao Governo Federal, já criaram suas ouvidorias. Em São Paulo, a Lei Complementar nº 826, de 20/06/97, deu caráter permanente à Ouvidoria daquele Estado. No Rio de Janeiro, a Lei nº 3.168, de 12/01/99, também deu caráter permanente à Ouvidoria daquele Estado.

Em Mato Grosso, observamos a existência da Ouvidoria no setor de saúde, tanto em nível estadual como municipal. A TELEMAT também já implantou a Ouvidoria.

Com esta indicação, em que sugerimos a criação da Ouvidoria da Polícia Militar, pretendemos criar um canal de reclamações, denúncias e sugestões para a população, melhorando, assim, o próprio serviço da Polícia, tanto Militar como Civil, em nosso Estado.

Em 1997, na Assembléia Legislativa, foi apresentada indicação semelhante. Como até hoje não foi criado esse canal de reivindicação tão esperado pela sociedade, resolvemos apresentar uma nova indicação.

Temos a certeza de que esta indicação é um anseio de toda a população mato-grossense. Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação da mesma.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade primordial da construção de uma ponte sobre o Rio Garças, no Município de General Carneiro.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade primordial da construção de uma ponte sobre o Rio Garças, no Município de General Carneiro.

JUSTIFICATIVA

A construção de uma ponte sobre o Rio Garças, no Município de General Carneiro, possibilitará a interligação de vastas regiões produtoras dos Municípios de Pontal do Araguaia, Torixoréu, Guiratinga e General Carneiro à rodovia BR-070, evitando, assim, o transporte de produção agrícola e o deslocamento de veículos através de Barra do Garças, o que aumenta demasiadamente o trecho a ser percorrido.

No Governo Wilmar Peres de Farias (1986), chegaram a ser fixadas as pilastras da futura ponte às margens do Garças, que se encontram abandonadas até a presente data.

O atual Programa Estadual de Perenização de Travessias, financiado por recursos do capital italiano, contempla em seu orçamento a construção dessa ponte, cujo início das obras vem sendo protelado, sem maiores explicações. Há, inclusive, uma discussão sobre o local ideal para a sua construção. O local onde se encontram as antigas pilastras prevê um vão de cerca de 100 (cem) metros, enquanto informações dão conta que o Estado prevê a construção 5km rio abaixo, com um vão de cerca de 170 (cento e setenta) metros.

Haja vista que essa obra é apontada consensualmente como imprescindível ao pleno desenvolvimento econômico da região, é necessária a urgente liberação dos recursos orçamentários previstos na medida da grande expectativa que, historicamente, foi criada nos municípios envolvidos, cujas populações já estão cansadas de tantos adiamentos e falta de informações.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente matéria pelos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT a necessidade da instalação de TPCs-Telefones Públicos Comunitários no assentamento Gleba Dom Pedro, Município de São Félix do Araguaia.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, que seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT, mostrando a necessidade da instalação de TPCs-Telefones Públicos Comunitários no assentamento Gleba Dom Pedro, Município de São Félix do Araguaia.

JUSTIFICATIVA

Recebemos expediente da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, de autoria dos nobres Vereadores Luiz Coelho e Fábio Barros, reivindicando a instalação de telefones públicos comunitários no assentamento Gleba Dom Pedro, naquele Município.

Todos somos conscientes de que as comunicações são hoje importantes fatores de desenvolvimento, muito mais para a Gleba Dom Pedro, localizada no Baixo Araguaia, região marcada por históricas dificuldades de comunicação, principalmente em razão da distância aos grandes e médios centros, além das péssimas estradas federais e estaduais.

Assim sendo, é primordial a realização de um estudo para a definição do melhor e mais viável sistema que possibilite a comunicação daqueles moradores com o restante do mundo.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade da complementação das obras de asfaltamento da MT-475, no trecho Glória d'Oeste à BR-174.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fulcro na Resolução nº 18, de 08/05/91, desta egrégia Casa de Leis, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade da complementação das obras de asfaltamento da MT-475, no trecho Glória d'Oeste à BR-174.

JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado já deu início ao asfaltamento da rodovia MT-475 no trecho compreendido entre a cidade de Glória d'Oeste à BR-174. Ocorre que os serviços foram paralisados inexplicavelmente quando faltavam poucos quilômetros para a sua conclusão.

A indefinição quanto ao reinício das obras é uma grande preocupação da comunidade local e motivo de reiteradas reivindicações da Câmara de Vereadores.

Assim sendo, é primordial que esses serviços sejam colocados no âmbito das prioridades do Executivo, principalmente pelo excelente impulso que possibilitará o desenvolvimento socioeconômico de Glória d'Oeste.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL

6ª) REQUERIMENTO: Com fulcro no Artigo 258 e seguintes do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado Requerimento ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, solicitando as seguintes informações:

I - Quais as Unidades Escolares do Estado que foram beneficiadas com obras ou reformas, mesmo que ainda em andamento, no período de janeiro de 1997 até dezembro

de 1998? Discriminar o valor gasto em cada uma dessas Unidades, bem como o montante despendido no período.

II - Quais as firmas contratadas para este fim e em que modalidade de concorrência pública cada uma delas ofereceu os seus serviços? Fornecer cópia de todos os procedimentos licitatórios empregados em cada contratação, contendo o nome de todas as firmas que dele participaram, bem como a cópia de cada um dos contratos efetivamente celebrados no período.

JUSTIFICATIVA

Zelando pelo interesse público e sempre clamando pela transparência dos atos públicos administrativos, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL

7ª) REQUERIMENTO: Com fulcro no Artigo 258 e seguintes do Regimento Interno, requieiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado Requerimento ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, solicitando as seguintes informações:

I - os nomes e os respectivos endereços de todas as Unidades Estaduais de Ensino existentes em Mato Grosso;

II - os nomes dos diretores (ou diretoras) dos citados estabelecimentos de ensino;

III - o número de salas de aula de cada Unidade Estadual de Ensino existente em Mato Grosso;

IV - o número de alunos matriculados por série em 1998 e 1999 nas Unidades Estaduais de Ensino existente em Mato Grosso;

V - o índice de reprovação por série em 1997 e 1998;

VI - o índice de desistência por série em 1997 e 1998.

JUSTIFICATIVA

Como legislador nós precisamos saber da realidade educacional de Mato Grosso - nós precisamos saber quais são as escolas existentes, a sua localização, a sua direção, o número de salas de aula, o número de alunos matriculados, o número de alunos reprovados e os que desistiram. Isto posto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL

8ª) MOÇÃO DE LOUVOR: Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requieiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada ao Desembargador Atahíde Monteiro da Silva, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, uma Moção de Louvor, vazada nos seguintes termos:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento de sua gente, vem manifestar o seu orgulho, admiração e reconhecimento público à pessoa do Desembargador Atahíde Monteiro da Silva em face da comemoração de seus 25 anos de magistratura.

Cuiabano que exerceu e exerce cargos da mais alta relevância em nosso Estado, o Desembargador Atahíde Monteiro da Silva é ícone de uma geração de homens que dignificam a vida pública com seu exemplo de cidadania, honestidade, competência e, sobretudo, devoção a esta terra de Rondon.

Receba o magnânimo jurista esta Moção de Louvor como demonstração de carinho e respeito de todos os mato-grossenses.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL

9ª) PROJETO DE LEI:

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus, no Município de Cuiabá.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus, com sede no Município de Cuiabá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Associação Beneficente da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus, com sede no Município de Cuiabá, desenvolve um singular e exemplar trabalho de ação social em nossa Capital.

Prestando auxílio material e espiritual aos mais necessitados, a entidade é alvo do reconhecimento público da população, justificando-se, portanto, a aprovação da presente matéria pelos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL

10ª) PROJETO DE LEI:

Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do Poder Judiciário de Cuiabá-ASPOJUC.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores do Poder Judiciário de Cuiabá-ASPOJUC, com sede nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Servidores do Poder Judiciário de Cuiabá é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços de cunho assistencial não só aos seus associados, mas também, através de campanhas específicas, à população de baixa renda da Capital.

A atuação da entidade tem pleno reconhecimento público por parte da nossa sociedade, sendo destacada a sua atuação em conjunto com clubes de serviço em todo o Estado.

Assim sendo, pelos motivos expostos e por estar com toda a documentação exigida pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, justificamos a aprovação da presente matéria pelos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PFL

Sr. Presidente, eu quero comunicar ao Plenário que na última segunda-feira nós estivemos no Município de Água Boa, acompanhado do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Wandyr Klait Duarte, e do Juiz Substituto do Tribunal de Justiça, Dr. Rui Barbosa. Na oportunidade, o Presidente do Tribunal de Justiça visitou *in loco* as dependências do Fórum e da Delegacia de Polícia. E a nossa reivindicação, da Prefeitura e da comunidade forense de Água Boa é no sentido de se elevar a Comarca de Água Boa para de segunda entrância.

Eu quero aqui louvar a atitude do Presidente do Tribunal de Justiça que está se colocando à disposição dos Srs. Deputados Estaduais para a instalação das comarcas. Ele já me comunicou que estará viajando para o Município de Nova Monte Verde, onde, por solicitação do Presidente Riva, do Deputado Jair Mariano e também do Deputado Romoaldo Júnior, deverá ser instalada a Comarca em breve.

Na oportunidade, nós solicitamos a instalação de algumas comarcas que já estão sendo criadas, como é o caso da de Porto Alegre do Norte e Torixoréu.

O Presidente do Tribunal de Justiça mostrou-se favorável, e eu repasso essas informações aos Srs. Deputados que quiserem manter contato com o Tribunal de Justiça no sentido de acelerar a instalação dessas comarcas.

Sr. Presidente, na próxima sexta-feira, o Tribunal de Justiça estará homenageando também o Desembargador Atahide Monteiro da Silva que completa vinte e cinco anos de magistratura. Homem cuiabano, íntegro, da mais alta relevância do Estado, um exemplo de cidadania e de honestidade. Nós apresentamos aqui uma Moção de Louvor e contamos com o apoio de V. Ex^{as} quando da apreciação da mesma. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

1º) REQUERIMENTO: Nos termos regimentais, requero à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja determinada a realização de Audiência Pública nas dependências da Assembléia Legislativa, no dia 20 de abril de 1999, às 15:00 horas, para discussão do projeto governamental do Banco da Terra e da Reforma Agrária em Mato Grosso.

Farão uso da palavra na Audiência Pública os representantes das seguintes entidades: MST-Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, CUT-Central Única dos Trabalhadores, Pastoral dos Migrantes, SINTEP-Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública, CPT-Comissão Pastoral da Terra, Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, ADUFMAT-Associação de Docentes da UFMT, INCRA, INTERMAT.

Para a referida Audiência deverão ser convidadas as seguintes pessoas e entidades: CNBB, Pastoral do Migrante, Pastoral da Juventude, CPT-Comissão Pastoral da Terra, Superintendente do INCRA, Presidente do INTERMAT, NUEPOM-Núcleo de Estudos, pesquisas e Organização da Mulher da UFMT, Grupo União e Consciência Negra, Ordem dos Advogados do Brasil-OAB-MT, Central Única dos Trabalhadores-CUT, Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública-SINTEP, Federação Mato-grossense de Associações de Moradores de Bairros-FEMAB, União Cuiabana de Associações de Moradores de Bairros-UCAMB, Associação de Docentes da UFMT-ADUFMAT, Sindicato de Trabalhadores da UFMT-SINTUF, DCE e Centros Acadêmicos da UFMT, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra-MST, Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT

2º) REQUERIMENTO: Nos termos regimentais, requero à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja indicado um representante oficial da Assembléia Legislativa de Mato Grosso para se fazer presente no Tribunal de Dívida Externa, a realizar-se no Rio de Janeiro, de 26 a 28 de abril, promovido pela CNBB, juntamente com outras entidades nacionais e internacionais.

JUSTIFICATIVA

O Tribunal da Dívida Externa, uma iniciativa da CNBB, como parte da Campanha Jubileu 2000, apoiada pelo Papa João Paulo II, será um evento que marcará a participação brasileira na referida campanha pelo cancelamento das dívidas dos países empobrecidos.

Com a presença de várias personalidades brasileiras e estrangeiras, o Tribunal de Dívida Externa pretende discutir o sistema financeiro internacional, a situação de dependência externa do Brasil e as alternativas para o povo brasileiro.

É fundamental a participação da Assembléia Legislativa de Mato Grosso nesse importante evento que reunirá representações legislativas de todo o Brasil, dentre outras instituições.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT

3º) INDICAÇÃO: Nos termos regimentais, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Poder Executivo, indicando a urgente necessidade de criação e instalação de uma Delegacia Especializada da Infância e da Juventude, no Município de Sinop.

JUSTIFICATIVA

O Município de Sinop tem mais de 65 mil habitantes, é cidade-pólo para onde convergem moradores de toda região. Convive com problemas econômicos e sociais que determinam o aumento da exploração de crianças e adolescentes, assim como índices de criminalidade. Faz-se necessária, portanto, com urgência, a criação de uma delegacia especializada que possa tratar dos assuntos da infância e da juventude com o respeito que merecem.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.
Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, nobres Pares, colegas Deputados, colega Deputada Serys Slhessarenko, imprensa e galeria que assistem à Sessão, para apresentar proposições de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de se adotar providências para a criação e imediata instalação de uma Delegacia Especializada da Infância e da Juventude no Município de Jaciara.

Fundamentado no que dispõe a Resolução nº 18/91, deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de se adotar providências para a criação e imediata instalação de uma Delegacia Especializada da Infância e da Juventude no Município de Jaciara.

JUSTIFICATIVA

Jaciara é hoje, sem dúvida nenhuma, a cidade mais importante da região do Vale do São Lourenço. É o elo principal e esteio de municípios como Juscimeira, São Pedro da Cipa, Dom Aquino e até Campo Verde que, dentro de uma harmonia administrativa e social, fazem um convívio politicamente correto, levados que são pela proximidade geográfica e pelo traçado das rodovias, principalmente das rodovias federais, BR-364/163 e BR-070, que facilitam os acessos à toda a região. Por estas facilidades, facultam a migração de pessoas oriundas de todos os quadrantes brasileiros, atraídas pela prosperidade e por um futuro promissor devido ao desenvolvimento da região que tem um dos principais rebanhos bovinos, constituindo-se numa bacia leiteira de excelente qualidade, uma agricultura forte com destaque para a produção da cana-de-açúcar, soja, algodão e arroz, com indústria de vários portes, além, é claro, do grande potencial turístico proveniente das espetaculares belezas naturais da terra.

Porém, existe um ponto muito grande de preocupação em toda a região, notadamente em Jaciara, que é o excessivo contingente de crianças e jovens trazidos pelas famílias que vão em busca de trabalho e de uma vida mais digna, mas que se dispersam devido às dificuldades encontradas, ficando, na maioria das vezes, abandonadas à própria sorte. Isto é coisa muito grave e que carece de uma atenção especial, com intervenção firme do Sr. Governador do Estado e do Secretário de Estado de Segurança Pública, no sentido de autorizarem a criação e imediata instalação de uma Delegacia Especializada da Infância e da Juventude, proporcionando às crianças e aos jovens de Jaciara o direito de terem profissionais capacitados, treinados e especializados que trabalhem baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente, mostrando os direitos e os deveres de cada um, com educação e não-repreensão.

Enfatizamos também que a instalação desta Delegacia Especializada será para atender todo o Vale de São Lourenço, que não conta com nenhuma nas proximidades, tendo somente em Rondonópolis, que fica distante, e estes serviços estão sendo feitos pelas delegacias municipais e Polícia Judiciária Civil que não estão preparadas e nem têm estruturas condizentes para estas atuações.

Frente ao exposto, pedimos à unanimidade dos nobres Pares desta Casa a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de se adotar providências para a criação e imediata instalação de uma Delegacia Especializada da Infância e da Juventude no Município de Sinop.

Fundamentado no que dispõe a Resolução nº 18/91, deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de se adotar providências para a criação e imediata instalação de uma Delegacia Especializada da Infância e da Juventude no Município de Sinop.

JUSTIFICATIVA

Há muito que o Município de Sinop é considerado o que mais cresce a cada ano que passa, devido ao elevado fluxo migratório de pessoas vindas dos quatro cantos da Federação, atraídas pelas riquezas extrativistas oriundas da excelente qualidade do solo, como o ouro e a madeira, além do fator climático que favorece a agricultura, com boas safras de grãos. Contudo, tendo em vista a ocupação desordenada da terra e a excessiva exploração da madeira sem controle ambiental, sem técnica de manejo e, por conseguinte, sem replantio, essas riquezas estão se esvaindo gradativamente, gerando o empobrecimento natural do município, trazendo o desemprego e, conseqüentemente, tirando o homem do campo e levando-o para a cidade, piorando ainda mais a situação, uma vez que a falta de trabalho leva o cidadão à ociosidade, e daí para a marginalidade é questão de tempo.

O Município de Sinop tem em torno de 65 mil habitantes, sendo considerada a quarta maior arrecadação de Mato Grosso, e está preparado para galgar o *status* de Capital do Nortão, devido ao forte pólo industrial e comercial calcados na instalação de frigorífico,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

agricultura, pecuária, serrarias, bares, restaurantes, clubes sociais e de serviços, enfim, várias outras atividades diversificadas que absorvem parte do grave problema social que atinge todo o País e que já preocupa as lideranças de Sinop, que é a questão do desemprego. Esta questão é mais preocupante quando as crianças e os jovens, via seus pais, estão inseridos nela, principalmente quando a cidade não oferece condições básicas de infra-estrutura para solucionar problemas como estes com trabalhos social, informativo, psicológico e educativo.

Assim sendo, queremos aqui fazer um apelo ao Exm^o Sr. Governador do Estado e ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública no sentido de que sejam feitos todos os esforços possíveis para dotar o pujante Município de Sinop de uma delegacia especializada da infância e da juventude para atuar junto à comunidade, com profissionais competentes, capacitados e preparados, trabalhando de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, mostrando não só os direitos, mas também os deveres das crianças e jovens sinopenses, salvando-os dos caminhos obscuros da vida, dando-lhes dignidade e devolvendo-lhes a auto-estima, além de proporcionar o convívio junto à família e à sociedade.

Frente ao exposto, pedimos à unanimidade dos nobres Pares desta Casa a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PFL

3ª) PROJETO DE LEI:

Denomina Luiz Philippe Pereira Leite o viaduto do entroncamento da Rodovia dos Imigrantes, no Município de Cuiabá.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com fundamento nos Artigos 37, inciso III, 39 e 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado Luiz Philippe Pereira Leite o viaduto rodoviário localizado no KM-404 da BR-364/163, entroncamento com a MT-407/Rodovia dos Imigrantes, no Município de Cuiabá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Ao apresentar o Projeto de Lei Complementar denominando de viaduto Luiz Philippe Pereira Leite o viaduto rodoviário recentemente inaugurado, que fica localizado no quilômetro 404 da BR-364/163, entroncamento com a MT-407/Rodovia dos Imigrantes, no Município de Cuiabá, queremos expressar todo o sentimento de gratidão, admiração e respeito do povo cuiabano, que guarda na memória a representatividade deste homem que tanto fez por esta cidade e pelo Estado de Mato Grosso, numa homenagem póstuma, singela, mas de grande significado para todos nós que aprendemos muito com a sua sapiência e humildade. Foi um homem bastante otimista, estudioso e que teve em toda a sua trajetória de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

vida, quer seja familiar, religiosa, social ou pública, a preocupação com a moral e os bons costumes, procurando ser o exemplo de um homem de grandeza, como o foi. Bom esposo, amigo leal sempre à disposição de todos, ingressou na vida pública, dedicando-se à política, onde teve atuação importante, principalmente no Legislativo mato-grossense com o trabalho realizado na elaboração da Constituição de 1947.

Luiz Philippe Pereira Leite, filho de João Pereira Leite e de Jovita Valladares Pereira Leite, nasceu em Cuiabá, em 12.12.1916, na casa da Rua Barão de Melgaço, esquina com a Avenida Murtinho, atual Presidente Getúlio Vargas, onde está situada a agência central do Banco do Brasil. Cursou o primário na Escola Modelo Barão de Melgaço. Fez o curso de admissão do Professor Isaac Póvoas. Fez o curso secundário no Liceu Cuiabano. Cursou e concluiu o estudo superior na Faculdade de Direito de Niterói-RJ. Foi extranumerário mensalista do Departamento Federal de Segurança Pública do Ministério de Justiça, no Rio de Janeiro; Oficial de Gabinete da Secretaria Geral do Estado; membro do Conselho Administrativo do Estado, nomeado pelo Presidente da República; Deputado Estadual por Mato Grosso de 27 de março de 1947 a 11 de julho, quando subscreveu a Constituição Estadual de 1947 e, posteriormente, recebeu o Diploma de Constituinte Emérito. Foi condecorado pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso com o Mérito “Filinto Müller”. Foi Procurador-Geral da Justiça, desempenhando as funções de Procurador Regional Eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral, e também Escrevente Juramentado do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá, passando, posteriormente, a titular vitalício. Integrou o Conselho Fiscal do Estado quando foi Procurador Fiscal e depois assumiu as funções de membro do Conselho Administrativo do Estado.

Pertenceu aos Conselhos Penitenciários e de Menores. Foi membro do Conselho Regional de Desporto e Vice-Presidente da Federação Mato-grossense de Desportos. Integrou o Conselho Seccional da OAB-MT até assumir o cargo vitalício de titular do 2º Ofício de Cuiabá. Recebeu as honrarias: Diploma de Mérito, conferido pela OAB-MT; Comendador da Pontifícia Ordem de São Gregório Magno; Medalha Pontifícia *Pro Ecclesia et Pontifici*; Medalha do Cinquentenário do Serviço Fotocartográfico do Exército; Medalha Marechal Rondon, da Sociedade Brasileira de Geografia de São Paulo; Medalha do Sesquicentenário da Independência, da Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro; Medalha dos 250 anos de Fundação de Cuiabá; Medalha Pascoal Moreira Cabral, conferida pela Câmara Municipal de Cuiabá; Colaborador Emérito do Exército Brasileiro; Amigo da Brigada; Medalha do Pacificador; Amigo da Marinha; Medalha Tamandará; Soberana Ordem Militar de Malta; Ordem de Mérito de Mato Grosso (Comendador); Ordem do Mérito de Mato Grosso (Grande Oficial); Ordem do Mérito Educacional Dom Aquino Corrêa, do Governo de Mato Grosso; Colar do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Colar-distintivo, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; Membro da Academia Mato-grossense de Letras, cadeira nº 21, sob patrocínio de Corsino Amarante, eleito em 27.09.1944 e empossado em 08.04.1946; Cidadão Honorário de Nossa Senhora do Livramento e de Várzea Grande; Medalha Dom Bosco. Foi condecorado com várias placas de prata alusivas às datas comemorativas de entidades civis e de serviços. Publicou vinte e nove obras literárias. Das placas recebidas, existe uma à disposição de todos, oferecida pelo Banco do Brasil, comemorativa da Agência Central, fincada na parede e exposta externamente para o público, na Avenida Presidente Getúlio Vargas, com os seguintes dizeres: “Aqui nasceu, em 12/12/1916, Luiz Philippe Pereira Leite”.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Frente ao exposto, pedimos à unanimidade dos nobres Pares desta Casa de Leis a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

Sr. Presidente, temos também um alerta ao Líder do Governo nesta Casa, Deputado Rene Barbour, ao Deputado Alencar Soares e aos Deputados que representam os pecuaristas do Estado de Mato Grosso.

A exemplo de Mato Grosso do Sul, obrigado a ficar dois anos fora do circuito pecuário do Centro-Oeste, em função dos focos da febre aftosa ocorridos em alguns municípios, Mato Grosso poderá sofrer prejuízos sociais e econômicos irreparáveis, em função de um possível desequilíbrio causado por algumas questões.

Foi investido, Sr. Presidente, muito dinheiro em publicidade para que os pecuaristas vacinassem seu gado contra a febre aftosa, erradicando essa febre em nosso Estado, Deputado Rene Barbour. E, hoje, está acontecendo um deslize, algumas pessoas estão passando pelas barreiras sem as guias procedentes para o carregamento desse gado bovino.

Com isso, se acontecer algum foco no Estado de Mato Grosso, na mesma hora - e V. Ex^a sabe disso - Mato Grosso não vai poder mais exportar a sua carne.

Então, é um alerta: e nós pedimos a V. Ex^a que comunique ao Sr. Governador, para que ele não deixe isso acontecer, que dê uma remuneração melhor aos fiscais, que coloque técnicos nos postos de fiscalização - porque estão colocando nesses cargos vereadores que não têm conhecimento nenhum da causa, e até radialistas.

Fica aqui a nossa indignação para que V. Ex^a tome conhecimento e explique ao Governador, antes que seja tarde demais. Eu gostaria que isso ficasse registrado, para que o Governador ficasse sabendo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados para apresentar uma

Indicação:

Indica ao Exm^o Sr. Ministro da Reforma Agrária, com cópia ao Sr. Superintendente do INCRA e ao Exm^o Sr. Governador do Estado, a necessidade de estudos no sentido de permitir que as prefeituras que firmam convênio com o INCRA adquiram máquinas para execução das obras conveniadas.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exm^o Sr. Ministro da Reforma Agrária, com cópia ao Sr. Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e ao Exm^o Sr. Governador do Estado, mostrando a necessidade de estudos no sentido de permitir que as prefeituras que firmam convênio com o INCRA adquiram máquinas para execução das obras conveniadas.

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente, honrados Pares:

Nós, no exercício da atividade parlamentar, acompanhamos de perto a crise vivida pelos municípios, em virtude da atual política de ajuste fiscal por parte do Governo Federal.

Muitos municípios possuem em seus pátios verdadeiras sucatas, não dispendo de maquinários para atender suas necessidades básicas, tampouco contam com recursos para adquiri-los.

No ano passado, o INCRA firmou convênios com os municípios do Estado de Mato Grosso, algo em torno de 20 milhões de reais, segundo relata o seu Superintendente em entrevista concedida à *Folha do Estado*, no último dia 04, dinheiro suficiente para comprar 182 (cento e oitenta e duas) pás-carregadeiras, modelo FR-120 ou 102 (cento e duas) motoniveladoras.

Os convênios firmados entre o INCRA e as prefeituras, obedecendo as normas atuais, não permitem que os recursos sejam empregados para aquisição de maquinários, ficando os municípios convenientes obrigados a abrir processo licitatório para empreiteiras executarem as obras. Desta forma, o que observamos é um verdadeiro desperdício de dinheiro público, pois a verba do convênio, da maneira como é aplicada, não é o bastante para dar manutenção às estradas que, com a chegada das chuvas, se tornam praticamente intransitáveis, fazendo recomeçar a corrida atrás de novos recursos.

Como está demonstrado, os valores repassados são suficientes para dotar os municípios de máquinas novas, ou recuperar as que estão no pátio, para executar obras, dar manutenção e recuperar estradas, beneficiando não só os assentamentos, mas o município como um todo, gerando uma economia significativa aos cofres públicos, haja vista as máquinas terem vida útil média de dez anos, ficando os municípios desonerados da necessidade de carrear outros recursos para tal fim, e também fortalecendo as parcerias com o Estado e a União.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 14 de abril de 1999.

Deputado SILVAL BARBOSA - PTB

Quero citar aqui um exemplo: no ano passado o INCRA investiu no Estado de Mato Grosso aproximadamente vinte milhões de reais para recuperação, reabertura e cascalhamento de estradas. As normas do convênio não permitem que os prefeitos adquiram equipamentos com esses recursos. Então, se nós conseguirmos sensibilizar o Ministro e o Superintendente do INCRA para que mudem as normas do convênio, eu tenho certeza de que nós vamos equipar as nossas prefeituras com maquinários e, sem dúvida nenhuma, ajudar o Estado de Mato Grosso.

A título de exemplo, cito que só o dinheiro do ano passado daria para comprar aproximadamente duzentos equipamentos para ajudar as prefeituras.

Era essa a nossa Indicação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, nobres Pares, assinei a Indicação do Deputado Moacir Pires, mostrando a urgente necessidade de criação e instalação de uma

Delegacia Especializada da Infância e Adolescência em Sinop. Então, cito apenas como registro, porque o Deputado Moacir Pires já apresentou e já assinei.

Sr. Presidente, para apresentar duas proposições:

1ª) EMENDA ADITIVA:

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei que disciplina isenções do IPVA-Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, altera as alíquotas do Imposto e dá outras providências, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko..

Adita-se os seguintes incisos ao artigo 6º do Projeto de Lei nº 17/99:

“Art. 6º ...

I - ...

II - ...

III - 1% (um por cento) para veículos destinados à locação de propriedade de empresas locadoras ou cuja posse estas detenham, mediante contrato de Arrendamento Mercantil, com pagamento parcelado pelo final da placa de março a dezembro.

IV - proprietários de veículos utilizados no transporte escolar, cópia do documento expedido pela autoridade para exploração da atividade.”

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PFL

2ª) REQUERIMENTO: Com fulcro no artigo 27, I, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 494, I, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requero à Mesa Diretora a convocação do Exmº Sr. Secretário de Estado de Fazenda Válder Albano da Silva para comparecer a este Poder e prestar esclarecimentos referentes às denúncias de corrupção na SEFAZ, amplamente divulgadas pela imprensa local.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PFL

Não obstante a hábil articulação do Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, tentando esvaziar aquilo que a imprensa já tinha divulgado, que era a intenção clara e cristalina do Deputado Emanuel Pinheiro e da Bancada do PFL de convocar o Secretário de Fazenda Válder Albano para vir depor nesta Casa sobre as graves denúncias de corrupção daquela pasta, eu estou apresentando este Requerimento.

Eu acho, Deputado Rene Barbour, que o Secretário de Fazenda deve vir a esta Casa ou ir ao gabinete de V. Exª para conversar com os Deputados, mas ele não pode fugir de um debate público aqui no Plenário para ele ser sabatinado, cobrado e, acima de tudo, para prestar contas à sociedade mato-grossense do maior escândalo da história político-administrativa do Estado de Mato Grosso, protagonizado pelo Governo da “Casa Arrumada”.

Então, Sr. Presidente, eu encaminho este Requerimento e peço a V. Ex^a e ao grande Líder do Governo, experiente Deputado Rene Barbour, que marque a vinda do Secretário de Fazenda Válder Albano a esta Casa, independentemente da aprovação desta matéria em função dos Vetos. Podemos já marcar a data para a semana que vem. Eu quero definir hoje com V. Ex^a aqui neste plenário, utilizando da prerrogativa de Sessão Ordinária, a data da vinda do Secretário de Fazenda, e não reunião amigável no gabinete do Líder do Governo ou de qualquer outro Deputado. Então, peço que na Sessão de hoje, em comum acordo entre as Lideranças Partidárias, o Líder do Governo e o Presidente desta Casa, marquemos o mais rápido possível a data da vinda do Secretário de Fazenda para depor sobre o maior furo, o maior escândalo da história político-administrativa de Mato Grosso, que é o escândalo de corrupção na Secretaria de Fazenda.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, para apresentar várias proposições de minha autoria:

1^a) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Chefe do 11º DRF do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER, Dr. José da Silva Tiago, a necessidade de duplicação da BR-364, no trecho Cuiabá/Serra São Vicente, no entroncamento da BR-070.

Com fulcro no que preceitua o artigo 245, II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Sr. Chefe do 11º DRF do Departamento de Estradas de Rodagem-DNER, Dr. José da Silva Tiago, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

A BR-364, no trecho Cuiabá/Serra de São Vicente, suporta praticamente todo o tráfego que flui das regiões Norte, Médio-Norte e da Baixada Cuiabana para a região Sul do Estado e do País. Via fundamental para a economia do Estado, por onde passa a maior parte de seus produtos de exportação, já se mostra hoje incapaz de suportar o volume de tráfego atual que é da ordem de 6 (seis) mil carretas/dia. Certamente, com a previsão de crescimento, fundamentada na instalação de grandes projetos, como a usina termoelétrica e o gasoduto, esta via, indutora do desenvolvimento que foi na década de setenta, pode se transformar num impedimento ao crescimento da região e do Estado, decorrente de sua evidente incapacidade de suportar o volume do tráfego previsto para os próximos anos.

Sendo o que é o Governo Federal, um dos instrutores deste novo surto de desenvolvimento, vez que é de sua lavra os grandes projetos regionais neste sentido, compete-lhe agora que tome providências para que a infra-estrutura pela qual é responsável não prejudique este progresso, o que infelizmente pode ocorrer.

A duplicação da BR-364 no trecho citado se impõe assim como forma de se evitar que a rodovia se transforme num gargalo estreito a sufocar o fluxo de veículos, com prejuízos intermináveis para o desenvolvimento do Estado e região.

Daí a indicação, que, pela sua importância, contará com o apoio do Plenário e a sensibilidade das autoridades competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 14 de abril de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB
Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB
Deputado PEDRO SATÉLITE - PMDB

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que foram colocados no Orçamento do ano retrasado dez milhões de reais para a duplicação da BR-364 na Serra de São Vicente e que esse contrato foi feito através do Governo do Estado de Mato Grosso. O Governador preferiu desistir do recurso a dar a contrapartida para atender a duplicação da BR-364 na Serra de São Vicente. Essas foram as palavras do Ministro Eliseu Padilha, essas são palavras próprias do Ministro dos Transportes Eliseu Padilha. Quer dizer, o Governador, simplesmente, omitiu o recurso de dez milhões no Orçamento para a duplicação da BR-364 na Serra de São Vicente.

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Sr. Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança, Dr. Hilário Mozer, a necessidade de se dotar a Polícia Judiciária Civil do Município de Novo São Joaquim de uma nova viatura adequada às condições de tráfego das estradas da região.

Com fulcro no que preceitua o artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Sr. Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança, Dr. Hilário Mozer, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

O Município de Novo São Joaquim, localizado na região Leste do Estado, é ponto de apoio importante do sistema de segurança do Estado. Contando com uma população na ordem de 12 mil habitantes, em uma área de 8.648km², a sua estrutura atende ainda a parte Norte do Município de Barra do Garças.

Atualmente, a Delegacia do município presta serviços, além da sede, ao Distrito de Cachoeira da Fumaça, Projeto Itaquerê, Gleba Califórnia, Santo Antônio do Leste e aos assentamentos Santo Idelfonso, Noidorinho, Graia e Fazenda Tamboril. Essas localidades, espalhadas por uma grande extensão territorial, dentro e fora do município, exigem um trabalho intenso da polícia e um mínimo de infra-estrutura de apoio capaz de dar suporte a essas demandas.

Contando com apenas 4 policiais civis e 4 militares, a Delegacia já encontra um fator limitador nesta pequena estrutura de pessoal. O mais grave, no entanto, é a falta de estrutura de apoio para a ação destes policiais, principalmente no que tange ao transporte.

De fato, apesar da necessidade de se atender uma vasta área de mais de 10.000km², servida na sua maioria por estradas precárias, existe apenas uma única viatura para o atendimento das ocorrências policiais. Acresça-se a essa situação o fato dessa viatura se encontrar em péssimo estado de conservação, sucateada mesmo, segundo relatório dos agentes locais, para se ter a percepção clara da atual situação de penúria da segurança pública nesse município.

Por esta razão, entendemos ser necessário e imprescindível que a Secretaria de Segurança disponibilize de imediato um veículo em condições satisfatórias de uso, capaz de suportar o tráfego em estradas de terra pouco conservadas. Daí a indicação, que espero ser aprovada pelos colegas e atendida pelo Governo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 14 de abril de 1999.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Sr. Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança, Sr. Hilário Mozer, e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, Sr. Hermes de Abreu, a necessidade de se dotar o Município de Sinop de uma delegacia especializada da infância e da juventude.

Com fulcro no que preceitua o Artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Sr. Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança, Sr. Hilário Mozer, e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, Sr. Hermes de Abreu, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

O Brasil tem um dos melhores códigos de proteção ao menor do mundo. No entanto, por falta de conhecimento da sociedade e de vontade política dos governantes, este aparato legal deixa de ser aplicado ou cumprido na sua totalidade, trazendo sérios prejuízos à sociedade.

A delinqüência juvenil, a existência de menores na rua, a violência contra as crianças, tudo isso poderia e deveria ser evitado, se o código fosse melhor compreendido e aplicado. No entanto, por conta de uma “crise” que hoje se tornou pretexto para todas as mazelas que afligem a população, deixa-se de implantar medidas concretas para fazer cumprir leis, que muito tem a ver com o futuro da nação.

A implantação de delegacias especializadas, por exemplo, fica muito aquém das necessidades reais, prejudicando principalmente as pequenas cidades que, na maioria dos casos, não possuem um departamento específico para a questão, apesar de ter mais do que justificada a sua instalação.

Caso típico e exemplar está ocorrendo no Município de Sinop, onde a população não conta até os dias de hoje com uma delegacia especializada na questão do menor.

O município conta hoje com mais de 65 mil habitantes, resultante do fluxo de agricultores e exploradores de madeira, responsáveis pela sua colonização, atividades que estão em decadência, e tem tudo a ver com o aumento da criminalidade, principalmente entre crianças e adolescentes.

Para se ter uma idéia da gravidade do problema, só no ano de 1998 foram registrados pelo Conselho Tutelar dos Direitos da Criança 551 ocorrências envolvendo menores! Só nos meses de janeiro e fevereiro mais de 60 crianças foram atendidas por esse Conselho.

Dessas ocorrências, a delegacia instaurou 45 procedimentos especiais em 1998 e, somente neste ano, 17. Nota-se que há na cidade uma forte demanda reprimida por esse tipo de atendimento, ficando claro que a Delegacia existente não dá mais conta de atender as necessidades do amparo.

Por essa razão, a justa reivindicação do povo sinopense, através de seus representantes na Câmara. Indicação que encampamos na íntegra no sentido de somar com aquele povo a fim de sensibilizar as autoridades para implantação dessa delegacia especializada.

Pela importância e justiça da reivindicação, conto com a aprovação desta Casa e com a sensibilidade das autoridades ligadas ao setor para atendê-la.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 14 de abril de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Outros colegas nossos já entraram com o mesmo pedido. Isso demonstra a competência da Casa de Leis de Sinop - inclusive, já entrei com uma Indicação na semana passada a respeito do término do Hospital Regional de Sinop.

3ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Desmembra a Comissão de Terras e Meio Ambiente em Comissão de Terras e Comissão de Meio Ambiente, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, com base no que dispõe o Artigo 36 *caput*, da Constituição Estadual e artigos 257 *caput*, IV e 467 e seguintes do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Fica desmembrada a Comissão de Terras e Meio Ambiente em Comissão de Terras e Comissão de Meio Ambiente.

Art. 2º As Comissões resultantes do desmembramento serão permanentes e terão, cada uma, cinco membros titulares e seus respectivos suplentes.

Art. 3º À Comissão de Terras concerne opinar sobre Reforma Agrária e Patrimônio Fundiário do Estado.

Art. 4º À Comissão de Meio Ambiente concerne opinar sobre Ecologia e todos os demais assuntos diretamente relacionados à preservação ambiental.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Nosso Estado é o maior da região Centro-Oeste e abriga um terço do Pantanal Mato-grossense, a maior extensão de terra alagável do mundo.

O Pantanal abriga mais de mil espécies diferentes de animais, algumas ameaçadas de extinção. Temos aqui também o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães carecendo de efetivo controle e de sérias e eficazes ações do Governo na sua preservação. No Nordeste do Estado, temos o Parque Nacional do Xingu, o mais conhecido do Brasil.

A expansão da fronteira agropecuária é a base da economia. Essa expansão - se por um lado desenvolve o Estado e por outro é um dos fatores de degradação - deve ser objeto de constante preocupação, inclusive desta Casa com a criação de uma Comissão Permanente, como mais um organismo da sociedade para em conjunto com outras entidades debater e buscar soluções diuturnamente.

Há um risco de extinção de espécies e é grande a necessidade de preservação como condição de sobrevivência do homem.

Desertificação

Segundo o WWF (Fundo Mundial para a Natureza), uma das mais importantes ONGs do mundo, 15% da superfície da terra sofre algum grau de desertificação. A desertificação pode atingir, isto é verdade e está a olhos vistos, também as nossas áreas úmidas. No Brasil, os exemplos mais sérios são os Pampas Gaúchos, o Cerrado do Tocantins e o Norte de Mato Grosso.

A atividade predatória leva à diminuição da cobertura vegetal, ao surgimento de terrenos arenosos, à perda de água do subsolo, à erosão e ao assoreamento de rios e lagos.

Quando o solo se desertifica, a população busca outras terras e, na maioria das vezes, provoca os mesmos danos. Cria-se, então, um ciclo contínuo. Esse é um dos motivos da imigração, que forma cinturões de pobreza ao redor dos centros urbanos.

Desmatamento

A destruição de florestas em grande escala já atinge 46% das matas originais do Planeta. O Brasil é o recordista em desmatamento no mundo, de acordo com o WWF. Cerca de 15.000km² de florestas são derrubados anualmente na Amazônia. Nessa região, as queimadas em 1997 foram 50% mais extensas que as do ano anterior.

Os impactos ambientais são sérios e graves.

Degradação Ambiental

O avanço acelerado da sociedade urbana e industrial tem provocado graves impactos ao meio ambiente como a poluição do ar, das águas e do solo, o desmatamento, a desertificação, a extinção das espécies, o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio, a formação de chuva ácida e a emissão radioativa.

Estudiosos alertam que o modelo de crescimento econômico ilimitado é incompatível com a finitude dos recursos do Planeta.

Segundo os ecologistas, para evitar um provável colapso dos sistemas naturais, é necessária a redefinição da idéia de progresso.

Por tudo aqui exposto, apresento a presente proposição, esperando acolhida dos ilustres companheiros.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 14 de abril de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Assuntos que nós temos que discutir muito são a questão do ICMS ecológico e a questão da preservação do meio ambiente.

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Chefe do 11º DRF do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER, Dr. José da Silva Tiago, a necessidade da continuidade das obras de asfaltamento da BR-163, Cuiabá/Santarém.

Com fulcro no que preceitua o artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requieiro à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Sr. Chefe do 11º DRF do Departamento de Estradas de Rodagem-DNER, Dr. José da Silva Tiago, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

O asfaltamento da BR-163 faz parte do programa Brasil em Ação, portanto, obra considerada prioritária pelo Governo Federal para o desenvolvimento da Nação e da região Amazônica. De importância fundamental para o Estado, principalmente para as regiões Norte e Médio-Norte, esta obra é o sonho acalentado há muitos anos pelos mato-grossenses.

Reduzindo em mais de dois mil quilômetros a distância entre os grandes mercados consumidores de grãos, Estados Unidos e Europa, a conclusão do asfaltamento dessa rodovia significa viabilizar a produção de uma imensa região agrícola que hoje se debate na busca de uma solução para compatibilizar custos com produção, equação quase sempre com resultados negativos, em consequência do fator frete, determinante na maioria das vezes na inviabilização econômica desta atividade.

A redução do frete proporcionada pela conclusão dessa obra é da ordem de 30% sobre o valor atual. A Amazônia mato-grossense se viabiliza economicamente com esse diferencial e muito do progresso daí advindo, certamente, se disseminará por todo o Estado e País.

No entanto, apesar dessa importância econômica e social, esta obra encontra-se praticamente paralisada, merecendo uma maior atenção do Governo Federal no sentido da intensificação dos serviços e cumprimento do cronograma de sua execução.

Por esta razão, entendemos ser de fundamental importância o alerta do povo mato-grossense feito através desta Casa pela presente Indicação, no sentido de sensibilizar responsáveis pelos serviços da sua transcendental importância para a sobrevivência econômica de uma região e seu povo. Daí a indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 14 de abril de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

Deputado PEDRO SATÉLITE - PMDB

Essa é uma luta do Deputado Pedro Satélite e eu quero aqui enfatizar que esse Deputado vem lutando por essa causa há muito tempo, aliás, o seu número de campanha foi 15.163, justamente na luta pelo asfaltamento da BR-163, Cuiabá/Santarém. Então, eu quero deixar isso bem claro.

5ª) MOÇÃO DE LOUVOR: Com fulcro no artigo 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requieiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o envio de Moção de Louvor ao Governador do Estado de Minas Gerais, Exmº Sr. Itamar

Franco, pelo seu posicionamento contrário ao pagamento da dívida de Minas Gerais ao Governo Federal, nos termos acordados pelo Governo anterior.

JUSTIFICATIVA

Minas Gerais destaca-se na história como valorosa voz em defesa do Brasil. Diversos filhos seus ajudaram a construir a essência do sentimento de brasilidade, sempre manifestando-se contrário às ingerências estranhas aos interesses brasileiros. Exemplo máximo desta marca mineira é Tiradentes, inconfiante que pagou com a própria vida por sonhar com um Brasil mais forte e soberano.

Mais de duzentos anos depois, guardada as devidas proporções e as particularidades da época, levanta-se novamente das Minas Gerais um brasileiro que insiste em acreditar no Brasil, o Governador Itamar Franco.

Coube ao Governador mineiro a missão de fazer o que todos os demais governadores e todos os prefeitos deste País tinham vontade de fazer: dizer NÃO a um modelo econômico que claramente já se exauriu.

Mato Grosso é um exemplo cristalino disso. O Estado arrecada mensalmente cerca de 100 milhões de reais e não consegue investir nada em seu desenvolvimento. Gasta o que arrecada com custeio da máquina, cobertura de folhas salariais e pagamento de dívidas. São mais de 20 milhões de reais mensalmente retidos nos cofres da União para pagamento de dívidas.

Mesmo pagando tanto, mesmo sacrificando políticas sociais, nossa dívida saltou de um bilhão de reais para mais de três e meio bilhões de reais em apenas cinco anos. Impagável!

Os nossos municípios estão em situação ainda pior. Possuem menos fontes de recursos e o que recebem de verbas como as do FPM mal dá para cobrir as folhas de pagamento.

O custo social desta política é sentido principalmente nos setores onde o Governo teria por obrigação, não apenas atuar, mas atuar bem, como a segurança pública.

Não precisamos fazer muitas contas para confirmar o agravamento do quadro social desta política. Já somamos, por exemplo, mais de 13 milhões de desempregados. Só na Grande Cuiabá temos mais de 100 mil. Pelas novas metas firmadas com o FMI, até o final do ano teremos mais 1 milhão e 200 mil desempregados no País. Em Cuiabá, serão mais de 30 mil nas filas em busca de emprego.

O Governador Itamar Franco dá inequívoca demonstração de louvável sentimento público ao decretar a moratória da dívida mineira junto ao Governo Federal. Ao fazer isso, ele não prestigiou apenas o desenvolvimento do seu Estado, mas abriu uma discussão clara para a questão do desemprego, da política econômica e do endividamento de todos os Estados brasileiros.

As últimas medidas adotadas pelo Governo Federal, reduzindo em cerca de 10% o pagamento das dívidas, já foram fruto desta posição. Ou alguém acha que haveria estas concessões, se não houvesse a posição firme e corajosa de Minas?

Longe de querer o calote, o Governador de Minas Gerais teve a coragem de pedir a reavaliação de uma política econômica que não funciona; de lutar por um novo pacto

federativo que redefina o papel da União, dos Estados e dos municípios na formulação de leis e na repartição de receitas. Quer também uma reforma tributária e fiscal.

Os deputados estaduais do País, mesmo não participando diretamente da formulação das leis da Nação, estão dispostos a contribuir com a discussão. Nada mais justo, pois os parlamentares estaduais são a caixa de ressonância das ruas.

Iniciamos esta discussão na primeira quinzena de março em Belo Horizonte, Minas Gerais, durante a teleconferência “Os Desafios da Federação Brasileira”. Queremos retomá-la aqui com as federações, clubes de serviços, sindicatos, associações, a sociedade organizada, enfim.

Através dos debates, estamos dispostos a implementar uma frente parlamentar multipartidária, reunindo as bancadas de deputados estaduais de todo o país, para discutir os rumos da política nacional e, com seriedade, dar subsídios para futuras discussões no Congresso Nacional.

Pelo exposto, aprovar a Moção de Louvor ao Governador Itamar é medida justa e conveniente ao momento que vivemos e à necessidade de ampliarmos as fileiras em defesa de um novo pacto federativo.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Deputado PEDRO SATÉLITE - PMDB

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

Esta Moção de Louvor é em função da discussão que ele vem travando no Brasil inteiro sobre o pacto federativo. E quero aqui, dizer, meus caros colegas Deputados, que essa Moção de Louvor, em nome da Bancada do PMDB...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO SE ENCONTRA ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...Só para concluir, Sr. Presidente, porque são várias matérias.

Só para se ter uma idéia, Sr. Presidente, isso daqui é uma discussão de fundamental importância para o País. O pacto federativo é uma luta da Bancada e iniciada, inclusive, pelo Deputado Elarmin Miranda, que está coordenando esse trabalho em nome da Bancada. Eu e o Deputado Elarmin Miranda estivemos em Minas Gerais, inclusive, o Deputado vai poder fortalecer mais essa discussão aqui hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Elarmin Miranda.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos questionado aqui, de maneira permanente, o contrato feito com o Estado de Mato Grosso, via PRODEAGRO.

Tivemos acesso a uma tese de mestrado, apresentada pela Professora Luzilana Monteiro, da Universidade Federal. Analisando essa tese de mestrado da Professora Luzilana, nós constatamos que os recursos do PRODEAGRO se destinavam a obras e trabalhos extremamente importantes para o progresso de Mato Grosso. Como eu tenho dúvidas profundas se o Governo aplicou esse dinheiro corretamente, formulo vários Requerimentos:

1º) REQUERIMENTO:

Sr. Presidente,

Com fulcro no que preceitua o Artigo 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta augusta Casa, vimos solicitar à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Planejamento Guilherme Müller, com cópia ao Sr. Gerente do PRODEAGRO Mário Ney de Oliveira, solicitando o que menciona:

- quantas estações meteorológicas estão implantadas, a que custo e onde são comunicados para a população os resultados de suas observações?
- quantos agricultores estão sendo assistidos por ano no PRODEAGRO e qual o incremento líquido na renda dos mesmos?

JUSTIFICATIVA

É dever dos membros do Parlamento zelar pela moralidade na administração pública e, portanto, pela defesa do bem-comum, finalidade precípua do Estado.

Num momento em que o Estado de Mato Grosso contrai novo empréstimo, no valor de 45 milhões de dólares, existem indícios bastante fortes de que o PRODEAGRO, financiado com o dinheiro do Banco Mundial, é responsável pelo acréscimo de 300 milhões de dólares na dívida de Mato Grosso, inclusive por não cumprir seus objetivos sociais e ambientais, imprescindíveis para o nosso pleno desenvolvimento.

Estimativas indicam que ainda existem cerca de 70 milhões de dólares desse projeto à disposição de Mato Grosso. O Legislativo, fiscal dos negócios públicos, precisa, em nome do povo, questionar a aplicação destes recursos, até porque existem metas ainda não atingidas que estão vinculadas ao contrato internacional, aprovado pelo Senado da República.

Qual o valor real desse saldo? Onde estão os dezesseis mil indígenas que deveriam ser beneficiados? Ou as dezessete mil oitocentos e quarenta e nove famílias que receberiam terras? Os seiscentos pescadores beneficiados? Os três mil madeireiros? Os seis mil garimpeiros? E o zoneamento agroambiental que em doze anos não se conseguiu terminar? Estas e outras questões precisam ser respondidas, posto que o contrato firmado entre as partes obriga a atingir essas necessidades.

Como homens públicos, responsáveis pela fiscalização dos negócios de Estado, de maneira alguma podemos permitir tal descontrole da aplicação dos recursos obtidos em empréstimos e que em muito oneram a nossa dívida pública, em nome da qual se aumenta alíquotas de impostos, sacrificando o povo.

Assim o justifico.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

2º) REQUERIMENTO:

Senhor Presidente,

Com fulcro no que preceitua o Artigo 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta augusta Casa, vimos solicitar à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Planejamento Guilherme Müller, com cópia ao Sr. Gerente do PRODEAGRO Mário Ney de Oliveira, solicitando o que menciona:

- quantos garimpeiros, dos 6 mil previstos, foram beneficiados por atividades de melhoramento tecnológico e cuidado ambiental? Em quais municípios?
- quantas áreas indígenas foram demarcadas? Que impacto teve isto nas comunidades indígenas? Existem comunidades com problemas nutricionais? Que indicadores de bem-estar foram criados para o acompanhamento da diversidade étnico-cultural dos povos sob a responsabilidade do Estado e do PRODEAGRO? Quanto de recurso foi destinado para cada comunidade indígena e em que foi aplicado? Qual a participação destas comunidades na gestão dos recursos para elas destinados?

JUSTIFICATIVA

É dever dos membros do Parlamento zelar pela moralidade na administração pública e, portanto, pela defesa do bem-comum, finalidade precípua do Estado.

Num momento em que o Estado de Mato Grosso contrai novo empréstimo, no valor de 45 milhões de dólares, existem indícios bastante fortes de que o PRODEAGRO, financiado com o dinheiro do Banco Mundial, é responsável pelo acréscimo de 300 milhões de dólares na dívida de Mato Grosso, inclusive, por não cumprir seus objetivos sociais e ambientais, imprescindíveis para o nosso pleno desenvolvimento.

Estimativas indicam que ainda existem cerca de 70 milhões de dólares deste projeto à disposição de Mato Grosso. O Legislativo, fiscal dos negócios públicos, precisa, em nome do povo, questionar a aplicação destes recursos, até porque existem metas ainda não atingidas que estão vinculadas ao contrato internacional, aprovado pelo Senado da República.

Qual o valor real deste saldo? Onde estão os dezesseis mil indígenas que deveriam ser beneficiados? Ou as dezessete mil oitocentos e quarenta e nove famílias que receberiam terras? Os seiscentos pescadores beneficiados? Os três mil madeireiros? Os seis mil garimpeiros? E o zoneamento agroambiental que em doze anos não se conseguiu terminar? Estas e outras questões precisam ser respondidas, posto que o contrato firmado entre as partes obriga atingir essas necessidades.

Como homens públicos, responsáveis pela fiscalização dos negócios de Estado, de maneira alguma podemos permitir tal descontrole da aplicação dos recursos obtidos em empréstimos e que em muito oneram a nossa dívida pública, em nome da qual se aumenta alíquotas de impostos, sacrificando o povo.

Assim o justifico.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

As informações que eu tenho das comunidades que defendem as nações indígenas são de que até hoje esse dinheiro não chegou na ponta.

3º) REQUERIMENTO:

Senhor Presidente,

Com fulcro no que preceitua o Artigo 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta augusta Casa, vimos solicitar à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Planejamento

Guilherme Müller, com cópia ao Sr. Gerente do PRODEAGRO Mário Ney de Oliveira, solicitando o que menciona:

- informação sobre a situação do crescimento da pecuária na MRH Norte Mato-grossense que, em 1985 (segundo IBGE), tinha 550 mil cabeças, saltando para 2 milhões 985 mil em 1996 (em 1996, foi desmembrada em MRHs Alta Floresta, Sinop, Alto Teles Pires, Arinos e Colíder), demonstrando que o processo de ocupação nessa área continua sendo o de desmatar para formar pastagem em ecossistemas frágeis. A taxa de crescimento, quando comparada com a dos 3 municípios da MRH Alto Pantanal, região histórica de pecuária, no mesmo período, de 863 mil para 931 mil cabeças, foi elevada. Como a gerência do PRODEAGRO explica este aumento da pecuária extensiva, que significa desmatamento e queimadas?

Considerando que desde 1987, por meio do Decreto nº 2.406, o Governo do Estado criou uma Comissão com a finalidade de definir as diretrizes básicas do Zoneamento Agroecológico do Estado de Mato Grosso, envolvendo todas as áreas relacionadas ao meio ambiente, agricultura e questões fundiárias; considerando que em 1989 já existia mapa da primeira aproximação do zoneamento, publicado pela Fundação Cândido Rondon; considerando que em 1991 a mesma Fundação publicou o documento “Bases para o Ordenamento Ecológico-Paisagístico do Meio Rural e Florestal”; qual a justificativa para explicar os custos previstos e por que o projeto ainda não está concluído, 12 anos depois dos primeiros estudos?

JUSTIFICATIVA

É dever dos membros do Parlamento zelar pela moralidade na administração pública e, portanto, pela defesa do bem-comum, finalidade precípua do Estado.

Num momento em que o Estado de Mato Grosso contrai novo empréstimo, no valor de 45 milhões de dólares, existem indícios bastante fortes de que o PRODEAGRO, financiado com o dinheiro do Banco Mundial, é responsável pelo acréscimo de 300 milhões de dólares na dívida de Mato Grosso, inclusive, por não cumprir seus objetivos sociais e ambientais, imprescindíveis para o nosso pleno desenvolvimento.

Estimativas indicam que ainda existem cerca de 70 milhões de dólares deste projeto à disposição de Mato Grosso. O Legislativo, fiscal dos negócios públicos, precisa, em nome do povo, questionar a aplicação destes recursos, até porque existem metas ainda não atingidas que estão vinculadas ao contrato internacional, aprovado pelo Senado da República.

Qual o valor real deste saldo? Onde estão os dezesseis mil indígenas que deveriam ser beneficiados? Ou as dezessete mil oitocentos e quarenta e nove famílias que receberiam terras? Os seiscentos pescadores beneficiados? Os três mil madeireiros? Os seis mil garimpeiros? E o zoneamento agroambiental que em doze anos não se conseguiu terminar? Estas e outras questões precisam ser respondidas, posto que o contrato firmado entre as partes obriga atingir essas necessidades.

Como homens públicos, responsáveis pela fiscalização dos negócios de Estado, de maneira alguma podemos permitir tal descontrole da aplicação dos recursos obtidos em empréstimos e que em muito oneram a nossa dívida pública, em nome da qual se aumenta alíquotas de impostos, sacrificando o povo.

Assim o justifico.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.
Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

4º) REQUERIMENTO:

Senhor Presidente,

Com fulcro no que preceitua o Artigo 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta augusta Casa, vimos solicitar à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Planejamento Guilherme Müller, com cópia ao Sr. Gerente do PRODEAGRO Mário Ney de Oliveira, solicitando o que menciona:

- nos primeiros cinco anos do projeto, houve o incremento esperado de 29,7 milhões de dólares em ICMS?

JUSTIFICATIVA

É dever dos membros do Parlamento zelar pela moralidade na administração pública e, portanto, pela defesa do bem-comum, finalidade precípua do Estado.

Num momento em que o Estado de Mato Grosso contrai novo empréstimo, no valor de 45 milhões de dólares, existem indícios bastante fortes de que o PRODEAGRO, financiado com o dinheiro do Banco Mundial, é responsável pelo acréscimo de 300 milhões de dólares na dívida de Mato Grosso, inclusive, por não cumprir seus objetivos sociais e ambientais, imprescindíveis para o nosso pleno desenvolvimento.

Estimativas indicam que ainda existem cerca de 70 milhões de dólares deste projeto à disposição de Mato Grosso. O Legislativo, fiscal dos negócios públicos, precisa, em nome do povo, questionar a aplicação destes recursos, até porque existem metas ainda não atingidas que estão vinculadas ao contrato internacional, aprovado pelo Senado da República.

Qual o valor real deste saldo? Onde estão os dezesseis mil indígenas que deveriam ser beneficiados? Ou as dezessete mil oitocentos e quarenta e nove famílias que receberiam terras? Os seiscentos pescadores beneficiados? Os três mil madeireiros? Os seis mil garimpeiros? E o zoneamento agroambiental que em doze anos não se conseguiu terminar? Estas e outras questões precisam ser respondidas, posto que o contrato firmado entre as partes obriga atingir essas necessidades.

Como homens públicos, responsáveis pela fiscalização dos negócios de Estado, de maneira alguma podemos permitir tal descontrole da aplicação dos recursos obtidos em empréstimos e que em muito oneram a nossa dívida pública, em nome da qual se aumenta alíquotas de impostos, sacrificando o povo.

Assim o justifico.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.
Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

5º) REQUERIMENTO:

Senhor Presidente,

Com fulcro no que preceitua o Artigo 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta augusta Casa, vimos solicitar à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Planejamento Guilherme Müller, com cópia ao Sr. Gerente do PRODEAGRO Mário Ney de Oliveira, solicitando o que menciona:

- quantos, dos 15 mil professores das redes estadual e municipal, já foram treinados? Em quê? Onde foram criadas 6.500 novas vagas escolares?

- qual o número de contratos de crédito assinados? Quanto de recurso foi liberado? Qual a instituição estatal que fiscaliza a aplicação dos recursos, o número de contratos e mutuários por município? Qual o número de inadimplentes e valores por ano? Quais as causas da inadimplência? Este crédito está implementando a renda líquida dos produtores prevista no projeto?

JUSTIFICATIVA

É dever dos membros do Parlamento zelar pela moralidade na administração pública e, portanto, pela defesa do bem-comum, finalidade precípua do Estado.

Num momento em que o Estado de Mato Grosso contrai novo empréstimo, no valor de 45 milhões de dólares, existem indícios bastante fortes de que o PRODEAGRO, financiado com o dinheiro do Banco Mundial, é responsável pelo acréscimo de 300 milhões de dólares na dívida de Mato Grosso, inclusive, por não cumprir seus objetivos sociais e ambientais, imprescindíveis para o nosso pleno desenvolvimento.

Estimativas indicam que ainda existem cerca de 70 milhões de dólares deste projeto à disposição de Mato Grosso. O Legislativo, fiscal dos negócios públicos, precisa, em nome do povo, questionar a aplicação destes recursos, até porque existem metas ainda não atingidas que estão vinculadas ao contrato internacional, aprovado pelo Senado da República.

Qual o valor real deste saldo? Onde estão os dezesseis mil indígenas que deveriam ser beneficiados? Ou as dezessete mil oitocentos e quarenta e nove famílias que receberiam terras? Os seiscentos pescadores beneficiados? Os três mil madeireiros? Os seis mil garimpeiros? E o zoneamento agroambiental que em doze anos não se conseguiu terminar? Estas e outras questões precisam ser respondidas, posto que o contrato firmado entre as partes obriga atingir essas necessidades.

Como homens públicos, responsáveis pela fiscalização dos negócios de Estado, de maneira alguma podemos permitir tal descontrole da aplicação dos recursos obtidos em empréstimos e que em muito oneram a nossa dívida pública, em nome da qual se aumenta alíquotas de impostos, sacrificando o povo.

Assim o justifico.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

6º) REQUERIMENTO:

Senhor Presidente,

Com fulcro no que preceitua o Artigo 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta augusta Casa, vimos solicitar à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o

encaminhamento do presente expediente ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Planejamento Guilherme Müller, com cópia ao Sr. Gerente do PRODEAGRO Mário Ney de Oliveira, solicitando o que menciona:

- as terras do Estado já estão cadastradas? Quantos títulos foram outorgados? Quantos milhões de hectares foram discriminados? Quantos milhões de terras públicas e privadas foram cadastradas? Foram assentadas quantas famílias, das 17.849 previstas no projeto?

- quais os avanços na implantação dos modelos demonstrativos silviculturais de manejo sustentável da floresta tropical? Quais os municípios beneficiados com estes modelos e o número de produtores beneficiados com os mesmos?

JUSTIFICATIVA

É dever dos membros do Parlamento zelar pela moralidade na administração pública e, portanto, pela defesa do bem-comum, finalidade precípua do Estado.

Num momento em que o Estado de Mato Grosso contrai novo empréstimo, no valor de 45 milhões de dólares, existem indícios bastante fortes de que o PRODEAGRO, financiado com o dinheiro do Banco Mundial, é responsável pelo acréscimo de 300 milhões de dólares na dívida de Mato Grosso, inclusive, por não cumprir seus objetivos sociais e ambientais, imprescindíveis para o nosso pleno desenvolvimento.

Estimativas indicam que ainda existem cerca de 70 milhões de dólares deste projeto à disposição de Mato Grosso. O Legislativo, fiscal dos negócios públicos, precisa, em nome do povo, questionar a aplicação destes recursos, até porque existem metas ainda não atingidas que estão vinculadas ao contrato internacional, aprovado pelo Senado da República.

Qual o valor real deste saldo? Onde estão os dezesseis mil indígenas que deveriam ser beneficiados? Ou as dezessete mil oitocentos e quarenta e nove famílias que receberiam terras? Os seiscentos pescadores beneficiados? Os três mil madeireiros? Os seis mil garimpeiros? E o zoneamento agroambiental que em doze anos não se conseguiu terminar? Estas e outras questões precisam ser respondidas, posto que o contrato firmado entre as partes obriga atingir essas necessidades.

Como homens públicos, responsáveis pela fiscalização dos negócios de Estado, de maneira alguma podemos permitir tal descontrole da aplicação dos recursos obtidos em empréstimos e que em muito oneram a nossa dívida pública, em nome da qual se aumenta alíquotas de impostos, sacrificando o povo.

Assim o justifico.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

7º) REQUERIMENTO:

Senhor Presidente,

Com fulcro no que preceitua o Artigo 272, alínea “h”, do Regimento Interno desta augusta Casa, vimos solicitar à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Planejamento

Guilherme Müller, com cópia ao Sr. Gerente do PRODEAGRO Mário Ney de Oliveira, solicitando o que menciona:

- quantos hectares foram recuperados em sistemas de microbacias e quantas unidades produtivas foram beneficiadas? Estas unidades beneficiaram os pequenos produtores?

- foi feita licitação para a contratação da cooperação técnica? Quem avalia a mesma?

- qual o organismo independente encarregado da avaliação deste projeto? Já ocorreram avaliações? Quais os resultados da mesma e que medidas foram tomadas para implementá-las? Quais os impactos das medidas implementadas?

JUSTIFICATIVA

É dever dos membros do Parlamento zelar pela moralidade na administração pública e, portanto, pela defesa do bem-comum, finalidade precípua do Estado.

Num momento em que o Estado de Mato Grosso contrai novo empréstimo, no valor de 45 milhões de dólares, existem indícios bastante fortes de que o PRODEAGRO, financiado com o dinheiro do Banco Mundial, é responsável pelo acréscimo de 300 milhões de dólares na dívida de Mato Grosso, inclusive, por não cumprir seus objetivos sociais e ambientais, imprescindíveis para o nosso pleno desenvolvimento.

Estimativas indicam que ainda existem cerca de 70 milhões de dólares deste projeto à disposição de Mato Grosso. O Legislativo, fiscal dos negócios públicos, precisa, em nome do povo, questionar a aplicação destes recursos, até porque existem metas ainda não atingidas que estão vinculadas ao contrato internacional, aprovado pelo Senado da República.

Qual o valor real deste saldo? Onde estão os dezesseis mil indígenas que deveriam ser beneficiados? Ou as dezessete mil oitocentos e quarenta e nove famílias que receberiam terras? Os seiscentos pescadores beneficiados? Os três mil madeireiros? Os seis mil garimpeiros? E o zoneamento agroambiental que em doze anos não se conseguiu terminar? Estas e outras questões precisam ser respondidas, posto que o contrato firmado entre as partes obriga atingir essas necessidades.

Como homens públicos, responsáveis pela fiscalização dos negócios de Estado, de maneira alguma podemos permitir tal descontrole da aplicação dos recursos obtidos em empréstimos e que em muito oneram a nossa dívida pública, em nome da qual se aumenta alíquotas de impostos, sacrificando o povo.

Assim o justifico.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Srs. Deputados, o contrato da PRODEAGRO prevê que tem que haver uma avaliação e eu quero saber qual o organismo. Pelas informações que eu tenho, não foi feita nenhuma vistoria no contrato da PRODEAGRO até agora e foram liberados aproximadamente cento e quarenta milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Bom-dia, Sr. Presidente, colegas Deputados, para apresentar Indicação de nossa autoria:

Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários e ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade da construção e instalação de 01 (um) centro de abastecimento alimentício (feira), no Município de Várzea Grande.

Com fulcro na Resolução n^o 18/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários e ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a urgente necessidade da construção e instalação de 01 (um) centro de abastecimento alimentício (feira), no Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

O Município de Várzea Grande apresenta um elevado índice de crescimento populacional, hoje com 193.401 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o crescimento populacional, aumenta a procura em todas as áreas, tais como saúde, educação, infra-estrutura e outras. Por isso o município deve crescer juntamente com a população, pois apenas dessa forma poderá atender de maneira satisfatória a demanda habitacional.

Observamos que o Município de Várzea Grande até o presente momento não foi beneficiado com 01 (um) centro de abastecimento alimentício (feira). Visando a atender as inúmeras reivindicações dos moradores desse Município, apresentamos a presente Indicação no sentido de que seja construído e instalado um centro, em local amplo, com toda infraestrutura necessária para que os produtos em geral, hortifrutigranjeiros, carnes bovina, suína, aves e peixes, possam ser comercializados com total higiene, segurança e conforto. Dessa forma, erradicaremos os locais não adequados de comercialização desses produtos, onde os alimentos ficam expostos ao céu aberto, sem nenhuma condição de higiene, podendo causar sérios prejuízos à saúde da população consumidora.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares, no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

Quero aqui pedir o apoio dos Deputados do Governo para nos ajudar a construir em Várzea Grande um centro de abastecimento popular. Hoje, vemos as precárias condições de atendimento ao consumidor e há necessidade de se levar produtos de boa qualidade aos consumidores, principalmente frutas, verduras e carnes que ficam no tempo.

Quero também dizer ao nobre colega Deputado Moacir Pires que a questão da febre aftosa em Mato Grosso realmente é de muita importância e preocupante. Portanto, eu gostaria que o colega Deputado fizesse uma denúncia e realmente indicasse quem são os infratores que trazem gado para o Estado ou para os municípios sem a GTA-Guia de Transporte Animal.

Quero dizer também ao Deputado Moacir Pires que nós temos uma preocupação ainda maior em relação ao Projeto Tampão, do Ministério da Agricultura, do INDEA, da FAMATO, porque as estradas do Norte do Estado poderão ficar bloqueadas com a transição de animais para o centro consumidor de Cuiabá. Em todas as divisas com a Bolívia, Paraguai e Amazonas, o transporte animal daquela região ficará suspenso a partir de 1º de julho. Portanto, é uma preocupação maior ainda em relação à pecuária do Estado de Mato Grosso.

E, também, Sr. Presidente, para apresentar outra Indicação:

Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade da recuperação asfáltica da MT-358, no trecho compreendido entre o Município de Tangará da Serra e a Usina Itamarati Norte S/A.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade da recuperação asfáltica da MT-358, no trecho compreendido entre o Município de Tangará da Serra e a Usina Itamarati Norte S/A.

JUSTIFICATIVA

Estudos realizados no Brasil sempre demonstraram que a carência de estradas, além de acarretar a elevação no custo operacional do transporte rodoviário, tem conseqüência clara e evidente na elevação do custo dos insumos e redução do preço dos produtos agrícolas para os produtores.

Esse trecho compreendido entre o Município de Tangará da Serra à Usina Itamarati Norte S/A está praticamente intransitável, prejudicando toda a região, que é uma das mais importantes para o Estado, pois tem uma forte economia voltada para a pecuária, a agricultura e, também, para a indústria, contribuindo vultosamente com a arrecadação para o Estado.

Com o intenso tráfego, a situação vem se agravando a cada dia, transformando o asfalto em verdadeiras crateras, possibilitando a cada instante a ocorrência de acidentes.

Essa situação vem gerando um ônus cada vez maior para o produtor e para o usineiro, principalmente com o aumento dos fretes.

Preocupado com a presente realidade, propomos esta Indicação para que medidas de caráter urgente possam ser tomadas visando a recuperação da Rodovia, possibilitando o tráfego de veículos leves e pesados.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB.

Quero, também, Sr. Presidente, sugerir à Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio que requeira à Mesa Diretora desta Casa de Leis a realização de uma audiência pública para debatermos a questão das estradas de Mato Grosso. Na oportunidade, eu gostaria que se fizessem presentes o Sr. Governador do Estado, o Sr. Secretário de Infra-Estrutura, o Sr. Diretor-Presidente do DVOP e demais autoridades competentes, os Srs. Deputados do Governo e da Oposição, para que possamos esclarecer à opinião pública a questão das estradas de Mato Grosso, porque infelizmente, hoje, nós temos centenas de indicações referentes a estradas. Então, vejo a necessidade da realização dessa audiência e quero anunciar hoje à noite a data para discutirmos a questão das estradas de Mato Grosso que, infelizmente, não estão dando condições de trânsito para o escoamento da nossa produção.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Deputado Everaldo Simões.

O SR. EVERALDO SIMÕES - Sr. Presidente, nobres Pares, para apresentar Indicação:

Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP a necessidade urgente de recuperação da Estrada da Liquilândia, na região do Baixo Araguaia.

Com fulcro no Artigo 245 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, após ouvido o soberano Plenário, proponho à Mesa Diretora que seja encaminhada uma Indicação ao Exm^o Sr. Dante Martins de Oliveira, DD. Governador do Estado, e o Sr. José Carlos Novelli, MD. Diretor-Presidente do DVOP-Departamento de Viação e Obras Públicas, mostrando a urgente necessidade de se proceder à recuperação da Estrada da Liquilândia, extensão BR-242, que liga a BR-158, do posto da Mata (Nova Suiá), à BR-080, na altura da Fazenda Liquilândia, na região do Baixo Araguaia.

JUSTIFICATIVA

Os municípios que integram a região do Baixo Araguaia vivem período de intenso progresso, cada um se desenvolvendo com suas características peculiares, graças à arrojada força de trabalho da brava gente que povoa aquele imenso território. E é natural que surjam problemas de toda ordem e que o Estado se faça presente no equacionamento e resolução dos mesmos.

No que concerne ao transporte viário, no momento, destacamos a Estrada da Liquilândia por estar representando um colapso, vez que naquele trecho a rodovia se encontra literalmente intransitável.

Destacamos que esse trecho representa um dos mais importantes elos de interligação rodoviária do Baixo Araguaia. Por ali é escoada boa parte dos produtos pecuários da região para os grandes frigoríficos de abate e industrialização.

Trata-se, pois, de uma reivindicação da maior importância para essa rica região que tanto contribui para o progresso de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado EVERALDO SIMÕES - PFL

Sr. Presidente, caros colegas Deputados, hoje, durante todo o dia, estaremos dirigindo-nos à imprensa para denunciar um caso gravíssimo de descaso, de desatenção, de desserviço que está ocorrendo na minha região, a região do Araguaia, envolvendo autoridades do INCRA, prefeituras e diversos produtores rurais sem-terra.

Malgrado a interferência amistosa e proveitosa do Deputado Elarmin Miranda, nós não estamos conseguindo em várias missões, inclusive de paz, contornar um caso de desleixo do INCRA com o trato da coisa pública naquela região.

A situação, mais ou menos, já se afigura como de conflito aberto. Eu vou alertar hoje as autoridades e o povo porque, provavelmente, nós teremos morte. Isso já é um quadro bem delineado e deverá haver um confronto. Trata-se da ocupação de uma fazenda desapropriada pelo INCRA. Ele fez a desapropriação, selecionou, sorteou os futuros ocupantes daquela Gleba e lá não mais apareceu. Então, recentemente, aqueles colonos sorteados e os não sorteados resolveram invadir essa fazenda para tomar providências com as suas próprias mãos. Criou-se, então, uma situação de choque entre aqueles que já foram sorteados e que têm direito, porque eles foram sorteados para aquela Gleba, e outros, inclusive alguns aventureiros, pessoas do Pará, comerciantes de terra, que foram mais rápidos e ocuparam as melhores áreas.

Então, já está montado um esquema. Hoje, deverá começar uma invasão da Prefeitura Municipal, de algumas propriedades rurais, inclusive uma nossa deverá ser invadida...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO SE ENCONTRA ESGOTADO.)

O SR. EVERALDO SIMÕES - Então, uma propriedade nossa deverá ser invadida, como uma demonstração aos Deputados para que trabalhem mais. Na verdade, nós não fomos bastante eficiente ao acreditar na conversa do INCRA, mas, a partir de hoje, nós vamos denunciar isso porque aquilo que aconteceu na região, nós temos já um culpado, o único e exclusivo, que é o Governo do Estado, na pessoa do administrador local do INCRA e da Polícia Federal que foi convocada a participar e até agora lá não se apresentou.

Portanto, caríssimo Presidente, caríssimos Pares, era essa a declaração que eu tinha a dar, e durante todo dia eu estarei fazendo essa comunicação à imprensa local. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, colegas Deputados, para apresentar proposições de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação a necessidade de reforma da quadra de esportes da EEPSPG Getúlio Vargas, no Município de Cocalinho.

Com fulcro na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de reforma da quadra de esportes da EEPSPG Getúlio Vargas, no Município de Cocalinho.

JUSTIFICATIVA

A EEPSTG Getúlio Vargas, em Cocalinho, está reivindicando a reforma da quadra para que possa atender adequadamente os seus alunos e demais membros da comunidade onde está inserida, pois seu estado está bastante precário, sem o mínimo de condições para a prática desportiva e o lazer.

A cidade de Cocalinho não possui nenhum centro esportivo, o que leva a população a procurar as escolas estaduais e municipais, o que exige reformas e manutenção constantes.

Com base no exposto, justifico esta Indicação, aguardando sua aprovação e pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado ELIENE - PSB

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde a urgente necessidade da doação de um veículo alto à Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Boa Vista-ASPPAV, em Paranatinga.

Com fulcro na Resolução nº 18/91, requero à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a urgente necessidade da doação de um veículo alto à Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Boa Vista-ASPPAV, em Paranatinga.

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Boa Vista-ASPPAV, em Paranatinga, está reivindicando um veículo alto para atender as cento e vinte famílias da Gleba Boa Vista, que têm sido atingidas por doenças, na maioria dos casos malária.

A localidade fica a cento e noventa quilômetros da cidade, o que vem dificultar o transporte e atendimentos de emergência.

Em alguns casos, os parceleiros utilizam o sistema de carona, indo até mesmo a Goiânia para serem tratados.

Diante disso, a Associação entende que com a doação de um veículo alto esse problema seria amenizado, pois o socorro se daria de forma mais rápida e com segurança, já que a estrada geralmente se encontra em péssimo estado de trafegabilidade.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado ELIENE - PSB

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública a urgente necessidade de investimentos em recursos humanos e materiais na Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso.

Com fulcro na Resolução nº 18/91, requero à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, mostrando a urgente necessidade de investimentos em recursos humanos e materiais na Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

O índice de violência em nosso Estado tem aumentado significativamente, deixando a população e as autoridades apreensivas.

Além da crise generalizada pela qual passa o País, a falta de nova filosofia, concepção de segurança e de condições de trabalho para as polícias têm sido apresentadas como as causas para esse quadro, que se apresenta quase insuperável e insustentável.

Preocupados com a situação, a AMDEPOL-Associação Mato-grossense de Delegados de Polícia e o SINDEPO-Sindicato dos Delegados de Polícia de Mato Grosso reivindicam ao órgão competente e ao Governador o investimento necessário para que a Polícia Judiciária Civil, como parte importante da Segurança Pública Estadual, possa trabalhar com dignidade em prol da população que está entregue à própria sorte.

Para que possam desenvolver minimamente a função, faz-se necessário atender reivindicações básicas como instalações físicas, elétricas e hidráulicas adequadas e não improvisadas, oferecendo condições de trabalho e segurança interna e externa, para dificultar as constantes fugas; renovação de viaturas, armas e efetivo policial, já de comprovada carência, que vem diminuindo substancialmente em contradição com a demanda de trabalho que cresce a cada dia - de 300 delegados necessários, a polícia possui 164, incluindo 16 pedidos de aposentadoria, de 2.500 agentes policiais necessários, somam hoje apenas 960, segundo o Presidente do SIAGESPOC, e os escrivães contam com um efetivo de 230, quando há necessidade de 500 -; retomada do fornecimento de combustível, pois este foi interrompido há mais de dois anos, e de repasse mensal de R\$165.000,00 para o custeio da máquina. As cadeias públicas precisam de guardas carcerários em um número suficiente para que esta função não seja desempenhada pelos policiais já em número escasso.

Além disso, reivindicam material de expediente e a informatização das unidades respectivas para melhor desempenho do trabalho.

Enfim, o que a Polícia Judiciária Civil reivindica é investimento em recursos humanos e materiais, para que ela possa recuperar o seu poder de ação e impedir o avanço da criminalidade contra a sociedade que se encontra indefesa.

Com base no exposto, justifico esta Indicação, aguardando manifestação favorável desta Casa de Leis e do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado ELIENE - PSB

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP a urgente necessidade de manilhamento do córrego que perpassa o Bairro Jardim Leblon.

Com fulcro na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a urgente necessidade de manilhamento do córrego que perpassa o Bairro Jardim Leblon.

JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores do Bairro Jardim Leblon, em Cuiabá, vem lutando incansavelmente para buscar soluções para os problemas que vêm sendo enfrentados pela comunidade.

Uma das reivindicações principais é o manilhamento do córrego que por muitos anos vem tirando o sossego dos moradores, principalmente nos tempos de chuva.

Assim, a Associação reivindica o manilhamento, bastando para isso 80 manilhas, o que poderá ser efetuado em parceria com a comunidade.

Com base no exposto, justifico esta Indicação, certo da aprovação e pronto atendimento pelos órgãos competentes.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado ELIENE - PSB

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a urgente necessidade da instalação de um laboratório de informática na EEPSG Osvaldo Cândido Pereira, em Paranatinga.

Com fulcro na Resolução nº 18/91, requieiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a urgente necessidade da instalação de um laboratório de informática na EEPSG Osvaldo Cândido Pereira, em Paranatinga.

JUSTIFICATIVA

A EEPSG Osvaldo Cândido Pereira, em Paranatinga, foi contemplada pelo projeto de automação do Ministério de Educação.

Acontece que a direção não conseguiu viabilizar os recursos necessários para a instalação elétrica na ordem de R\$2.393,55, para refrigeração do ambiente, R\$2.438,00, e para proteção da janelas, R\$800,00.

Dessa forma, para que o ensino não seja ultrapassado e venha acompanhar o avanço tecnológico, exigência dos tempos de hoje, é que reivindicam ao órgão competente as providências necessárias para que a instalação do laboratório se efetue em menos prazo de tempo possível.

Com base no exposto, justifico esta Indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado ELIENE - PSB

6ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requieiro à Mesa Diretora, ouvido o egrégio Plenário, que seja enviada Moção de Congratulações ao Prof. Edivá Pereira Alves, Secretário Municipal de Educação de Cuiabá, pela realização do IV Fórum Estadual da UNDIME-MT e pela eleição da nova Diretoria, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através da Deputada e Deputados que a compõem, congratula o Prof. Edivá Pereira Alves, Secretário Municipal de Educação de Cuiabá pela realização do IV Fórum Estadual da UNDIME-MT em

15 e 16 de março do corrente ano, quando aconteceu a eleição da nova Diretoria para o biênio 1999/2000.

A nova Diretoria ficou constituída pelo Prof. Edivá Pereira Alves, na Presidência; pelo Sr. Mauri Costa, Secretário Municipal de Educação de Matupá, na Vice-Presidência; pelo Sr. Pedro Paulo Borré, Secretário Municipal de Educação de Guarantã do Norte, na 1ª Secretaria; pela Profª Cecília Cardozo Alves, Secretária Municipal de Educação de Jaciara, na 2ª Secretaria; pela Profª Terezinha Pascoal Ferrari, Secretária Municipal de Educação de Mirassol d'Oeste, na 1ª Tesouraria; pela Profª Soleni Terezinha Vendruscolo Loris, Secretária Municipal de Educação de Nova Mutum, na 2ª Tesouraria; pelo Prof. Écio Almagro de Moura, Secretário Municipal de Educação de Alta Floresta, como 1º Vogal; pela Profª Neuza Katsulso Unogiaconazzi, Secretária Municipal de Educação de Juara, como 2ª Vogal.

Esta Casa de Leis deseja que a nova Diretoria consiga atingir o que se propõe que é “não só lutar pela solução dos problemas educacionais, como engajar-se no aprofundamento e redefinição do pacto federativo, segundo as exigências do momento atual”.

Manifesta-se ainda solidária e parceira à UNDIME-MT na luta e defesa dos interesses da Educação.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado ELIENE - PSB

8ª) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a centralização do Sistema de Telefone de Chamadas de Emergência e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, o sistema que centraliza todos os números de telefone de emergência da polícia, unificando as chamadas no número 190.

Art. 2º A Secretaria de Estado de Segurança Pública dotará a Central de Atendimento Único de Chamadas de Emergência de todos os recursos técnicos, logísticos, equipamentos e recursos humanos para a consecução do objetivo, assim como do preparo e treinamento do pessoal necessário a esse serviço.

Art. 3º A Central de Atendimento Único de Chamadas de Emergência unificará os serviços do Corpo de Bombeiros, da Polícia Florestal, da Polícia Rodoviária, da Polícia de Trânsito, do Resgate, da Polícia Civil, da Assistência Social e da Polícia Militar, e funcionários efetuarão a triagem das chamadas, acionando de imediato as unidades competentes.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente do Estado.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Através do telefone 190 qualquer pessoa pode acionar de imediato o serviço de atendimento policial para prevenção e repressão à criminalidade e/ou a outras situações de perigo, visando à solução de problemas relacionados à área de segurança.

A presente propositura visa a centralizar todas as chamadas de emergência em um mesmo número de telefone, amplamente divulgado e muito conhecido pela população. Nessa central, funcionários treinados receberão a chamada e acionarão de imediato a unidade competente.

Ocorre que as instituições responsáveis pela segurança pública não trabalham ainda de forma integrada e não articulam iniciativas. Não existe uma coordenação geral permanente, assim como não existe mecanismo que atende de imediato as chamadas da população.

Com o atendimento emergencial unificado no 190 para a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiro, Polícia de Trânsito, Polícia Florestal, Polícia Rodoviária, Resgate e Assistência Social, estaremos promovendo o tão desejado atendimento policial imediato ao solicitante.

Crianças, idosos, gestantes e toda a população irão se beneficiar, efetuando apenas uma ligação.

Esse sistema é utilizado em muitos outros países e em alguns estados do Brasil, sempre no sentido de facilitar o atendimento emergencial à população.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o número utilizado é o 191.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 14 de abril de 1999.

Deputado ELIENE - PSB

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, em meu nome, do Deputado José Carlos Freitas e do Deputado Hermínio J. Barreto, quero anunciar a presença da Sr^a Carmem de Sá, Presidente do Conselho de Segurança de Rondonópolis e da região Sul, e do Sr. Rui.

Eu queria dizer a V. Ex^a que Rondonópolis ficou um dia de luto, todo o comércio fechou, em protesto pela falta de segurança pela qual o Município e a região estão passando.

Hoje existem, e estão se tornando normais, seqüestro e assalto à mão armada, com assassinato durante o dia lá em Rondonópolis. Por isso eu apresentei uma Moção de Repúdio ao Cel. Hilário Mozer, Secretário de Segurança Pública, e ao Cel. Renato Martins.

Querida dizer a V. Ex^a que eu recebi de um major da Polícia Militar um dossiê de denúncias contra a Secretaria de Segurança Pública e contra a Polícia Militar.

Então, eu queria aqui anunciar a presença da Sr^a Carmem de Sá e dizer da indignação de Rondonópolis contra a questão da Segurança do Governo Dante de Oliveira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Projetos: O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar dois

1º) PROJETO DE LEI:

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira Profissionalizante, Cultural e de Preservação do Meio Ambiente.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira Profissionalizante, Cultural e de Preservação do Meio Ambiente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Associação Brasileira, Profissionalizante, Cultural e de Preservação do Meio Ambiente-ABRASSA constituiu-se com o objetivo de proporcionar ao setor jovem da comunidade mato-grossense formação profissional, visando a gerar emprego e renda para a camada carente da população.

Para tanto, nestes quase dois anos de existência esteve desenvolvendo um trabalho constante de consultoria junto a sindicatos e outras organizações sociais do Estado e elaborando projetos de qualificação profissional para atingir a totalidade dos membros do Sindicato da Saúde/MT, do Sindicato dos Gráficos, do Sindicato dos Vigilantes/MT, Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Terrestre/MT, Sindicato dos Correios/MT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaciara/MT, Grupo de Mulheres, entre outros.

Da mesma forma, vem desenvolvendo trabalhos/projetos na área cultural, objetivando desenvolver nos jovens carentes das comunidades das cidades de Várzea Grande e Cuiabá o gosto artístico na área de música e teatro através de curso básico de música e teatro, fazendo florescer no coração desses adolescentes carentes o respeito por si mesmo e ainda, fazendo surgir, a partir do talento dos próprios participantes, oportunidades de trabalho nas áreas em destaque.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.

Deputado GILNEY VIANA - PT

2ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Extingue o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Poder Legislativo e a Comissão Permanente de Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso e cria a Comissão Permanente

de Direitos Humanos e Cidadania e dá
outra providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Artigo 36, *caput*, da Constituição Estadual e Artigos 257, Inciso IV, 467 e seguintes do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Ficam extintos o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Poder Legislativo e a Comissão Permanente de Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso.

Art. 2º Fica criada a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania.

Art. 3º À Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania compete:

I - opinar sobre aspectos atinentes a questões de segurança social e sistema penitenciário;

II - opinar e acompanhar, especialmente, aspectos atinentes a direitos que envolvem a criança, o adolescente e o idoso.

III - opinar sobre aspectos atinentes a direitos daqueles que compõem as minorias, como a mulher, o índio e o negro;

IV - promover a defesa dos direitos humanos em Mato Grosso, nos termos das Constituições Federal e Estadual;

V - tomar iniciativa, via prerrogativas legais, para a efetiva defesa do cidadão lesado em seus direitos fundamentais;

VI - investigar os problemas de interesse público que versam sobre a violação dos direitos humanos, bem como realizar audiências públicas para esclarecer situações que afetam a construção da cidadania.

VII - realizar colóquios, simpósios e seminários referentes à promoção de direitos humanos e à defesa da cidadania.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A discussão sobre direitos humanos fundamentais, a sua garantia e, infelizmente, a sua contumaz violação, levou esta colenda Casa de Leis a criar o Conselho de Direitos Humanos, embora constituído como se fosse uma comissão da Casa.

Com este encaminhamento, os digníssimos Deputados foram contra a própria concepção da palavra conselho que, na sua essência, já pressupõe a plurirrepresentatividade, isto é, já pressupõe que na sua constituição estejam representados segmentos da sociedade civil, através de suas entidades representativas e setores governamentais - prática esta existente no País, que vem consagrando os ditames constitucionais que garantem a participação da comunidade na vigilância às políticas públicas, neste caso àquelas ligadas a direitos fundamentais da pessoa humana.

Talvez por este equívoco original, o Conselho até o momento não tenha funcionado a contento.

Isto posto, verifica-se que a extinção do Conselho ora em tela não trará nenhum dissabor a esta respeitável Casa, principalmente porque nascerá para fortalecer

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

ainda mais o excelente desempenho desta Casa, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania que abraçará as competências e prerrogativas do próprio Conselho, como também trará para si aquelas destinadas à Comissão de Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso.

Desta forma, a Assembléia Legislativa Mato-grossense estará entrando em consonância com o trabalho já realizado pela Câmara dos Deputados, através de sua Comissão Parlamentar de Direitos Humanos, como também com as Casas de Lei irmãs dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba e Espírito Santo.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.

Deputado GILNEY VIANA - PT

Permita-me também aproveitar este curto espaço de tempo que o Regimento nos faculta para informar ao Plenário da Assembléia Legislativa que ontem a Deputada Serys Silhessarenko, o Deputado Zé Carlos do Pátio e eu estivemos na EMPAER, a convite do Sindicato dos Trabalhadores da EMPAER. Todos eles, a liderança sindical e os funcionários, estavam alarmados, aterrorizados, porque pairava sobre as suas cabeças a ameaça de demissão de cento e quarenta e cinco servidores técnico-administrativos, sem uma clara definição do porquê da demissão. Além desses, mais cinqüenta funcionários, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, daquela empresa também, através do PDV, estão em processo de afastamento.

Pois bem, qual é a questão? A questão é que a propósito de se usar os 45 milhões de dólares advindos da contratação de empréstimo junto ao Banco Mundial, dos quais 6 milhões e 400 mil dólares são destinados à reestruturação da EMPAER, o primeiro sinal da reestrutura que o Governo deu para a EMPAER foi justamente o processo de demissão de cerca de duzentos e dez dos seus funcionários. Ou seja, não se trata, ao meu ver, de reestruturação, mas de desmonte da EMPAER. Aliás, eu gostaria de registrar que estive também na Câmara Municipal de Várzea Grande e alguns Vereadores, particularmente o Líder do Governo Municipal, o Vereador Ênio, me mostrou uma série de fotografias do Centro de Treinamento da EMPAER de Várzea Grande, a sucata que ficou após a primeira gestão de Dante de Oliveira. Ou seja, se a mostra do Centro de Treinamento da EMPAER de Várzea Grande for aplicada ao conjunto da EMPAER, certamente, não só desmontará, mas deixará literalmente a sucata que não terá função social mais, seja para atender o grande, o pequeno ou o médio proprietário rural.

Agora, houve um desprante da parte do Governo e da parte da direção da EMPAER. Chamaria a atenção do nobre Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, porque houve um acordo firmado entre a representação do Governo do Estado de Mato Grosso e a direção da EMPAER, junto ao Sindicato que representa os trabalhadores, de que nenhuma demissão seria feita, seria decidida sem antes haver uma conversação.

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO SE ENCONTRA ESGOTADO.)

O SR. GILNEY VIANA - No entanto esse acordo assinado no dia 12 de março de 1999 não foi respeitado. E o que é mais grave, o Governador e a direção, e agora a *Folha do Estado*, de 14 de abril de 1999, na página 03, diz que o Sr. Diretor de Operações da EMPAER, o Sr. Juarez Alves, confirma que o dinheiro do crédito contratado junto ao Banco Mundial não servirá para pagar dívidas trabalhistas, sejam indenizações trabalhistas ou cláusulas rescisórias das eventuais demissões. Trata-se de esbulho não apenas aos servidores

da EMPAER, mas também ao Senado Federal, ao qual o Sr. Dante de Oliveira falou claramente que a reestruturação da EMPAER implica em reestruturação propriamente dita e pagamento de indenizações e cláusulas rescisórias das eventuais demissões.

O SR. PRESIDENTE - Eu quero agradecer a visita dos membros do Clube dos Desbravadores Estrela do Oriente na Assembléia Legislativa, através do programa "Por Dentro do Parlamento", da Secretaria de Imprensa da Casa.

Registro aqui a presença do Conselheiro Isaiás Pereira Rodrigues, Capitão Edinaldo Pereira Ferreira, Secretário Carlos do Carmo Moreira e do Desbravador Bruno Pereira da Silva. Agradeço a presença de todos nesta Casa. É uma honra tê-los aqui.

Com a palavra, o Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados, utilizamos o Pequeno Expediente para anunciar que a cidade de Rondonópolis, ontem, esteve em luto e continua em luto pela morte do Delegado da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, Dr. Salustiano, que há muitos anos ajuda a comandar a Polícia Civil daquela cidade. Ontem, a cidade parou para o sepultamento do Dr. Salustiano, e tivemos a satisfação, Sr. Presidente, de representar o Poder Legislativo lá. Foi um sepultamento que realmente comoveu a população, todo o quadro de funcionários da Polícia Civil esteve presente e mostrou a toda a sociedade de Rondonópolis o quanto o Dr. Salustiano era querido. Portanto, na oportunidade, tivemos o prazer de representar o Poder Legislativo, representar V. Ex^a naquele ato triste a que a cidade assistiu.

O Dr. Salustiano participou, mesmo com a insegurança, trabalhou lá pela sociedade e fez um trabalho extraordinário. E a sociedade sempre respeitou o Dr. Salustiano por sua moral, por sua maneira de agir ao cuidar da nossa segurança - ele agia de forma independente, pedia colaboração ao comércio, pedia participação da sociedade para contribuir nos diversos casos elucidados por ele e pela sua equipe da Polícia Civil.

É bom lembrar que está presente aqui, já dito pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, a Dona Carmem, que é uma guerreira que participa e colabora com a política de segurança dos bairros. Nós gostaríamos de dizer que estamos com a nossa assessoria, aproveitando a presença da Dona Carmem aqui, trabalhando para que o Estado, realmente, crie um conselho comunitário de segurança estadual, para que nós possamos ter a presença da gente simples e humilde opinando quanto à segurança deste Estado, que toda a nossa sociedade está precisando. Portanto, estamos lutando para que possamos ter dias melhores.

Nós sabemos que a questão financeira é difícil, mas, com a participação popular, com as bases dos diversos bairros e comunidades participando diretamente, dando opinião para as nossas autoridades, nós vamos chegar a um denominador comum para que possa melhorar a segurança, sem tantos gastos, como reclama o Governo do Estado.

Portanto, eu quero aqui, mais uma vez, deixar os votos de condolências à família do Dr. Salustiano, em nome de toda a sociedade de Rondonópolis e do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que prestigiam esta Sessão, para apresentar proposições de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário Estadual de Saúde, a necessidade de implantação de um centro estadual de atendimento especializado.

Com fulcro no Regimento Interno desta Casa, após ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário Estadual de Saúde, mostrando a necessidade de implantação de um centro estadual de atendimento especializado.

JUSTIFICATIVA

Hoje, há uma preocupação imensa em relação à saúde. É um desafio aos governantes e precisamos encontrar meios práticos para aprimorar o sistema atual.

A saúde do ser humano está relacionada com a capacidade de produção de cada ser. Existindo saúde de qualidade, haverá muito mais progresso e menos problemas.

A idéia da criação de um centro de atendimento especializado tem como objetivo avaliar a grande demanda do Pronto-Socorro da Capital, bem como otimizar os atendimentos rotineiros nas policlínicas dos bairros.

O centro de atendimento especializado promoveria a concentração das diversas áreas de especialidades da saúde, associado a uma central de vagas que encaminharia o paciente com rapidez e eficiência para a realização do necessário exame.

Certo do apoio de V. Exª, manifesto mais uma vez minha convicção de que, aprovando esta medida, estamos contribuindo para o desenvolvimento de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado CARLOS BRITO - PSDB

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário Estadual de Educação, a urgente necessidade de ampliação de 04 (quatro) salas de aula na Escola Estadual de 2º Grau Profª Eucáris Nunes da Cunha Moraes, no Município de Poconé.

Com fulcro no Regimento Interno desta Casa, após ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário Estadual de Educação, mostrando a urgente necessidade de ampliação de 04 (quatro) salas de aula na Escola Estadual de 2º Grau Profª Eucáris Nunes da Cunha Moraes, no Município de Poconé.

JUSTIFICATIVA

O grande projeto nacional “Toda Criança na Escola” é passo importante na preocupação com as nossas crianças e juventude. É com este objetivo que queremos melhorar a qualidade das dependências da Escola Estadual de 2º Grau Profª Eucáris Nunes da Cunha Moraes, no Município de Poconé, por ser o único estabelecimento de ensino com o curso de 2º grau e por se encontrar sem condições de atender o grande número de estudantes.

É importante lembrar que a escola tem hoje matriculados regularmente 1.300 (mil e trezentos) alunos, contando apenas com 08 (oito) salas de aula, gerando transtorno ao alunado e professores, razão da necessidade de ampliação de quatro salas de aula.

Certos da cooperação e do apoio de V. Ex^{as}, manifesto mais uma vez minha convicção de que, aprovando esta medida, estamos contribuindo para o desenvolvimento da nossa educação.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.
Deputado CARLOS BRITO - PSDB

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas, a urgente necessidade de reforma das pontes sobre o córrego Pindaíval, no Distrito de Arruda, e sobre o rio Manso, localidade de Forquilha e Marzagão, no Município de Rosário Oeste.

Com fulcro no Regimento Interno desta Casa, após ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa que seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas, mostrando a urgente necessidade de reforma das pontes sobre o córrego Pindaíval, no Distrito de Arruda, e sobre o rio Manso, localidade de Forquilha e Marzagão, no Município de Rosário Oeste.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação pretende beneficiar o desenvolvimento do Município de Rosário Oeste, onde as pontes sobre o córrego Pindaíval e o rio Manso, na Gleba Forquilha, encontram-se em estado precário.

Hoje, na Gleba Forquilha, onde estão instaladas mais de 350 famílias, cultivando mais de 1.500 hectares de arroz, os produtores não dispõem de outra via de acesso mais próxima e estão na iminência de perder as suas produções, sem condições de transporte até o centro comercial.

Considerando que tais obras serão de grande importância, solicito a V. Ex^a a aprovação destas medidas para o melhor atendimento da região.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.
Deputado CARLOS BRITO - PSDB

4ª) MOÇÃO DE APLAUSOS: Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno desta Casa, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada ao Deputado Federal Murilo Domingos Moção de Aplausos nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representada pelos Deputados que a compõem, e expressando o pensamento do povo mato-grossense envia a presente Moção de Aplausos ao Deputado Federal Murilo Domingos pelo brilhante trabalho de conscientização ecológica do Projeto “Salve o Peixe, Salve o Rio”, que vem desenvolvendo em nosso Estado.

Pela luta e sucesso alcançado é que externamos os nossos aplausos ao Deputado Federal Murilo Domingos e a toda a sua equipe de trabalho.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.
Deputado CARLOS BRITO - PSDB

5ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Eliseu Lemos Padilha.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, de acordo com o artigo 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder ao Sr. Eliseu Lemos Padilha o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O homem público tem que ter a visão do estadista que não se preocupa somente com a parte, o detalhe, e, sim, com o todo, o global.

O Dr. Eliseu Lemos Padilha tem uma longa folha de serviços prestados ao nosso povo. Natural do Rio Grande do Sul, é possuidor de sólida formação acadêmica, sendo Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, e pós-graduado em Direito Político. Exerceu os cargos de Prefeito do Município de Tramandaí-RS de 1989 a 1992 e de Deputado Federal de 1995 a 1999. É o atual Ministro da República dos Transportes, tendo também exercido o cargo de Secretário de Estado de Trabalho Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul em 1995.

Quando Deputado Federal, integrou, como titular, as seguintes Comissões:

- Finanças e Tributação;
- Educação (PEC 233-A/95);
- Petróleo;
- Plano de Saúde;
- Negociações Trabalhistas;
- Precatórios (PEC 407-A/96).

Como Suplente:

- Reforma Administrativa (PEC 173-A/95);
- Viação e Transportes;
- Autonomia das Unidades (PEC 370-A/96).

Proferiu, em quase todos os cantos deste imenso País, palestras com o objetivo de esclarecer ao povo as potencialidades do País, bem como, no exterior, já como Ministro dos Transportes, tais como:

- “As oportunidades de negócios na privatização da infra-estrutura brasileira” - Monte Carlo, Mônaco;
- “O transporte terrestre e o MERCOSUL” - Buenos Aires, Argentina;
- “As oportunidades de investimentos no presente contexto de transformação e modernização de infra-estrutura” - Bonn, Alemanha;
- “As oportunidades de investimento e na infra-estrutura de transportes” - Londres, Inglaterra.

É a este insigne gaúcho que estamos propondo a concessão do Título de Cidadão Mato-grossense, e a justificativa fundamenta-se nos relevantes serviços prestados ao País e a Mato Grosso, na forma da efetiva implementação da política de transportes, com o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

apoio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, fazendo realidade as hidrovias, a ferrovia e a recuperação das rodovias do Estado.

Convidamos nossos ilustres Pares a conhecerem as singulares qualidades de caráter, extraordinária formação profissional e o monumental e edificante trabalho desenvolvimentista em favor do Estado, para, aí então, juntos homenagearmos com distinção esse amigo de Mato Grosso com o Título de Cidadão Mato-grossense.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado CARLOS BRITO - PSDB

Deputado RENE BARBOUR - PSDB

Deputado ROBERTO NUNES - PSDB

Deputado CARLÃO NASCIMENTO - PSDB

Deputado RIVA - PSDB

Deputado ALENCAR SOARES - PSDB

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Riva:

1ª) PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL:

Adita dispositivo ao Artigo 41 da
Constituição do Estado de Mato Grosso.

Art. 1º Fica aditado ao Artigo 41 da Constituição do Estado de Mato Grosso o seguinte parágrafo:

“Art. 41...

§ 1º...

§ 2º...

§ 3º...

§ 4º Os projetos de iniciativa dos Deputados, quando requerida urgência para a sua tramitação, receberão tratamento igual ao das Mensagens do Executivo, inclusive sobrestando à apreciação dos vetos.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

Deputado ELIENE - PSB

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PFL

Deputado HERMÍNIO J. BARRETO - PL

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

Deputado ELARMIN MIRANDA - PMDB

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT

Deputado BENEDITO PINTO

2ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-
grossense ao Sr. Massud Soubhia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o Artigo 257, da Consolidação do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Conceder Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Massud Soubhia.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Dr. Massud Soubhia nasceu em Monte Aprazível, Estado de São Paulo, no dia 19 de janeiro de 1951, onde concluiu o ginásio e o colegial, bacharelando-se em Direito na Universidade Mackenzie, em São Paulo.

Mudou-se para Cuiabá, onde exerceu o cargo de Delegado de Polícia no ano de 1980. Foi chefe da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Regional de Mato Grosso, nos anos de 1981 a 1986.

Ainda em 1986, passou a ser Promotor de Justiça, iniciando a carreira em Juara, passando por Porto dos Gaúchos, Sinop, Diamantino e Rondonópolis. Atualmente, é o titular da 16ª Promotoria Civil, em Cuiabá.

Foi Presidente da Associação Mato-grossense do Ministério Público no biênio 95/97, reeleito para o biênio 97/99. Atualmente, exerce o cargo de Diretor-Presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso-FUNESMIP.

Por demonstrar sua competência, colocando seus conhecimentos para ajudar o desenvolvimento do Nortão, é com mérito que concedemos esta honraria ao eminente Sr. Massud Soubhia, pelos relevantes serviços que prestou e continua prestando ao nosso progressista Estado de Mato Grosso.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado a necessidade de promover estudos para a eletrificação rural no Município de Colíder.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando-lhe a necessidade de promover estudos para a eletrificação rural da Estrada Planalto, partindo da Serra Verde, passando pela comunidade São Paulo, Assentamento da Fazenda Veraneio, até a Gleba Triângulo, no Município de Colíder.

JUSTIFICATIVA

Dezenas de famílias de trabalhadores rurais residem ao longo do extenso território municipal de Colíder em comunidades mais antigas e em assentamentos. Enfrentam os rigores do campo, a falta de obras infra-estruturais - dentre elas, a mais reclamada é a falta de energia elétrica.

Preocupados com o bem-estar daqueles imprescindíveis trabalhadores, dos quais toda a sociedade depende, é que os vereadores de Colíder encaminharam-nos documento informando a necessidade da realização de estudos para a eletrificação rural na

aludida localidade. Tal obra certamente concorrerá também para a fixação dos trabalhadores rurais no campo, evitando o êxodo rural.

Entendendo ser oportuna a reivindicação, contamos com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta Propositura.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade de fornecer medicamentos aos postos de saúde do Município de Colíder.

Nos termos do artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando-lhes a necessidade de fornecer medicamentos aos postos de saúde do Município de Colíder.

JUSTIFICATIVA

O Município de Colíder, localizado ao Norte do Estado, possui uma população de mais de 29.000 habitantes.

Grande parte daquelas pessoas são trabalhadores de pequeno poder aquisitivo e que contam somente com a saúde pública, quando necessitam de cuidados médicos e, principalmente, de medicação. Por isso torna-se imprescindível que os postos, localizados estrategicamente pelo município, contenham medicação básica para atender a todos.

Em razão do exposto, recebemos o pedido dos vereadores daquele município para que levássemos às autoridades competentes o aludido pleito que, atendido, garantirá àqueles trabalhadores o acesso aos medicamentos básicos para a saúde.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de obras para recapeamento de 10 quilômetros nas avenidas da sede do Município de Colíder.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, demonstrando-lhe a necessidade de obras para recapeamento de 10 quilômetros nas avenidas da sede do Município de Colíder.

JUSTIFICATIVA

Em recente reunião com as lideranças políticas de Colíder, fomos informados do precário estado de conservação das avenidas da cidade. Solicitaram-nos que intercedêssemos junto ao Sr. Governador e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP para que sejam viabilizadas obras de recapeamento daquelas importantes avenidas.

Como as ruas estão com grandes buracos, o trânsito torna-se prejudicado e teme-se que acidentes graves venham a acontecer; por isso há necessidade de que elas sejam recuperadas para garantir a segurança das pessoas, bem como concorrer para que o tráfego flua normalmente.

Em face do exposto, contamos com o acolhimento dos nobres Pares, aprovando esta propositura.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

6ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade da recuperação da MT-410, no trecho que liga a comunidade de Nova Galiléia, Município de Colíder, ao Município de Nova Guarita do Norte.

Nos termos do artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, demonstrando-lhes a necessidade da recuperação da MT-410, no trecho que liga a comunidade de Nova Galiléia, Município de Colíder, ao Município de Nova Guarita do Norte.

JUSTIFICATIVA

Recebemos das lideranças políticas de Colíder o pedido para que sejam realizadas obras de recuperação (patrolamento) da MT-410, no trecho entre a comunidade Nova Galiléia (no Município de Colíder) e Nova Guarita do Norte.

Como há muito tempo não são feitos trabalhos de conservação, hoje, o tráfego naquela localidade tornou-se lento, além de perigoso, tanto para pedestres quanto para os veículos. O acesso àquelas localidades tem sido feito também passando por Terra Nova; esse percurso aumenta em mais de 100 quilômetros a distância entre aquelas localidades.

Em razão do exposto e entendendo a urgência do pleito, contamos com a especial atenção das autoridades competentes, no sentido de viabilizar obras para recuperação da MT-410.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

7ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente do IBAMA, Dr. Eduardo de Souza Martins, a necessidade de se manter em funcionamento o POCOF-Posto do IBAMA no Município de Vera.

Nos termos do artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente do IBAMA, Dr. Eduardo de Souza Martins, mostrando-lhe a necessidade de se manter em funcionamento o POCOF-Posto do IBAMA no Município de Vera.

JUSTIFICATIVA

As entidades representativas dos pequenos produtores rurais do Município de Vera, sob a notícia do fechamento do POCOF, manifestaram, através da Câmara Municipal, as suas vontades da permanência do órgão.

Os Srs. Vereadores, atendendo às justas reivindicações, aprovaram Moção de Apoio ao Governador deste Estado, solicitando sua intervenção para evitar o fechamento.

Somo-me às expectativas da comunidade e, através da presente Indicação, encaminho em anexo a cópia da referida Moção, com as explicações e justificativas razoáveis que mostram a necessidade da permanência do POCOF.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

8ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Secretário de Estado de Infra-Estrutura, a necessidade de ceder, em regime de comodato, ao Município de Itaúba 02 caminhões caçamba, uma pá-carregadeira e uma patrol.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura, mostrando-lhes a necessidade de ceder, em regime de comodato, ao Município de Itaúba 02 caminhões caçamba, uma pá-carregadeira e uma patrol.

JUSTIFICATIVA

As lideranças políticas de Itaúba, preocupadas com a precariedade das rodovias, solicitaram que reiterássemos o pleito às autoridades competentes, objetivando a aquisição de máquinas para os trabalhos de recuperação daquelas estradas.

Tais maquinários serão utilizados também na recuperação e abertura de outras vias de acesso ao recém-criado Município de Santa Helena, antigo Distrito de Itaúba.

Diante da necessidade da realização dessas obras infra-estruturais para aquela região, solicitamos o empenho das autoridades no atendimento ao pleito.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

9ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT a necessidade de instalar um posto de serviço telefônico na comunidade da Gleba Ranchão, no Município de Nova Mutum.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT, mostrando-lhe a necessidade de instalar na comunidade Gleba Ranchão, no Município de Nova Mutum, um posto de serviço telefônico.

JUSTIFICATIVA

Em reunião com as lideranças políticas de Nova Mutum, recebi a reivindicação da comunidade Gleba Ranchão, solicitando a instalação de um posto de serviço telefônico.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Dentre as principais solicitações das lideranças da Gleba, está a necessidade da instalação de um posto que beneficiará muito aquela comunidade, vez que permitirá o contato rápido e eficaz com outras localidades.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

10^a) INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de sinalizar a MT-320, no trecho entre Santa Helena e Alta Floresta, passando por Colíder, Nova Canaã do Norte e Carlinda.

Nos termos do artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que se encaminhe expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade de sinalizar a MT-320, no trecho entre Santa Helena e Alta Floresta, passando por Colíder, Nova Canaã do Norte e Carlinda.

JUSTIFICATIVA

Recebemos dos Vereadores de Colíder o pedido para que encaminhássemos às autoridades competentes uma antiga reivindicação dos habitantes daquela imensa região por onde passa a MT-320, que é a necessidade de colocar placas e faixas para orientação do tráfego.

Como a rodovia carece de sinalização, fica muito difícil para os motoristas, principalmente para os que desconhecem a região, dirigirem com segurança.

Para evitar que acidentes ocorram e aconteçam com frequência outros problemas provenientes da falta da adequada sinalização na citada rodovia, contamos com uma ação do Sr. Diretor-Presidente do DVOP, Dr. José Carlos Novelli, para a urgente sinalização da rodovia MT-320.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 14 de abril de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

11^a) INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Agricultura, a necessidade de viabilizar uma máquina de beneficiar arroz, trator e semeadeira à Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Alto Batelão, no Município de Tabaporã.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que se encaminhe expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia Exm^o Sr. Secretário de Estado de Agricultura, mostrando a necessidade de viabilizar uma máquina de beneficiar arroz, trator e semeadeira à Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Alto Batelão, no Município de Tabaporã.

JUSTIFICATIVA

Em recente visita ao nosso gabinete, o Sr. José Marcos Pinga Filho, Presidente da Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Alto Batelão, localidade situada a

38km da sede do Município de Tabaporã, colocou-nos a par da premente necessidade daqueles trabalhadores rurais: viabilizar os trabalhos na agricultura.

Cerca de quarenta famílias compõem a Associação, e uma área de trezentos hectares já está reservada para o plantio.

Entendendo ser necessária a aquisição dos aludidos maquinários para viabilizar os trabalhos da Associação, solicitamos o acolhimento do pleito com a maior urgência possível.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 14 de abril de 1999.

Deputado RIVA- PSDB

12ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, a necessidade de manter convênio para a conclusão das obras do Hospital Municipal de São José do Rio Claro.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que se encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a necessidade de se manter convênio para conclusão das obras Hospital Municipal de São José do Rio Claro.

JUSTIFICATIVA

Através de convênio com o Governo Federal, estão construindo em São José do Rio Claro o Hospital Municipal, destinado ao atendimento das populações carentes do município.

Em função da exigüidade dos recursos, as obras foram paralisadas na fase de acabamento.

As lideranças reivindicam uma ação do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Saúde, no sentido de estabelecer convênio com a Prefeitura Municipal, objetivando conseguir recursos para o término dessas obras.

A demora na conclusão da unidade de saúde vem atrasando o processo de sua homologação, fato que inviabiliza ainda mais o início das ações de saúde.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 14 de abril de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

13ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça, a necessidade de criação e instalação de delegacia de roubos e furtos no Município de Sinop.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que se encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça, mostrando a necessidade de criação e instalação de delegacia de roubos e furtos no Município de Sinop.

JUSTIFICATIVA

O Município de Sinop, atualmente, já conta com uma população de mais de 54.500 (cinquenta e quatro mil e quinhentos) habitantes. Emancipado há apenas vinte anos, Sinop vem acolhendo significativo número de migrantes oriundos das regiões de garimpo, hoje em declínio, em busca de região mais promissora.

Paralelamente a esse crescimento populacional, vivencia-se atos praticados por pessoas de má-fé, causando grandes problemas à sociedade.

A criação e implantação de uma delegacia de roubos e furtos naquela localidade culminará com a agilização das atividades da Polícia Civil, pois atenderá especificamente uma área.

Entendendo ser este pleito um anseio da população e lideranças - inclusive preocupação do saudoso Deputado Jorge Abreu que apresentou Projeto de Lei para criação de tal delegacia, que recebeu Veto Total -, solicitamos às autoridades competentes o empenho em estudar com especial atenção esta reivindicação imprescindível para a tranqüilidade dos honrados e trabalhadores cidadãos de Sinop e, conseqüentemente, para o desenvolvimento e progresso de toda a região.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 14 de abril de 1999.
Deputado RIVA - PSDB

14^a) INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exm^o Sr. Secretário de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de recuperação da rodovia MT-208.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que se encaminhe expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando-lhes a necessidade de recuperação da rodovia MT-208 no trecho que se estende de Terra Nova do Norte ao rio Juruena, passando por Nova Monte Verde, Nova Guarita, Alta Floresta e entroncamento da MT-417, com aproximadamente 360km, com abertura do leito, levantamento do greide e encascalhamento.

JUSTIFICATIVA

A rodovia MT-208 é aquela que pode levar o nome de rodovia da integração. Ela parte da BR-163, próxima à cidade de Terra Nova do Norte, seguindo para o importante Município de Alta Floresta. Daí dirige-se sentido oeste, com destino ao legendário rio Juruena.

Nesse trajeto é ponto de apoio a inúmeras comunidades e até municípios como Nova Guarita, Nova Monte Verde e Nova Bandeirantes, bem como parte dela ramificações para Paranaíta, Apiacás e Carlinda.

Essa rodovia abre um leque de opções e poder-se-á chegar aos vizinhos Estados de Rondônia e Amazonas, bem como às ricas regiões do Arinos e Vale do Juruena. É na verdade a via mais importante de integração da grande região norte do Estado.

Por todas essas características, a MT-208 não pode ficar parada. A sua recuperação é extremamente necessária para a vida de milhares de brasileiros que bravamente habitam o rico Nortão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Na propositura levamos ao Exm^o Sr. Governador do Estado a reivindicação das comunidades que servem da rodovia, para que determine ao DVOP a reabertura do leito, o levantamento do greide e o encascalhamento de um trecho de aproximadamente 360km.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 14 de abril de 1999.
Deputado RIVA - PSDB

Eu quero comunicar aos Srs. Deputados que recebemos, nesta manhã, a visita ilustre do Diretor de Desenvolvimento da *ENRON*, Sr. Richard Lammers, e, também, do Gerente de Desenvolvimento, Sr. Richard Francis. Nós recebemos a alvissareira notícia de que a *ENRON* já está analisando a implantação de um outro projeto, de uma outra usina termoelétrica em Cuiabá, que será a Cuiabá II, de 480 megawatts. Sem dúvida nenhuma, será mais um importantíssimo projeto para Mato Grosso, para a revitalização do setor energético de Mato Grosso.

Então, comunicamos aos Srs. Deputados essa visita e, inclusive, a Diretoria da *ENRON* está agendando uma visita para todos os Parlamentares conhecerem a *ENRON* e a obra que vem sendo desenvolvida por ela. E, juntamente com o Deputado Humberto Bosaipo, nós solicitamos aos representantes da *ENRON* que façam um seminário sobre a situação energética, sobre o gás boliviano, para que os Srs. Deputados possam ter um pouco mais de conhecimento dessa área. Isso será agendado dentro de alguns dias.

Também sobre a mesa, várias proposições de autoria do Deputado Roberto Nunes:

1^a) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT a urgente necessidade da expansão da rede telefônica e instalação de telefones públicos ‘orelhão’, com dispositivo de chamada, no Município de Santo Antônio do Leste.

Com base na Resolução n^o 18, de 08/01/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT, mostrando a urgente necessidade da expansão da rede telefônica e instalação de telefones públicos ‘orelhão’, com dispositivo de chamada, no Município de Santo Antônio do Leste.

JUSTIFICATIVA

De conformidade com o que ouvimos daquela comunidade e pelo que já constatamos *in loco*, achamos justa a reivindicação.

A necessidade da comunicação, no mundo de hoje, é um fato concreto e as comunidades desprovidas de um sistema de comunicação ficam alijadas do processo desenvolvimentista como um todo, correndo o risco de estagnarem-se no tempo.

Neste particular, a situação do Município de Santo Antônio do Leste é caótica, pois não conta com um sistema telefônico à altura de suas necessidades.

Apostando na política e no dinamismo do Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT, apresentamos esta Indicação que, ao ser priorizada, trará reconhecidos benefícios à comunidade.

Em face da legitimidade da propositura, esperamos o apoio dos nobres Pares.
É esta a nossa justificativa.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.

Deputado ROBERTO NUNES - PSDB”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Cuiabá, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Saneamento, a urgente necessidade da implantação da rede de água fluvial nas ruas do Bairro Planalto, nesta Capital.

Com base na Resolução nº 18, de 08/01/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Prefeito Municipal de Cuiabá, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Saneamento, mostrando a urgente necessidade da implantação da rede de água fluvial nas ruas do Bairro Planalto, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

Com o acelerado crescimento desse bairro, agravou de uma vez o problema da água servida a céu aberto, por falta de rede fluvial, e a comunidade daquele bairro corre o risco de se contaminar.

É inadmissível que esteja acontecendo esta anomalia de saneamento em um bairro da nossa Capital, tradicionalmente habitado e bem localizado.

Urge, portanto, o atendimento desse pleito, a fim de proporcionar à comunidade ali residente a tão propalada qualidade de vida que se espera nos dias de hoje.

Acreditando no dinamismo e na sensibilidade, apresentamos a presente propositura.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.

Deputado ROBERTO NUNES - PSDB”

3ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esportes e Lazer, a urgente necessidade da construção de um ginásio poliesportivo na imediação do Estádio Governador José Fragelli, nesta Capital.

Com base na Resolução nº 18, de 08/01/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia para o Exmº Sr. Secretário de Estado de Esportes e Lazer, mostrando a urgente necessidade da construção de um ginásio poliesportivo na imediação do Estádio Governador José Fragelli, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

O esporte profissional ou amador, de qualquer modalidade, é extremamente saudável para o nosso dia-a-dia. Pudemos observar a falta de investimento nos últimos tempos, apesar do crescimento de nosso Estado, com destaque para Cuiabá, através da inexistência de grandes eventos na área esportiva.

Ouvindo diversos atletas e outros movimentos ligados ao esporte, detectamos a necessidade de estruturar o esporte para proporcionar e incentivar a realização de campeonatos regionais e nacionais. É contraditório que Mato Grosso, sendo um dos estados mais importantes do Centro-Oeste, não possua condições estruturais para sediar eventos desse porte.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Apostando na política e no dinamismo do Exm^o Sr. Governador, apresentamos esta Indicação que, ao ser priorizada, colocará o esporte mato-grossense no eixo dos grandes eventos do país.

Pelas razões expostas, acreditando no espírito progressista dos nobres Pares, e pela legitimidade desta propositura, solicitamos a aprovação da presente matéria.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.

Deputado ROBERTO NUNES - PSDB”

4ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente do DETRAN a urgente necessidade de implantação de uma Circunscrição Regional de Trânsito-CIRETRAN no Município de Alto Taquari.

Com base na Resolução n^o 18, de 08/01/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor-Presidente do DETRAN, mostrando a urgente necessidade de implantação de uma Circunscrição Regional de Trânsito-CIRETRAN no Município de Alto Taquari.

JUSTIFICATIVA

Ouvindo representantes dos diversos segmentos do Município de Alto Taquari, foi-nos colocada a necessidade de se instalar uma CIRETRAN naquele município. É justa a reivindicação, pois o município possui hoje aproximadamente 600 automóveis emplacados e mais de 400 veículos com placas de outras localidades.

A preocupação maior destes seguimentos é estruturar o município e atender o fluxo de migrantes que deve se instalar em Alto Taquari com a construção do Terminal da Ferronorte, trazendo progresso e desenvolvimento para toda a região Sul de Mato Grosso.

Assim sendo, esperando pela aprovação dos nobres Pares, apresento esta justificativa.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1999.

Deputado ROBERTO NUNES - PSDB”

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Prefeito Municipal Roberto França Auad, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Obras, a urgente necessidade de construção de uma ponte na Rua Sete Marias que dá acesso ao Bairro Novo Horizonte, nesta Capital.

Com base na Resolução n^o 18, de 08/01/91, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Prefeito Municipal Roberto França Auad, com cópia ao Exm^o Sr. Secretário de Obras, mostrando a urgente necessidade de construção de uma ponte na Rua Sete Marias que dá acesso ao Bairro Novo Horizonte, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

Este pleito é de urgente necessidade, em face da interrupção do trecho atendido pela ponte, o que está trazendo sérios transtornos aos que dele se utilizam.

Aos moradores que se utilizam dos ônibus das linhas regulares restam as desconfortáveis caminhadas para a famigerada baldeação entre a Rua Sete Marias e o Bairro

Novo Horizonte, representando um esforço descomunal, culminando em um sacrifício muito grande.

Na assertiva do conhecimento de V. Ex^a de que os usuários dessa artéria compõem-se, na sua grande maioria, de pessoas humildes e carentes, apresentamos este legítimo pleito, esperando imediatas providências que irão devolver aos sacrificados moradores o simples conforto no ir-e-vir.

Na certeza do apoio dos nobres Pares, apresento esta propositura.

Sala das Sessões, 14 de abril de 1999.

Deputado ROBERTO NUNES - PSDB”

O Sr. Emanuel Pinheiro - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança do PFL, o Deputado Emanuel Pinheiro, que dispõe de dez minutos...

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Deputado Emanuel Pinheiro, eu gostaria apenas de fazer uma retificação, antes de conceder-lhe a palavra.

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente. Com a palavra, pela Liderança do PFL, o Deputado Emanuel Pinheiro, por dez minutos.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, são várias as denúncias que nos chegam diariamente por parte da sociedade, da sociedade subjugada, da sociedade decepcionada com o Governo da “Casa arrumada”.

E dentre essas denúncias, eu quero informar ao meu colega Deputado Moacir Pires, que em boa hora solicita uma Audiência Pública para que esta Casa debata o problema da insegurança pública, não é da segurança pública, tamanho o descaso que o Governo da “Casa arrumada” trata a segurança pública deste Estado, aquilo que deveria ser prioridade do Governo - está estampado num documento da AMDEPOL-Associação Mato-grossense de Delegados de Polícia, em conjunto com o SINDEPO-Sindicato dos Delegados de Polícia. Para ser breve, porque eu tenho outras denúncias a fazer, eu vou citar alguns tópicos, com a devida vênua da Mesa Diretora.

“As cadeias públicas, em sua maioria, não têm condições adequadas para abrigar os reeducandos por estarem quase sempre instaladas em prédios improvisados, não oferecendo segurança interna e externa, o que tem ocasionado as constantes fugas, colaborando para a intranqüilidade da população mato-grossense.

As prioridades continuam inadiáveis, pois sequer foi autorizado no período de 97 a 98 a aquisição de combustível para mover as viaturas do interior do Estado, exceto em casos de operações especiais.

Os recursos materiais continuam escassos. As delegacias e cadeias continuam com as mesmas deficiências e o efetivo policial tem diminuído substancialmente, em contradição com a demanda de trabalho que cresce a cada dia.

Os agentes policiais somam hoje novecentos e quarenta, para uma demanda de dois mil e quinhentos componentes. No interior, o fornecimento de combustível está interrompido há mais de dois anos.” Há mais de dois anos, Sr. Presidente!

Como nós fomos incompetentes, Deputado Moacir Pires, ao perder a eleição para esse homem. Há mais de dois anos que o fornecimento de combustível está interrompido

no interior do Estado, e o abastecimento vem sendo efetuado com a colaboração esporádica de prefeitos, empresários, do próprio Delegado e das próprias vítimas. Eles abastecem os veículos do interior do Estado para garantirem a segurança pública. E vem IPVA! E vem ICMS! É esse o Governo da “Casa arrumada”.

É necessária, atualmente, a quantia mínima de cento e sessenta e cinco mil reais por mês para o custeio da máquina judiciária, mas apenas um quinto desse valor está sendo repassado no ano de 1999. Os policiais nunca estiveram com os seus salários tão baixos e defasados como agora. É preciso pagar urgente o 13º salário, e o Governo não dá nem notícia. As cadeias públicas estão sob a responsabilidade dos delegados de polícia, que não contam com guardas carcerários em número suficiente e com policiais já escassos até para exercerem suas funções afins.

É esse o quadro, Sr. Presidente.

Colega Deputado Moacir Pires, passo às mãos de V. Ex^a essa denúncia da Associação Mato-grossense dos Delegados de Polícia e dos Sindicatos dos Delegados de Polícia.

Não podemos fazer ouvido mouco nem vista grossa ante o descaso da “insegurança pública” do Estado de Mato Grosso.

O Governo da “Casa arrumada” é pífilo, é mentiroso e traiu a sociedade mato-grossense. Esta Casa tem que, no mínimo, fazer uma oposição à altura daquilo que a sociedade espera dos seus legítimos representantes.

Passo às mãos do Deputado Moacir Pires essa denúncia, que servirá de subsídio para a sua Audiência Pública sobre o caos da “insegurança pública” do Estado de Mato Grosso.

Também, Sr. Presidente, quero chamar a atenção desta Casa para as palavras do Deputado Everaldo Simões em relação ao que vem ocorrendo na região do Baixo Araguaia. Depois que Elarmin Miranda saiu do INCRA, nós estamos vendo um órgão depenado, um órgão vítima da incompetência e da corrupção. Talvez impregnado pelo desgoverno da “Casa arrumada” o INCRA também caiu para o descaso e para a incompetência.

O Deputado Everaldo Simões hoje, Sr. Presidente, corre risco de vida ante à incompetência do INCRA de ainda não assentar famílias que já estão prontas para serem assentadas naquela região. Já ameaçaram o colega Parlamentar e, por fim, ameaçaram invadir a sua fazenda, caso aquelas famílias que já estão aptas para serem assentadas não entrem em quinze dias na região desapropriada pelo INCRA.

Peço que a imprensa e os nobres Pares ouçam o clamor do Deputado Everaldo Simões.

Como Líder, Deputado, vamos convocar uma coletiva para mostrar à sociedade mato-grossense o descaso que a sua sofrida e longínqua região está recebendo do INCRA, um órgão fadado ao fracasso pela incompetência dos atuais administradores. Conte conosco!

Peço à Presidência desta Casa que se manifeste porque está em jogo a integridade física de um colega Parlamentar, representante de uma região distante e que tem sido destrutado pelo INCRA sem o menor respeito.

E também quero dizer, ao meu colega Deputado Rene Barbour, sobre a convocação que fizemos a S. Ex^a Sr. Secretário Valter Albano, eu quero deixar consignado nos Anais desta Casa que o Secretário, em comum acordo com o Líder do Governo, virá à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Assembléia Legislativa, e solicito que traga as seguintes informações, acompanhadas de documentos:

- comprovação da arrecadação mensal do ICMS de julho de 1998 a março de 1999;
- qual a destinação desses recursos feitos nesses respectivos meses;
- qual o montante arrecadado por cada setor da economia mato-grossense, discriminar mês a mês;
- os agentes de arrecadação e fiscalização estão procedendo à arrecadação do ICMS ou está sendo efetuada por rede bancária (em caso positivo, encaminhar a arrecadação de cada posto fiscal existente no Estado);
- se há rodízio permanente do pessoal da Secretaria de Fazenda nesses postos fiscais (caso afirmativo, encaminhar toda a escala).

E por último, grande Líder, Deputado Rene Barbour, qual o critério utilizado na concessão dos Regimes Especiais pela Secretaria de Fazenda e que tipo de garantia o Estado solicita para a concessão desses Créditos Especiais (encaminhar a relação das empresas beneficiadas com esse Regime Especial).

Munidos desses documentos, eminente Líder, Deputado Rene Barbour, poderemos promover um amplo e esclarecedor debate com o Secretário de Fazenda, com o objetivo único de desvendar e esclarecer a grande corrupção, o grande desmonte do atual Governo na Secretaria de Fazenda.

Peço a V. Ex^a que solicite ao Secretário que nos encaminhe esses documentos. Muito obrigado.

O Sr. Elarmin Miranda - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra, pela Liderança do PMDB, ao Deputado Elarmin Miranda, que dispõe de cinco minutos.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias presentes, resolvi pedir a palavra pela Liderança do PMDB para registrar a presença de alguns moradores que exibem cartolinas com dizeres como: "CPI no INTERMAT"; "Por que pobre não pode morar perto de rico?".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria abordar esse assunto em homenagem e em respeito aos brasileiros que portam esses cartazes.

Quero dizer a V. Ex^{as} que este Poder Legislativo, com certeza, através da Mesa Diretora e de todos os Deputados, é solidário ao senhores pela violência que sofreram na última sexta-feira.

O fato é o seguinte: esses moradores são famílias pobres que ocupam uma área na antiga Estrada do Moinho que, ao que tudo indica, é uma área pública, pertencente provavelmente ao Estado e ao Município. Realmente é uma área nobre, dentro do conceito imobiliário.

Ali eles ocuparam e fizeram suas residências. E o INTERMAT, de maneira abusiva, de maneira violenta, Deputado Rene Barbour, Deputado Alencar Soares - fortes e expressivas lideranças do Partido do Governo -, determinou que as máquinas, com a proteção da polícia, invadissem as residências.

Invadiram as residências e destruíram, Deputado Joaquim Sucena, casebres construídos por eles. Isso é uma violência, porque não poderia o INTERMAT ter autorizado e

não poderia a Secretaria de Segurança ter feito o que fez. Só quem pode autorizar é o Poder Judiciário.

É a Justiça, Deputado Alencar Soares, quem autoriza! Está ali a previsão legal. Mas preferiu o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança e do INTERMAT, tirar esses brasileiros que lá estão.

Não estou discutindo se a ocupação é correta. Não estou dizendo que a ocupação é legal! Estou dizendo que o Estado exorbita na sua função constitucional. E quando o Estado invade casas de trabalhadores, este Estado poderá invadir a minha casa, poderá invadir este Parlamento, porque um Governo que não respeita a lei, não se importa com quem ele fere; mas, se fere a lei, isso é grave no sistema democrático. E aqui eu me oponho com veemência à atitude do Governo.

Não estou dizendo, brasileiros e brasileiras, que os senhores têm que ocupar a terra. Não estou dizendo que a ocupação é legal. Estou dizendo que a violência que vocês sofreram, como cidadãos, é uma violência feita a este Parlamento; é uma violência feita ao Deputado Rene Barbour, porque é um homem íntegro; é uma violência feita ao grande Deputado Alencar Soares, pois nenhum Deputado desta Casa concorda com a violação da lei (PALMAS).

Cheguei de Brasília e vi, estarrecido, Sr. Presidente, Deputado Riva, V. Ex^a que ainda é moço e tem um futuro grande neste Estado, nos jornais que um dos trabalhadores entre vocês - a que ponto chegamos, grande Deputado Emanuel Pinheiro! -, um dos brasileiros, quando a máquina do Estado se aproximava, com a força policial... Ora, isso é uma violência! Ele amarrou um fio - estava no jornal -, subiu numa cadeira, amarrou o fio no pescoço e disse: "Eu vou me suicidar, porque eu não tenho para onde ir." E a polícia abraçou-o para que ele não cometesse o suicídio. A que ponto chega o brasileiro: se dispõe à morte por um pedaço de chão. A violência feita pelo Estado é uma coisa inominável e aí o Secretário de Segurança exorbitou na sua função e o Presidente do INTERMAT também. E eu peço a esta Casa, que tem uma Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, que faça esta Comissão funcionar e que a Comissão represente contra o Secretário de Segurança, contra o Presidente do INTERMAT, com base na lei federal que fixa a responsabilidade do agente público que, no exercício da sua função, comete violência.

Em meu nome, como Deputado, do meu Líder Deputado Zé Carlos do Pátio, do meu Partido e de cada Deputado, recebam a solidariedade deste Poder pela violência injusta, incorreta, absurda e que tem a nossa repulsa e a nossa repugnância! (PALMAS DAS GALERIAS)

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, apenas para comunicar que esta Liderança, em comum acordo com o Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, acertou que hoje, na Sessão noturna, o Deputado Rene Barbour irá trazer o dia e a hora em que o Secretário Válter Albano virá a este plenário, a esta Casa, para prestar esclarecimentos sobre as denúncias de corrupção da Secretaria de Fazenda.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Então, para comunicar à imprensa, aos Deputados e a toda a sociedade que hoje à noite o Deputado Rene Barbour trará a data e o horário que será marcado. Muito obrigado.

O Sr. Gilney Viana - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra, pela Ordem, ao Deputado Gilney, quero apenas informar ao Deputado Rene Barbour e ao Deputado Emanuel Pinheiro que só será possível agendar a data após a aprovação do Requerimento.

Eu já falei que nós vamos seguir o Regimento, Deputado Rene Barbour, e eu gostaria de contar com a aquiescência de V. Ex^a e dos demais Pares para que nós adotássemos isso como regra, a obediência ao Regimento Interno e à Constituição. Só vamos marcar a visita do Secretário aqui após a aprovação do Requerimento.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, permita-me tratar de outro assunto não menos importante, mas de natureza diversa da tratada anteriormente. Trata-se, Sr. Presidente, de uma Questão de Ordem à Mesa Diretora, no sentido de que se faça cumprir os prazos regimentais para a constituição de uma Comissão Especial que examine o Projeto de Emenda Constitucional n^o 19/99 de nossa autoria...

(NESTE MOMENTO, O SR. CONSULTOR TÉCNICO-JURÍDICO DIALOGA COM O ORADOR - INAUDÍVEL.)

O SR. GILNEY VIANA - A Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa está nos informando que está na Pauta, porque os prazos regimentais já foram, vamos dizer assim, transcorridos e não foi constituída a Comissão Especial.

Na verdade, eu compreendo as atribuições dos procedimentos, em função dos debates que estão sendo travados. Mas eu acho que nós podemos passar de uma agenda negativa para uma agenda positiva. Quer dizer, além de fiscalizar o Governo, também produzir políticas públicas que sejam eficazes para sanar os problemas do Estado e dos municípios. Eu acredito que o ICMS Ecológico, os novos critérios de discussão do ICMS Ecológico, do ICMS aos municípios, tudo faz parte dessa agenda positiva.

Dito isso, eu conclamo as Lideranças dos Partidos e dos Blocos Parlamentares para que indiquem os seus respectivos representantes junto a essa Comissão, porque quanto mais tardar, provavelmente, nós teremos perdido a oportunidade de viabilizar para o ano 2.000 os novos critérios de distribuição do ICMS Ecológico, de grande repercussão para a vida dos cidadãos, particularmente daqueles que moram nos 126 municípios do interior de Mato Grosso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Brito - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra, pela Ordem, ao nobre Deputado Carlos Brito, gostaria de informar que estamos na Ordem do Dia. Vou conceder aos oradores que estão na tribuna a palavra, pela Ordem, mas depois eu solicitaria aos Srs. Deputados que iniciássemos a apreciação dos vetos.

Solicito também às Lideranças Partidárias que façam a indicação dos membros da Comissão Especial para a apreciação das emendas constitucionais, especialmente da Emenda Constitucional referida pelo Deputado Gilney Viana.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, temos duas situações: primeira, foram solicitadas à Mesa Diretora as providências necessárias para a instalação da Comissão

Permanente de Segurança Pública. Até o momento ela não foi instalada, e acho que, diante do tema que vem sendo discutido com constância nesta Casa, se faz necessária a instalação.

Segunda, Sr. Presidente, hoje, o Deputado Everaldo Simões nos colocou uma situação bastante delicada, não só em razão da ameaça à própria vida dele, mas dos demais cidadãos lá no Município de Vila Rica. Não sei qual é o encaminhamento regimental, mas gostaria de propor que esta Casa designasse alguns Parlamentares para que, junto com o Deputado Everaldo Simões, pudéssemos nos dirigir ao INCRA ou onde for necessário a fim de evitarmos uma situação mais grave.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu queria parabenizar o Deputado Carlos Brito. Eu acho que essa questão do Deputado Everaldo Simões tem que ser avaliada e tem que ser acompanhada. Mas eu gostaria de falar ao Deputado Carlos Brito também se preocupar com a região dele e com a Baixada Cuiabana, porque há vários trabalhadores aqui que foram despejados de forma agressiva, de forma humilhante. Ele, que é da Baixada Cuiabana, deveria convocar os Deputados para irem ao INTERMAT verificar porque houve até um trabalhador que tentou o suicídio por criminalidade do INTERMAT e da base política dele (PALMAS DAS GALERIAS).

Mas eu queria parabenizar o espírito democrático do Deputado Carlos Brito.

Sr. Presidente, eu queria indicar, em nome da Bancada do PMDB, o nome do Deputado Pedro Satélite para fazer parte da Comissão sobre o ICMS Ecológico. Portanto, eu queria deixar registrado o nome do Deputado Pedro Satélite para compor a Comissão do ICMS Ecológico.

Sr. Presidente, só para terminar a minha fala, eu acredito que V. Ex^a, acima do partido político, é Presidente desta instituição e tem que dar uma satisfação para a Bancada de Oposição sobre o encaminhamento da última Sessão desta Casa de Leis - V. Ex^a é uma pessoa que eu respeito muito -, quando foi decidido que nós iríamos discutir as questões do IPVA e do ICMS antes de qualquer encaminhamento na questão dos vetos.

Na verdade, eu, como Deputado da Oposição, estou me sentindo atropelado, ferido, perdido e eu acho que tem que ter no mínimo uma discussão, um prazo, um encaminhamento. E V. Ex^a, que é um Deputado diplomático, que é um Deputado Presidente desta Casa de Leis, tem que buscar o encaminhamento para não ficar em uma situação constrangedora neste momento aqui com a Oposição.

Então, eu queria deixar esse registro da preocupação da Bancada do PMDB. A Bancada está se sentindo atropelada neste momento e também estrangida, até porque houve um impasse, aconteceu que nós encerramos a Sessão para discutir um assunto e de repente o assunto foi discutido ontem, mas não houve um resultado concreto. Vai apreciar os vetos e como vai ficar a Bancada de Oposição? Nós vamos ser atropelados ou nós vamos fazer uma discussão? Eu tenho certeza de que V. Ex^a, como Presidente desta Casa, que está tendo credibilidade nesta Casa de Leis, vai buscar um caminho. Muito obrigado.

A Sr^a Serys Shlessarenko - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Emanuel Pinheiro - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra, pela Ordem, a ambos os Deputados, eu pediria a atenção dos Srs. Deputados.

Eu não vou, logicamente, deixar de conceder a palavra, pela Ordem, aos Deputados que já estão na tribuna, conforme anunciamos, mas eu queria pedir a atenção de todos para o Artigo 439 do Regimento Interno, que diz o seguinte:

“Art. 439 Em qualquer fase da Sessão poderá o Deputado solicitar a palavra, pela Ordem, inclusive na Ordem do Dia, a fim de pedir ou oferecer informações ou esclarecimentos relativos a assunto ou matéria do interesse imediato do Plenário, do qual dependa ou possa depender, de alguma forma, a boa ordem dos trabalhos.

§ 1º A palavra pela Ordem para efeito de reclamação deve ser exercida com a indicação precisa dos dispositivos cuja observância se requer. Se o Deputado não indicar, enunciando desde logo, as disposições em que se assenta a reclamação, o Presidente não permitirá sua continuação na tribuna e determinará a exclusão, da Ata e dos Anais, das palavras por ele proferidas.

§ 2º Aplicam-se às reclamações todas as normas referentes às Questões de Ordem.”

Eu gostaria de solicitar aos Deputados que quando usarem da palavra, pela Ordem, citar o artigo do Regimento Interno em que se baseiam. A palavra pela Ordem é um artifício que o Deputado tem para falar de um assunto imediato que está sendo discutido. Então, solicito aos Deputados que se refiram ao artigo do Regimento Interno, caso contrário não concederei mais a palavra, pela Ordem, a partir das próximas Sessões e vamos passar a ter situações aqui em que um colega vai ser privilegiado em detrimento de outro.

Então, como nós estamos concedendo a palavra, pela Ordem, logicamente eu não deixarei de conceder aos Parlamentares que solicitarem nesta Sessão, mesmo sem a observância do Artigo 439.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Eu vou ser bastante breve. Eu gostaria de falar sobre duas questões: uma é a questão do IPVA, que o projeto tem que vir para cá. Eu já falei com o Deputado Rene Barbour, Líder do Governo. Nós temos urgência, porque nós não podemos, o acordo não aconteceu... Como nós vamos começar a votar os vetos sem termos uma posição pelo menos do prazo para vir? Se não o Governo vai ficar delongando *sine die* essa questão de mandar o projeto para cá. Essa é uma questão.

A outra é em relação ao Renascer. Sem mandado de despejo, sem nenhum documento, simplesmente por ordem governamental, tendo à frente a truculência do Sr. Aparecido, esse pessoal foi despejado da forma mais violenta que se possa imaginar. Eu fiquei sabendo quase vinte e quatro horas depois. Inclusive, destruíram casas já construídas, sem falar no despejo do pessoal que ainda estava embaixo da lona, nos barracos. Quer dizer, isso é um absurdo!

Eu conclamo aqui aos Srs. Parlamentares, principalmente os da Capital - com isso não queremos deixar de fora os do interior - para constituirmos, não precisa ser nada oficial, para não demorar, um grupo de Deputados que acompanhe esse pessoal ao INTERMAT para saber do Sr. Aparecido o porquê dessa situação (PALMAS DAS GALERIAS).

O Sr. Elarmin Miranda - Pela Ordem, Sr. Presidente.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Então, fica a nossa sugestão.

Eu queria também dizer ao Sr. Presidente que eu só pedi a palavra, pela Ordem - apesar de já ter entendido o que V. Ex^a havia colocado, que nós não deveríamos mais pedir, porque já estávamos na Ordem do Dia -, porque todo mundo continuava pedindo, e eu senti que deveria solicitar também. Eu, inclusive, sei que esse não é o posicionamento correto, mas eu não poderia deixar de usar a palavra, uma vez que todo mundo está fazendo uso de forma incorreta. Muito obrigada.

O Sr. Elarmin Miranda - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE - Esta Presidência informa, Deputada Serys, que jamais iria deixar de atendê-la, num pedido de palavra pela Ordem.

Eu gostaria, Deputado Elarmin Miranda, antes de conceder a palavra ao Deputado Emanuel Pinheiro e a V. Ex^a, de dizer às galerias que a Presidência aqui sempre procurou aceitar todo tipo de manifestação, porém, desde que não se exceda.

Nós tivemos alguns casos de manifestação com muito excesso ontem, enquanto a Assembléia Legislativa ouvia o Procurador-Geral de Justiça, que poderá ser importante, inclusive nesse processo do Renascer e também de outros.

Eu quero informar aos Srs. Deputados que a Mesa Diretora decidiu que os casos de reincidência, as pessoas que vierem para as nossas galerias e não respeitarem o nosso trabalho não terão mais acesso às galerias.

Eu vejo com preocupação o problema do Renascer, vejo com preocupação os problemas de Colniza, de Juruena, onde as famílias estão sendo despejadas, de Castanheira...

Ontem, eu me dirigi ao Secretário de Segurança para ele não autorizar a força policial a tirar as famílias do Juruena, Deputado Elarmin Miranda, que estão numa área produzindo, plantando. Eu vejo com muita preocupação, mas nem por isso nós vamos extrapolar o limite da lei.

Todos têm aqui livre acesso, é uma honra tê-los aqui defendendo uma causa justa, mas eu pediria que fosse respeitado o nosso local de trabalho, até porque é o único Poder que permite isso. Vão ao Tribunal de Justiça fazer essa manifestação! Vão ao Gabinete do Governador! O Poder Legislativo é muito democrático, e vai continuar permitindo, mas eu pediria que se mantivessem com respeito, porque a esta Casa cabe respaldar e apoiar logicamente projetos desse tipo. Somos contra a invasão de terra, mas somos contra também arbitrariedades contra as pessoas que estão em cima da terra.

O Sr. Deputado Emanuel Pinheiro - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O Sr. Elarmin Miranda - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro e, em seguida, concederei a palavra, também pela Ordem, ao Deputado Elarmin Miranda.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Tenho dois pontos a registrar: primeiro, a solidariedade da Bancada do PFL aos moradores do Renascer. Já havíamos sido procurados, inclusive, pelo Pedro. Já havíamos marcado encontros para ontem e hoje, para cuidarmos de assunto referente a essa gente humilde, trabalhadora, sem-teto, sem ter onde morar. Então, a Bancada do PFL está solidária a esse movimento e aquilo que estiver ao nosso alcance e naquilo que for possível estaremos ao lado dessa gente humilde e trabalhadora (PALMAS DAS GALERIAS).

E, também, Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Ex^a: vamos agir com bastante cautela e bom-senso nessa questão acordada aí entre três Deputados e o Deputado Rene Barbour, Líder do Governo. Foi noticiado por toda a imprensa - o Deputado Rene Barbour se antecipou ao meu Requerimento de Convocação do Secretário de Fazenda - que o Secretário quer vir, que o Secretário está disposto a estar aqui. Não existe batalha, não existe disputa. Eu não quero nem pedir a V. Ex^a que decida isso hoje, mas, antes da Sessão, vamos fazer uma reunião com V. Ex^a, o Colégio de Líderes e o Líder do Governo para definirmos a data da vinda do Secretário de Fazenda, que será de fundamental importância para esclarecermos a corrupção na Secretaria de Fazenda.

Portanto, para se evitar maiores debates regimentais e partidários, já que houve consenso e houve acordo entre a Oposição e o Governo, vamos deixar que o Deputado Rene Barbour marque a data para depois decidirmos a vinda do Secretário.

Só peço o bom-senso de V. Ex^a para, hoje à noite, decidirmos essa questão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - O Deputado Emanuel Pinheiro, que é um grande amigo, um irmão, vai entender: se cada Deputado apresentar um requerimento aqui e, antes de ele ser aprovado pelo Plenário, nós começarmos a execução desse requerimento, nós poderemos cair no ridículo de convocarmos, marcarmos a Sessão e o requerimento ser derrubado.

Então, a Presidência não pode, de forma alguma, extrapolar essa questão.

Estou pronto, Deputado Emanuel Pinheiro, como sempre estive aberto ao diálogo. Vou conversar com V. Ex^a e com o Deputado Rene Barbour, mas entendo dessa forma. Nós vamos conversar, sem dúvida nenhuma, sobre o caso, mas a preocupação que eu tenho é nesse sentido: de um dia um parlamentar propor um requerimento, esse requerimento não ser aprovado e a Sessão já estar marcada. Então, essa é a nossa preocupação e eu tenho que resguardar.

Com a palavra...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Sr. Presidente, solicito a palavra para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Eu consulto o Deputado Elarmin Miranda se ele abre exceção, porque ele já havia solicitado a palavra.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Então, concederei a palavra ao Deputado Emanuel Pinheiro. Porém, informo aos Srs. Deputados que a Ordem do Dia está transcorrendo, nós estamos com inúmeros vetos para serem apreciados e estamos deixando de apreciá-los.

Existia um acordo, como bem foi citado. Em cima do acordo aconteceu a reunião e a Presidência vai adotar a seguinte sistemática, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputada Serys Shessarenko, Deputado Emanuel Pinheiro e outros Deputados que já se referiram a essa questão: toda vez que houver uma divergência neste Parlamento, nós vamos seguir o Regimento Interno e a Constituição e a divergência vai ser resolvida pelo Plenário, pelo voto dos Deputados.

Então, agora nós vamos apreciar vetos, mas se os Deputados não querem apreciar vetos, naturalmente, não havendo *quorum*, não vamos apreciá-los. Depois, os Projetos que tratam da revogação das Leis do ICMS e do IPVA, que entendo serem inconstitucionais, mas vêm a plenário para serem decididos pelos Srs. Deputados; e o Projeto de autoria do Governador, propondo desconto de IPVA, também vem a plenário para ser

apreciado. Eu acho que a forma mais democrática de nós resolvermos as divergências é através do voto.

Com a palavra, com a aquiescência do Deputado Elarmin Miranda, o Deputado Emanuel Pinheiro; em seguida, o Deputado Elarmin Miranda e, depois, o Deputado Carlos Brito.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Muito obrigado, Deputado Elarmin Miranda.

Sr. Presidente, também reitero aqui a nossa grande amizade e estima recíproca, ainda mais pela conduta de V. Ex^a, sempre respeitando o direito de todos os Deputados.

Sr. Presidente, o Artigo 495 do nosso Regimento Interno diz o seguinte:

“Art. 495 A convocação será automática e independerá de deliberação do Plenário, se firmada:

a) por um terço dos membros da Assembléia;”

Isso eu posso fazer, Sr. Presidente, e, independente dos vetos, nós teremos que marcar a data da vinda do Secretário.

O que eu quero afirmar para V. Ex^a é que houve um acordo entre o Deputado Emanuel Pinheiro, que é autor da convocação, e o Deputado Rene Barbour. Então, para não se usar esses preceitos regimentais, vamos definir hoje à noite a data da vinda do Secretário, até porque, como V. Ex^a é um fiel escudeiro do Regimento Interno, tem amparo regimental; e se tiver um terço das assinaturas, nós vamos ter que marcar a data da vinda do Secretário da mesma forma. Então, peço que a sensibilidade do Deputado Riva, sempre demonstrada nos momentos de decisão deste Plenário, seja efetivada em relação à convocação do Secretário Válder Albano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Solicito a V. Ex^a que colha as oito assinaturas.

Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o Deputado Elarmin Miranda.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Questão de Ordem versa sobre a fala do ilustre Deputado Carlos Brito. Propõe ele uma comissão de Parlamentares para acompanhar o problema do INCRA que envolve Vila Rica. Entendo, concordo com ele e aprovo a proposta. Simultaneamente, proponho também que se forme uma comissão idêntica à proposta pelo Deputado Carlos Brito para ver o caso Renascer (PALMAS DAS GALERIAS).

Em relação ao caso Renascer há uma diferença. Eu li hoje, no jornal, que a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Mato Grosso, Sr. Presidente, estava formulando uma representação contra o Secretário de Estado e contra o Presidente do INTERMAT. É mais do que justo que uma comissão de Deputados acompanhe isso, através da Comissão de Defesa de Direitos Humanos, porque eu, particularmente, estou convencido de que a força policial indo lá, por solicitação do Sr. Aparecido, Presidente do INTERMAT, constitui uma ilegalidade muito grave. E eu quero que o Poder Legislativo se posicione, independentemente da nossa Bancada, que represente contra o Aparecido, esclarecendo o que faremos em setenta e duas horas.

A nossa Bancada está propondo uma notícia-crime contra o Presidente do INTERMAT por abuso e desvio de poder. Simultaneamente, estamos propondo a mesma notícia-crime contra o Secretário de Segurança Pública e nas próximas setenta e duas horas

ela estará sendo protocolada. Estamos tomando essa posição, como Parlamentar, em defesa do princípio da legalidade.

A proposta de V. Ex.^a vem ao encontro da nossa angústia. Vamos formar uma Comissão para ver se houve a ilegalidade, se a ilegalidade é patente. Se ela for patente, Sr. Presidente, entregar isso ao Ministério Público. Não é o problema de ser o Aparecido, não é o problema de ser o Secretário de Segurança, o que eu estou questionando nesta Casa é a violência, é a ilegalidade. E, com essa violência, nós não podemos concordar.

Portanto, Deputado Carlos Brito, concordo com V. Ex.^a e queria viabilizar as duas comissões, porque elas existindo, nós também nos absteremos de propor as notícias-crimes, para que a Assembléia possa cumprir a sua função constitucional. Muito obrigado (PALMAS DAS GALERIAS).

O Sr. Carlos Brito - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, o Deputado Elarmin Miranda, com a sua experiência, com a sua maturidade, principalmente, e com o seu preparo político, dá mostras de como proceder a um encaminhamento político com seriedade, com vontade de resolver as questões e distante dos holofotes ou da vontade de aparecer.

A palavra, pela Ordem, que solicitei a V. Ex.^a foi em razão de ter sido citado no pronunciamento do Deputado Zé Carlos do Pátio. Quero lembrá-lo de que deixamos de ser Vereadores - eu em Cuiabá e ele em Rondonópolis. Nós, hoje, somos Deputados Estaduais e temos que ter uma responsabilidade consciente.

Ser solidário a uma questão séria que o Deputado Everaldo Simões traz a esta Casa, a qual não podemos fazer ouvidos moucos, não significa dizer que estejamos distante dos interesses do município que represento, inclusive, posso prestar colaboração a V. Ex.^a, de preferência ao Deputado Hermínio J. Barreto, em Rondonópolis, que desenvolve lá um trabalho sério, conseqüente, comprometido realmente na solução dos problemas.

Quero dizer ao Deputado Elarmin Miranda que não posso, antecipadamente, concordar com uma notícia-crime ou qualquer outra providência até que se apure o ocorrido. Mas, sem sombra de dúvida, não me referi à questão do Renascer, porque V. Ex.^a anteriormente já havia ocupado esta tribuna e, por respeito parlamentar, entendi que deveria discutir o assunto com V. Ex.^a antes para ver o encaminhamento, da forma que fiz com o Deputado Everaldo Simões.

Portanto, a cordialidade parlamentar deve ser norma e regra nesta Casa, porque dessa forma nós iremos resolver efetivamente as questões da sociedade, e não vivermos aqui de demagogia ou de cenário externo.

Não tenha dúvida a população de Cuiabá e de Mato Grosso de que estou aqui para fazer um trabalho sério, não estou aqui para brincar de ser Deputado ou fazer jogo de mídia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência registra, com satisfação, a pedido do nobre Deputado Alencar Soares, a presença nas galerias do Sr. Robinson Pazeto, Presidente do PSDB de Nova Xavantina.

Convido os Deputados Joaquim Sucena e Everaldo Simões para atuarem como escrutinadores na apreciação de vetos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Convido o Deputado Benedito Pinto para assumir a 1ª Secretaria e solicito ao Deputado José Carlos Freitas que assumam a 2ª Secretaria.

(OS SRS. DEPUTADOS BENEDITO PINTO E JOSÉ CARLOS FREITAS ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E A 2ª SECRETARIAS.)

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu pedi a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente, até por uma questão de respeito aos colegas Deputados.

O Líder do Governo, V. Exª, que é Presidente da Assembléia, e o Líder do PSDB teriam que colocar um encaminhamento a respeito do impasse que ficou na última Sessão.

Nós discutimos, ontem, a Bancada da Oposição e a Bancada do Governo, a respeito do IPVA e do ICMS. Nós não estamos tendo um prazo para fazer os encaminhamentos e já vamos apreciar os vetos.

Eu estou me sentindo ofendido, eu estou me sentindo patrolado! Aliás, uns dias atrás eu tive um problema sério com um colega Deputado, senti que a Bancada de Oposição teve uma postura decente e achei interessante.

Agora, se nós temos que ter um bom entendimento, uma boa relação neste plenário, eu acho que V. Exª e o Líder do Governo teriam que colocar um encaminhamento. Não que nós sejamos contra votar qualquer matéria nesta Casa de Leis, mas nós queremos também ser ouvidos, queremos ser reconhecidos como Deputado e como representante do povo. Muito obrigado.

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra, pela Ordem, ao nobre Deputado Rene Barbour, eu gostaria de responder ao Deputado Zé Carlos do Pátio apenas informando o seguinte: foi combinada uma reunião que se realizou na terça-feira, ontem. Não estive presente na reunião, mas de antemão sei que não houve uma decisão à altura daquilo que a Oposição esperava...

O Sr. Rene Barbour - Eu gostaria de fazer esse relatório, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE - Então, como o Deputado Rene Barbour participou dessa reunião, eu vou conceder a palavra a ele.

Antes, Deputado Rene Barbour, eu solicitei o retorno da Deputada Serys Shlessarenko no plenário, porque a Deputada me solicitou que indicasse um representante oficial da Assembléia Legislativa para se fazer presente no Tribunal de Dívida Externa que se realizará nos dias 26 a 28 de abril, promovido pela CNBB. Nós já havíamos agendado, inclusive, a nossa ida ao Rio de Janeiro, mas eu quero informar à ilustre Deputada Serys Shlessarenko - não só eu, como também no dia em que recebemos o convite havia outros Deputados interessados - que eu vou declinar essa representação à Deputada Serys Shlessarenko, que está envolvida nesse trabalho. Portanto, ela fica sendo a representante oficial da Assembléia lá nesse encontro.

Solicito ainda aos membros da Comissão de Segurança, composta pelos Deputados Roberto Nunes, Carlos Brito, Benedito Pinto, Moacir Pires e Zé Carlos do Pátio, que se reúnam para a instalação da Comissão.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para responder ao Deputado Zé Carlos do Pátio. Eu gostaria de dizer que nós demos tramitação ao processo desde aquele dia em que nos propuséssemos a dar essa tramitação. O Deputado Zé Carlos do Pátio participou, ontem, das conversações para se chegar a um denominador comum. Não chegamos a esse denominador comum! Aos números!

O Governador do Estado vai mandar a Mensagem, Deputado Zé Carlos do Pátio, só que ele se encontra em Brasília, e ele tem que assinar essa Mensagem. Assim que ele retornar a Cuiabá - eu até já respondi à Deputada Serys Shhessarenko -, ele vai assinar essa Mensagem, quando, então, nós traremos aqueles valores discutidos ontem, aqueles valores que nós podemos chegar, aqueles descontos que o Governo nos autorizou a conceder e V. Ex^a participou da reunião.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Primeiro, eu queria agradecer ao Deputado Rene Barbour, Líder do Governo, que veio aqui se justificar. Eu estava me sentindo...

Eu queria fazer duas perguntas, Deputado Rene Barbour: primeira, quanto ao ICMS, por que a equipe econômica não quis discuti-lo conosco, é o Projeto da nossa autoria para revogar a Lei n^o 7.098? Segunda: há possibilidade de se buscar um denominador comum na proposta da Bancada de Oposição a respeito do IPVA? São essas duas perguntas, até para nos sintonizarmos para saber como iremos encaminhar.

O Sr. Rene Barbour - V. Ex^a pergunta se vai haver ainda um acordo na Mensagem a respeito do IPVA?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu perguntei o seguinte: o Governo trouxe uma proposta para a Assembléia Legislativa de redução do IPVA, a Bancada de Oposição fez uma contraproposta, então, há a possibilidade de se buscar um denominador comum, de se buscar um encaminhamento conjunto que contemple os interesses da Bancada de Oposição que quer reduzir o IPVA e o ICMS? Até porque o Governo, através da equipe econômica dele, ontem, aqui, não discutiu nada sobre ICMS. Como está sendo encaminhado isso?

O Sr. Rene Barbour - São duas coisas distintas, Deputado Zé Carlos do Pátio. Nós não discutimos a questão do ICMS.

O Governador já foi taxativo, ele não tem condições de mexer nesse imposto. Esse imposto é o alicerce, é a estrutura do Estado. Mexer nesse imposto, hoje, poderia resultar em falta de recursos para o pagamento do funcionalismo público, dos fornecedores, da Segurança, da Saúde e isso preocupa o Governador. Ele não tem condições de mexer no ICMS nesta hora tão difícil por que atravessam todos os Estados da Federação.

Nós estamos discutindo o IPVA. Para o IPVA, o Governo cedeu bastante, cedeu até mais do que nós esperávamos. Nós insistimos e baixamos. Se a Oposição achar por bem continuar as conversações para que se chegue a um denominador comum, nós já estaremos prontos, Deputado Zé Carlos do Pátio, para chegarmos aos números que atendam a Situação e a Oposição.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só para terminar, eu queria fazer uma proposta a V. Ex^a e ao Presidente da Casa, Deputado Riva. Por que nós não marcamos, a Bancada de Oposição e a Bancada de Situação, com o Governador, para rediscutirmos essa questão e buscarmos aqueles índices que estamos propondo? Por quê? Porque mesmo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

buscando os índices que a Oposição está propondo, ainda assim fica acima do que era no ano de 1998.

Nós precisamos, Deputado Rene Barbour, Líder do Governo, rediscutir essa questão e ver um encaminhamento. E na questão do ICMS também. Eu acho que é o caminho maduro para que nós façamos o processo democrático na Assembléia Legislativa da melhor forma possível.

O Sr. Rene Barbour - Deputado Zé Carlos do Pátio, a Bancada tem suas limitações. O Governo só nos autorizou a chegar naqueles números. E dentro daqueles números virá a Mensagem. V. Ex^a poderá votar a favor ou contra.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Deputado Rene Barbour, eu gostaria de propor, para acabarmos com esse impasse - porque já decorreram trinta e três minutos da Ordem do Dia e nós não conseguimos apreciar nenhum veto, e tendo em vista que o Governador vai enviar essa Mensagem -, Deputado Zé Carlos do Pátio, uma vez que não há impedimentos, que os projetos em tramitação sejam apreciados, tanto do ICMS como do IPVA. Eles já estão com Pareceres das Comissões e podem ser apreciados.

Eu pediria a V. Ex^a e ao Deputado Rene Barbour que deixássemos para discutir essa matéria no momento em que aportar aqui a Mensagem do Poder Executivo, tendo em vista que a Assembléia tem poderes de emendar o projeto de autoria do Poder Executivo. Se nós apreciarmos os vetos, ficaremos com a Pauta limpa, em condições de votar todas as matérias, inclusive as de iniciativa dos Srs. Deputados.

Eu gostaria de fazer esse acordo com V. Ex^a (PAUSA - OS DEPUTADOS DIALOGAM)

O SR. PRESIDENTE - Diante do exposto, esta Presidência colocará o primeiro veto em discussão.

Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença da Vereadora Simone, de Nova Olímpia, a pedido do Deputado Rene Barbour.

Solicito ao Sr. 2º Secretário que providencie as sobrecartas e à Assessoria que providencie os votos SIM e NÃO.

Em discussão única, Veto Total nº 57/98, do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 06/98, de autoria do Deputado Benedito Pinto, que autoriza o Poder Executivo a proceder ao parcelamento para o pagamento de multas de trânsito e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à derrubada do Veto.

Em discussão...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:33 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de vinte minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, eu quero, primeiramente, colocar para os meus colegas Deputados que é uma verdadeira agressão ao Poder Legislativo Estadual o número de vetos que o Governador está encaminhando a esta Casa de Leis.

Eu fui consultar a *Internet* e constatei que um projeto que foi aprovado pelos Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná foi vetado aqui, que é a questão de o Estado assumir os exames de DNA para constatar a paternidade de uma criança, de um cidadão.

Isso foi aprovado, sancionado e o Governador Jaime Lerner está colocando em prática no Estado do Paraná. E, aqui, o Governador veta. Aqui, o Governador está “patrolando”, desmoralizando a Assembléia Legislativa.

Não se justifica, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Carlos Brito, vetar este Projeto aqui!

Eu quero saber se justifica vetar este Projeto aqui - e o Deputado Carlão Nascimento sabe disso -, que autoriza o Poder Executivo a proceder ao parcelamento para pagamento de multas de trânsito e dá outras providências.

Deputado Gilney Viana, Deputada Serys Shessarenko, Deputado Joaquim Sucena, parcelar multas de trânsito para o cidadão que não tem condições de pagar... Neste Estado existe uma indústria de cobrança de multas atuando contra o cidadão! Nem para parcelar o Governo está perdendo! Ele vetou o Projeto do Deputado Benedito Pinto que trata do parcelamento das multas de trânsito - isso é uma desmoralização, meus colegas! -, alegando que é de competência, conforme o Artigo 42, do Poder Executivo.

Então, eu venho aqui, caros Deputados, para dizer que nós temos dois caminhos: ou nós derrubamos o Veto do Governador, ou nós nos retiramos do plenário e vamos nos sentar com o Governador para ele respeitar este Poder Legislativo. O que não dá é nós sermos “patrolados”, sermos agredidos, como Poder, e o Governador vetar todos os projetos de interesse público.

Eu pergunto aqui a V. Ex^{as}, meus colegas: isso está mexendo com questão tributária? Vai implicar em questão financeira proceder ao parcelamento das multas de trânsito?

Eu quero aqui pedir aos meus colegas Deputados que rejeitem o Veto do Governador!

Ouçam: “Tal disposição coaduna-se com aquela contida na Constituição da República (artigo 61, § 1º, inciso II, alínea ‘e’...)” - eu já conheço de cor isso aqui. Eu não sou advogado, mas eu já sei de cor o que ele quer dizer. Ele quer dizer que isso não é de competência do Poder Legislativo, e, sim, competência do Poder Executivo, porque está mexendo com a questão tributária. Mas não está mexendo com a questão tributária! Nós estamos simplesmente parcelando e dando oportunidade ao cidadão de pagar em mais vezes à indústria da multa - à indústria da multa que este Estado hoje tem! Hoje, fazem-se multas, e a pessoa não consegue nem pagar as multas que tem. Nem o direito digno de poder parcelar suas multas o cidadão tem!

Esse é o Governador reeleito pelo Estado de Mato Grosso. Não perdoa nada! Além de aumentar 42% do ICMS da energia, além de aumentar 157% o IPVA, ainda não dá nem oportunidade ao trabalhador, ao cidadão, ao mato-grossense de parcelar sua multa. E tem Deputado aqui que faz lei como hiena. Faz a lei, discute, vai para lá e o Governador veta. Depois, ele vem aqui e vota conforme o Governador - vomita e engole o vômito, entendeu!? Isso é lamentável. V. Ex^{as} conhecem hiena? Ela come o próprio vômito. É igual ao Deputado daqui, ele vota e depois ele pega e engole o próprio voto. Ele vota contra o próprio projeto. Isso é lamentável!

Eu quero aqui, colegas Deputados, pedir a V. Ex^{as}: é o momento de nós fazermos um ato cívico, um ato de democracia, um ato de cidadania, nos retirando do Plenário para discutirmos com o Governador, para que ele não faça essa agressão contra o Poder Legislativo. É o momento de nós mostrarmos que este Poder está mudando. É o momento de nós termos realmente a valorização deste Poder.

Eu não agüento mais! Chega de humilhação! Chega de agressividade! Chega de atitudes realmente ditatoriais!

A Oposição, ontem, sentou-se com o Governo para discutir o IPVA. O Governo trouxe a proposta dele, nós fizemos a nossa contraproposta, mas nem a nossa contraproposta foi aceita. Pedimos para que chegássemos a um denominador comum. O que é um denominador comum? É a soma de um número pelo outro dividida por dois, mas nem isso ele quis. Eles propuseram um desconto de 30%; nós, de 50%. E, no final, a Deputada Serys Slhessarenko propôs um desconto de 40%, mas nem isso ele quis.

Então, eu quero aqui ler:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao parcelamento para pagamento de multas de trânsito expedidas há mais de 06 (seis) meses.

Art. 2º O parcelamento de que trata o Artigo 1º se fará da seguinte forma:

I - multas em atraso há 01 (um) ano serão parceladas em até 06 (seis) meses...” - Pôxa, é uma coisa justa para o cidadão!

“II - multas em atraso há 02 (dois) anos serão parceladas em até 12 (doze) meses;

III - multas em atraso acima de 02 (dois) anos serão parceladas em até 18 (dezoito) meses.

Art. 3º Fica suspensa a transferência do veículo no prazo da vigência do parcelamento até a quitação do débito.

Art. 4º Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa, 21 de outubro de 1998.”

Então, meus amigos, quero aqui pedir aos meus colegas Deputados, neste momento, já que nós temos *quorum*, que ou nós nos retiramos do plenário, ou nós vamos dar um basta nesses projetos do Governador.

Esses dias veio um outro Projeto aqui para que o Governo criasse a PROCON em vários municípios para a defesa do consumidor. O Governo aumenta 42% do ICMS da energia, numa inflação de 2%, não avalia nem a questão da capacidade contributiva e também não quer criar a PROCON, que é o órgão para defender o trabalhador.

O Governo aumenta em 42% o ICMS da energia e diminui a alíquota da arma de fogo, da munição, da bebida alcoólica. Quer dizer, hoje, o Governo incentiva a arma de fogo, a criminalidade, porque hoje paga-se menos imposto para comprar um revólver 38, um revólver 32, uma munição ou um cigarro, do que se paga pela energia. Quer dizer, ele não avaliou nem a questão da essencialidade. O que é mais essencial? É a arma de fogo ou é a energia? É a arma de fogo, o cigarro ou é a energia? Então, eu lamento. Eu estou entristecido. Embora eu seja um Deputado que está somente há sessenta dias aqui, eu estou muito triste com o que está acontecendo aqui. É lamentável essa situação que nós estamos passando.

Queria pedir à Bancada de Oposição que subisse nesta tribuna para mostrar a sua indignação com o Governador pelos vetos. Há setenta vetos e só foram apreciados três até agora. Nós temos que segurar esses vetos para valorizar o Parlamento, segurar os Deputados, mostrar para o Governador que nós não somos aqui apêndice dele, que nós somos aqui um Poder independente. Então, eu quero aqui deixar essa avaliação. Eu tenho certeza de que os meus colegas Deputados irão nos apoiar nesta propositura, até porque um Projeto deste não fere a questão financeira do Estado, não fere os interesses públicos, é simplesmente o parcelamento das multas em atraso da máquina de fazer multa, que é o Governo do Estado de Mato Grosso.

Queria aqui pedir para que todos colocassem essa posição. Ou nós nos retiramos do plenário e vamos nos sentar com o Governador, ou nós vamos votar contra os vetos do Governador para dizer um não ao Poder Executivo, à influência, à agressão. Porque não é justo nós votarmos um Projeto de Lei desta natureza e depois mantermos o veto ao mesmo Projeto que votamos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Antes, eu gostaria de convidar o Deputado Alencar Soares para assumir a 2^a Secretaria.

(O SR. DEPUTADO ALENCAR SOARES ASSUME A 2^a SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, antes de tratar da especificidade do projeto, quero mais uma vez falar dessa situação dos vetos. Eu venho reclamando disso há muito tempo. A Assembléia Legislativa é totalmente e permanentemente desrespeitada pelo Governador do Estado. Ao chegar esses projetos às mãos do Governo - porque os projetos são aprovados aqui e vão para o Governo sancionar ou vetar -, ele veta praticamente mais de 90%, com certeza. Eu até gostaria de ter um levantamento dessa questão por parte da Assembléia Legislativa, porque aprovamos esses projetos... Eu não tenho dúvida, mais de 90% são vetados pelo Governador.

Aí eu fico me perguntando: qual o nosso papel? O nosso papel é, depois de ser vetado pelo Governador o projeto e o veto vir para cá, derrubar o veto. Derrubado o veto, manda-se publicar no *Diário Oficial* e o projeto transforma-se em lei.

Então, não existe essa conversa: "Ah! Tem que fazer acordo com o Governo, porque esse Governo não aceita, não adianta, porque nós não vamos conseguir...". Agora, como que não vamos conseguir? Nós somos Poder ou não somos Poder? Nós tivemos voto do povo ou não tivemos voto do povo? Nós constituímos um Poder que está aqui para legislar ou não? Porque se não constituímos um Poder para legislar, eu não estou interessada em estar aqui. Dentro do que eu entendo o Poder Legislativo legisla, faz leis. Agora, ficar submetendo-se à vontade do Governador que veta tudo que nós aprovamos e manda para cá os vetos, e continuar mantendo os vetos... Ou seja, qual é a nossa? Na hora em que apreciamos o projeto aqui, temos uma posição, votando a favor. Na hora em que o Governador veta: "Ah, não! Agora, não é mais isso. Agora, eu vou votar contra ao que votei esses dias aqui".

Senhores, por favor! É o mínimo! É o mínimo! Ou será que na hora em que vamos votar o projeto aqui as galerias estão cheias, olhando para as nossas caras, vendo a favor de quem e contra quem estamos votando, e nós votamos logo a favor! Depois, quando

vem o veto, cuja votação é secreta, aí ninguém ficará sabendo quem votou, então, alguns que votaram a favor vão votar contra. Isso depõe contra nós. Honestamente, isso depõe, e depõe feio, contra o Parlamento.

Eu digo isso porque eu tenho reclamado muito dessa questão. No semestre passado, se nós aprovamos 70, 80 projetos de lei aqui durante o semestre, até porque foi um semestre extremamente conturbado por conta das eleições e tudo o mais, tínhamos problema de falta de *quorum* seguidamente e outras coisas... Agora, vieram para cá, do semestre passado, praticamente 70, sessenta e tantos vetos!

Eu vou pedir até oficialmente, Sr. Deputado Pedro Satélite, Presidente em exercício neste momento, que seja procedido a um levantamento pela Casa, que a Casa proceda a um levantamento de todos os projetos, não de autoria do Governo, mas de autoria dos Srs. Deputados, que foram aprovados no segundo semestre de 1998, os que sofreram vetos, os que foram sancionados. Por favor, porque nós vamos precisar desse dado. É um dado muito concreto para nós, realmente, divulgarmos para a sociedade que, para o Governador, este Poder aqui tanto faz, porque ele faz o que ele quer.

Agora, em relação a esse Projeto, já foi dito aqui pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, por que não parcelar? Qual o problema de parcelamento para pagamento de multas? Aliás, essas multas do DETRAN são algo de espantoso! São tantas multas que aparecem, tão altas e pesadas, e agora não podemos parcelá-las! Que se dê esse direito. É um direito do consumidor parcelar o pagamento. Ele já está sendo punido, se ele cometer uma infração, ele já está sendo punido. Que seja punido! Eu reclamo contra a exorbitância dessa punição, principalmente, porque existem alguns lugares que estão muito mal sinalizados, e essa falta de sinalização, muitas vezes, engana o motorista que está dirigindo o carro ou uma condução qualquer. Isso aí traz dificuldades para o controle da velocidade.

Mas, independentemente disso, eu sou favorável ao controle da velocidade, até porque a vida humana está em jogo. Mas eu sou contra a questão do valor, esses valores estão muitos altos e também acredito que precisamos de uma sinalização muito maior em termos de visualização, para que a atenção do motorista seja chamada.

Então, a nossa questão não é aqui que tem que ser contra multa ou a favor de multa, o nosso problema aqui é que se permita um parcelamento dessas multas. Aí eu conclamo todos os Srs. Deputados para, no caso de ocorrer essa votação ainda hoje, que votem pela derrubada do Veto. Chega de dizer: “Sim, Senhor!”, “Sim, Senhor!”, ao Governador do Estado.

Nós somos outro Poder! Não somos um Poder que está aqui envergado, submisso, subserviente ao Governo do Estado. Nós somos um Poder independente, nós somos um Poder soberano, nós somos um Poder eleito, é óbvio, através do voto da população de Mato Grosso e temos que respeitar esses votos. E respeitar esses votos significa estar aqui trabalhando em defesa dos interesses e necessidades da população de Mato Grosso e, não, do interesse do Governo do Estado. Quer dizer, se ele não quer, o problema é dele! Se nós acreditamos que é importante o parcelamento dessas multas, vamos derrubar o Veto! Vamos parar com essa história: “Ah, eu não posso votar o Projeto do IPVA, para reduzir as alíquotas ao patamar anterior, porque o Governador não quer.” E eu com isso! Se ele não quer, o problema é dele! Nós queremos e nós temos que mostrar que somos Poder, sob pena de a população daqui a pouco dizer que ela não precisa mais de Legislativo porque o Governo faz o que ele quer e que esses Senhores e essa Senhora que aqui estão não têm papel a

desempenhar neste Poder. Eu não gostaria de ver isso acontecer, até porque eu acredito no Parlamento, por isso eu estou aqui. Eu sei que o Parlamento é um dos Poderes fundamentais para o processo democrático. Então, nós estamos aqui por acreditar nisso! Agora, se estamos aqui, temos que realmente fazer com que este Poder seja respeitado e tenha credibilidade, sob pena de, daqui a pouco, a população dizer: “Não acreditamos mais, porque esse Poder está aí só para responder ‘sim, senhor’ ao Governo de plantão que, por ventura, em determinado momento, estiver no Executivo de Mato Grosso.”

Portanto, Srs. Deputados, vamos votar pela derrubada do Veto - isso, se houver votação...

Por último, eu gostaria que continuássemos à espera da votação - eu digo à espera porque é a maioria que tem poder para definir essa questão - dos Projetos de Lei que tratam do IPVA e do ICMS. Eles estão em regime de urgência urgentíssima e têm que ser votados antes dos vetos. Portanto, eu gostaria que não votássemos... A minha posição é que não se aprecie esses vetos, que não se inicie a votação desses vetos, enquanto não tivermos votado os Projetos de redução do ICMS e do IPVA. Esta é a nossa posição. Agora, se a maioria governista quiser votar, infelizmente, teremos que permanecer porque somos minoria, e, como minoria, temos que nos comportar. Se tivermos poder para esvaziar o *quorum* será uma oportunidade para discutirmos essa questão e demonstrarmos que, realmente, estamos buscando a votação, o mais rápido possível, tanto do ICMS como do IPVA, que trazem tantos prejuízos para o bolso do consumidor. Um Governo que descuida de sua “Casa”, que deixa arrombarem a sua “Casa” e vem arrombar o nosso bolso... Porque aumento de imposto significa botar a mão no bolso do consumidor, botar a mão no bolso da população a todo o momento, de forma, do nosso ponto de vista, desnecessária.

Eu estou lendo daqui mesmo a manchete da *Folha do Estado*: “Rota de Colisão”. Quer dizer, o Governador diz uma coisa e o Sr. Secretário de Fazenda diz outra. Como eu dizia há pouco: a “Casa” do Governador, pelas manchetes de ontem e hoje, não estava “arrumada”, ela estava arrombada. E ele ainda disse que já sabia disso há uns quinze ou vinte dias. Parece-me que é aquela história: “Olha, tem um ladrão dentro da minha casa há vinte dias, mas eu só vou chamar a polícia depois que toda a população souber. Enquanto todo o mundo não souber, eu não chamo a polícia e permaneço com o ladrão dentro da minha casa.” Parece-me que é uma coisa mais ou menos assim. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão...

O Sr. Carlão Nascimento - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu pedi para fazer uma discussão em cima deste Projeto exatamente porque eu não quero entrar na questão do mérito. Eu acho que sempre que se puder parcelar qualquer ação fiscal do Governo é interessante. Porém, eu sou obrigado aqui a fazer alguns esclarecimentos no que tange à questão do trânsito.

Eu gostaria que o Deputado Zé Carlos do Pátio, que falou muito aqui da “indústria de multa”, nos ouvisse pelo menos por alguns minutos.

No ano de 1997, nós tivemos uma nova legislação de trânsito para o Brasil, que foi o novo Código Nacional de Trânsito. O novo Código Nacional de Trânsito incluiu dentro do Sistema Nacional de Trânsito uma entidade que até então não fazia parte, que é exatamente a questão dos municípios. Então, os municípios que, no antigo Código, não faziam

parte do Sistema Nacional de Trânsito, com o novo Código, passaram a ser parte integrante desse sistema. E aí, os municípios passaram a ter todas as atividades em relação à circulação e à parada do veículo.

Portanto, 95% das multas que existem hoje são todas elas destinadas aos municípios, e o município tem poder, inclusive, de fiscalizar.

Eu sou daqueles que não defende muito a questão de infrator, não. Se o cidadão tira uma carteira de habilitação, se ele está habilitado a ter uma Carteira Nacional de Habilitação, o mínimo que ele tem que conhecer é as leis de trânsito. Então, todo o cidadão que comete uma infração no trânsito tem que pagar por isso.

Portanto, eu gostaria de chamar a atenção para o Artigo 24 do Código Nacional de Trânsito que estabelece a competência do Estado, a competência dos municípios, a competência do DNER, a competência da Polícia Rodoviária Federal, a competência do DVOP e, também, a competência da Polícia Rodoviária Estadual. Então, é preciso ler um pouco o Código de Trânsito para vir falar aqui em “indústria de multa”. É preciso saber quem é quem dentro do sistema.

O Deputado Zé Carlos do Pátio, até poucos dias, era Vereador por Rondonópolis e tinha a obrigação de saber que desde 1998 todas essas multas não são do Estado. Ele criticou tanto aqui o Estado, quando ele tinha o Prefeito de Rondonópolis que tinha a obrigação de aplicar essas multas, que era do seu Partido.

Além disso, é preciso ler a Resolução n° 66 do CONTRAN para saber quais são as multas dos estados, quais são as multas dos municípios.

Eu já discuti este Projeto com o Deputado Benedito Pinto na Comissão de Constituição e Justiça e tive a oportunidade de dizer a ele o seguinte: primeiro, o Artigo 2° diz assim: “O parcelamento de que trata o Artigo 1° se fará da seguinte forma:

I - multas em atraso há 01 (um) ano serão parceladas em 06 (seis) meses;”

Multa em atraso há um ano significa dizer que esse veículo está irregular. Por que isso? Porque no ato do licenciamento do veículo o cidadão é obrigado a pagar o IPVA, todas as multas e a taxa de licenciamento. Então, não tem lógica isso!

Outro inciso: “II - multas em atraso há 02 (dois) anos serão parceladas em até 12 (doze) meses;”

Por mais que tenha aqui... O mérito deste Projeto eu não vou discutir. Mas, deixar o cidadão atrasar dois anos o pagamento da multa de um veículo significa dizer que o cidadão não cumpre a mínima obrigação que é pagar os seus impostos.

Quando se fala em “indústria de multa”, eu fico preocupado, pois um Deputado subir nesta tribuna e defender quem quer andar errado, eu lamento isso. Ou dizer para mim que tem uma placa ali dizendo que é proibido estacionar o veículo e mesmo assim o cidadão estaciona, ora, ele está sujeito à infração de trânsito...

Portanto, nobre Deputado, nós já discutimos bastante isso aqui. Concordo um pouco com a Deputada Serys Slhessarenko, quando diz da sinalização. Eu acho que essa sinalização foi feita num determinado momento, atendendo uma resolução do CONTRAN, que já fez mais duas resoluções depois disso, que são a Resolução n° 08 e a Resolução n° 54. É preciso rever a questão da sinalização quando se fala de lombada e radar. Mas é preciso dizer também que toda a sinalização é responsabilidade da prefeitura, porque o Código Nacional de Trânsito estabeleceu exatamente isso, que fica a cargo dos municípios a questão da

engenharia de trânsito. Então, toda a engenharia de trânsito... E é por isso que o município passou a arrecadar as multas.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu ouço, com muito prazer, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu acho que a lei tem que ir e vir. Veja bem, eu não sou contra a pessoa ser penalizada, se realmente não cumprir as leis de trânsito. Quero aqui dizer que realmente tem que ser enérgico, até porque, até então, antes dessa nova lei de trânsito existia um certo abuso de muitas pessoas que dirigiam e que não eram penalizadas.

Agora, eu acho que a lei tem o direito de ir e vir. Muitas vezes a pessoa é multada sem saber que foi multada e, muitas vezes, não tem nem o direito de defesa. O direito de defesa é tão limitado, e V. Ex^a sabe das dificuldades da defesa do direito, que a pessoa acaba tendo que ir, realmente, pagar as multas...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Lamentavelmente...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Outra coisa, Sr. Deputado...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Lamentavelmente...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Espera aí Deputado Carlos Nascimento, eu solicitei um aparte e gostaria que V. Ex^a garantisse os meus três minutos.

E outra coisa, Deputado, eu queria colocar só uma coisa para V. Ex^a: o prefeito pode ser do meu Partido como pode não ser; se ele estiver errado, eu vou e denuncio.

Quando o Prefeito de Rondonópolis era o atual Vice-Governador Rogério Salles e ele queria aumentar a iluminação pública em Rondonópolis, eu fui contra ele, e ele sabe disso. Eu não sou político de ficar passando a mão na cabeça de cargos de confiança do meu Partido, não! Está errado... Hoje, ele é Vice-Governador do Estado de Mato Grosso pelo PSDB, mas pergunte para ele como era a minha posição quando eu era vereador e ele era prefeito...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Muito obrigado pela sua participação, mas eu tenho que terminar o meu pronunciamento...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu tenho direito a três minutos.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Mais um minuto para a conclusão.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Como V. Ex^a é uma pessoa democrática, eu não vou mais falar. Eu só quero dizer a V. Ex^a que eu sou a favor realmente de que a polícia multe quem realmente está errada. Agora, que virou uma “indústria de multas”, virou mesmo! O cidadão cuiabano, o cidadão mato-grossense não tem mais condições. Quando ele vai ver: “Tira aí uma via para eu pagar o IPVA”. Chega lá, encontra um monte de multas e ele nem teve o direito de defesa.

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO SE ENCONTRA ESGOTADO.)

O Sr. Zé Carlos do Pátio - O Senhor vai falar: “Ele tem direito, sim”. Mas isso é só na teoria. Na prática, tudo é diferente (PALMAS).

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu sou obrigado a discordar de V. Ex^a e percebo que V. Ex^a mostra desconhecimento. Essa área o senhor não conhece e vou dizer porquê. Todo cidadão que é multado, recebe uma notificação, sim. V. Ex^a não está sendo verdadeiro, quando usa da tribuna para falar isso. Primeiro, se o endereço do cidadão não estiver regularizado no DETRAN a culpa é do cidadão, e a lei diz isso. Todo cidadão que é

multado, a partir do momento em que ele recebe a multa, tem 30 dias para oferecer a sua defesa. Se ele não recebe isso em casa, é porque o endereço dele está errado, e aí a culpa é do cidadão.

Então, parece-me que V. Ex^a fala muito aqui e na hora de mostrar isso na prática, mostra-se diferente. Não foi esse o comportamento que teve V. Ex^a lá na CPI de Rondonópolis...

Portanto, o direito de defesa existe e eu quero ouvir o Deputado Gilney Viana e, em seguida, o Deputado Carlos Brito.

O Sr. Gilney Viana - Deputado, eu estou me inscrevendo para discutir.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Então, ouço o Deputado Carlos Brito.

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, eu sou autor desta matéria e é um trabalho...

O Sr. PRESIDENTE - V. Ex^a quer usar a palavra, pela Ordem?

O Sr. Benedito Pinto - Sim. Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Eu sou o autor desta matéria. É uma matéria com a qual eu tenho me preocupado já há muito tempo, devido à situação por que passa a população mato-grossense e a de todo o Brasil.

Estou ouvindo a defesa do Deputado **Carlão Nascimento** e outros Deputados, como o Deputado Zé Carlos do Pátio, e eu gostaria de propor - porque eu temo que o Veto a esse Projeto seja mantido, em virtude do nosso *quorum* atual - a V. Ex^a a inversão de Pauta, porque eu estarei exaustivamente discutindo isso. Vou solicitar e se o Governo não abrir mão de uma negociação, eu estarei apresentando um Substitutivo Integral ao Projeto que deve vir a esta Casa, tratando do mesmo assunto e aí nós iremos colocar esses benefícios para a população.

Eu quero ter a garantia de que o cidadão vai poder cumprir com as suas obrigações, porque hoje, Deputado Carlão Nascimento, o cidadão não está podendo cumprir com as suas obrigações, porque ele não está dando conta de pagar o imposto, porque para ele pagar o imposto, obrigatoriamente, ele tem que pagar as multas. Então, ele não está sendo capaz de cumprir essa obrigação pessoal com o Estado. Por isso ele está inadimplente há um ano, há dois anos, porque ele não está sendo capaz de deixar o seu filho passando fome para pagar o imposto. Então, nós iremos discutir isso aí e, naturalmente, o nosso objetivo, o do Deputado Benedito Pinto, é conseguir dar esse benefício à população.

E, no caso da manutenção do Veto, eu quero ver se consigo junto ao Governo colocar esse benefício no Projeto que o Governo está encaminhando para cá a respeito do IPVA. Então, eu solicito ao Presidente que faça a inversão de pauta para que nós possamos ter esse tempo suficiente para discutirmos e conseguirmos atingir o objetivo, que é o de passar à população esse benefício.

Não somos a favor da infração, mas sabemos que o cidadão muitas vezes comete infração e não tem condições de arcar com a penalidade, que é o pagamento da multa. Então, nós estamos tentando minimizar a situação que a população enfrenta hoje, que é o problema financeiro. Então, eu solicito a V. Ex^a que faça a inversão de pauta e, naturalmente, nós vamos prosseguir com este assunto com os Deputados, a fim de que possamos achar um denominador para levar esses benefícios à população.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência, por intermédio do nobre Deputado Benedito Pinto, por ser autor do Projeto de Lei e entender que é possível, uma vez que o nosso Regimento Interno permite, defere o seu pedido.

Continua com a palavra, o nobre Deputado Carlão Nascimento, que dispõe de seis minutos.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Antes de dar o aparte aos Deputados Gilney e Carlos Brito, quero me colocar à disposição do Deputado Benedito Pinto para que nós façamos, em se mantendo o Veto do Governador, uma rediscussão desse projeto.

Eu vou dar só um dado. As únicas multas que vão, hoje, para o Estado são as multas por documentação irregular do veículo, e aí a sanção é a apreensão do veículo de imediato. Ele só tira esse veículo do pátio, se ele pagar as multas. E a outra, Deputado Zé Carlos do Pátio, é quando se trata da Carteira de Habilitação.

Portanto, são essas multas que vão para o Estado. Todas as outras multas praticamente estão hoje com as Prefeituras. E eu faço aqui ainda uma sugestão a todos os Deputados, cada um representa um município, que procurem orientar os prefeitos, porque só tem um município hoje integrado ao Sistema Nacional de Trânsito, que é o Município de Cuiabá.

Concedo o aparte ao Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito - Deputado Carlão Nascimento, para ser bem breve, V. Ex^a discorre sobre o assunto com conhecimento de causa e com muita propriedade, e a obrigação do Parlamento é exatamente informar para bem representar a sociedade. E dentro da idéia da hierarquia das leis e das competências cabíveis dos diversos níveis, federal, estadual e municipal, o novo Código trouxe uma série de modificações - como V. Ex^a já colocou - trazendo à competência dos municípios responsabilidades que anteriormente não nos cabiam.

Eu quero, só a título de informe, dizer que ainda na condição de Vereador por Cuiabá discuti essa questão do parcelamento das multas exaustivamente com o Prefeito Roberto França e, hoje, em Cuiabá, as multas podem ser parceladas em até cinco vezes. Portanto, é competência do município, sim, fazê-lo.

Então, dessa forma, só a título de ilustração, nós podemos aqui no aspecto político atuar junto aos prefeitos nos diversos municípios, e mesmo junto aos vereadores, orientando-os para que façam o que hoje é competência dos municípios.

Portanto, só a título de informe, é uma demonstração clara de que o meu papel de representar Cuiabá eu cumpro, porque um dos exemplos está aí, hoje as multas são parceladas, as lombadas eletrônicas têm horário de funcionamento, não funcionando entre 22:00 horas e 06:00 horas. Então, quando queremos trabalhar de verdade, temos mecanismos, sim, para nos orientar. Muito obrigado.

O Sr. Gilney Viana - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Concedo o aparte ao Deputado Gilney

O Sr. Gilney Viana - Deputado Carlão Nascimento, eu gostaria de fazer uma intervenção mais longa. Como o Projeto foi retirado da discussão, perdi a oportunidade, mas o farei oportunamente. Aliás, isso nos oferece uma segunda oportunidade, uma discussão mais profunda sobre o assunto.

Eu gostaria, primeiro, de concordar com a linha de raciocínio de V. Ex^a e apor algumas considerações, vamos dizer assim, complementares. Antes disso, uma informação, eu

pedi licença e vênia a minha Líder, Deputada Serys Slhessarenko, para descontar no mérito do seu encaminhamento em relação ao Veto oposto pelo Governador. Em verdade, eu concordo com o Veto oposto pelo Sr. Governador a esse Projeto de Lei. Concordo com a Líder do PT, com o Líder do PMDB e outros que colocaram que existe uma distorção na relação da Assembléia Legislativa com o Executivo. Existe uma anomalia, uma prática que o Executivo tem, um defeito, talvez, por uso demorado do cachimbo, então ficou aquele defeito que desvaloriza o que vem do Poder Legislativo e só valoriza o que é do Executivo. Isso é uma tática para também se ganhar os louros políticos que isso possa eventualmente render.

Mas, isso está exorbitando - exorbitando! Nesse sentido o argumento da Deputada Serys Slhessarenko é correto, é legítimo, eu endosso totalmente.

Agora, nesse limite de tempo, eu queria fazer um alerta dentro da linha que V. Ex^a está expondo, que o Projeto de autoria do Deputado Benedito Pinto é ligeiro. Eu diria que é ligeiro porque não se aprofunda. Eu diria que é um tanto pouco ajuizado em relação às decorrências sociais de num Projeto dessa natureza. Eu vou dar um exemplo a V. Ex^a: as multas são tratadas genericamente, quando o novo Código brasileiro faz questão de decodificar as multas numa série de pontuação de ponderação, de tal modo que uma multa grave ou gravíssima tem ponderação 07. E que três infratores de pontuação 07, que é multa gravíssima, ultrapassar o sinal vermelho, por exemplo; não dar socorro à vítima acidentada, por exemplo; seja punido com a cassação temporária de sua Carteira e podendo - não ratificando e não se submetendo a um processo de reciclagem, é o autor deste crime, que pode ser crime, eu gostaria de dizer, não é apenas uma infração que pode se tornar crime - ser devidamente penalizado com a cassação total de sua Carteira...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico ao nobre orador, Deputado Carlão Nascimento, que dispõe de três minutos para encerrar o seu tempo e que nesse período não é permitido aparte.

O Sr. Gilney Viana - Permita-me apenas concluir o meu raciocínio?

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Pois não!

O Sr. Gilney Viana - Então, é um defeito gravíssimo que tem o Projeto, que não percebe o que o legislador... Permita-me informar à Casa que eu fiz parte da Comissão que elaborou esse Código Brasileiro de Trânsito no Congresso Nacional, que muito me honrou, foi uma das melhores leis das quais eu participei e eu acho que não pode ser conspurcado por uma visão ligeira como é esse Projeto.

Acho que a intenção é boa, em defesa do consumidor. Mas, em verdade, é permissivo com os infratores, com os criminosos, com os assassinos que dirigem os automóveis e que muitas vezes ficam impunes. Muito obrigado.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu agradeço as palavras de V. Ex^a, Deputado Gilney Viana.

Eu quero dizer que antes mesmo... A idéia que se tem em Mato Grosso é que se montou lombada para ter uma "indústria de multa". Eu contesto isso com dados! Porque antes de montar as lombadas, eu montei uma escola, a Escola de Trânsito, e por essa Escola já passaram 85 mil condutores de veículos! Faz-se um levantamento desses condutores, poucos ou quase nenhum deles têm cometido infração grave ou gravíssima.

Essa Escola de Trânsito, que funciona em todo o Estado de Mato Grosso, é uma escola que está servindo de modelo para vários estados brasileiro. E eu tenho a felicidade de dizer que só se está emitindo Carteira de Habilitação em Mato Grosso porque nós temos essa

Escola de Trânsito atuando em todo o Estado, inclusive lá na cidade do meu amigo, Deputado Zé Carlos do Pátio, funciona muito bem a Escola de Trânsito.

Portanto, esse é o trabalho que nós fizemos. Agora, tem alguns motoristas que eu considero uma categoria, uma classe eu diria que está praticamente perdida, que é essa nossa mesma, porque não tivemos essa oportunidade de estudar para dirigir. Todo mundo sabe como é que se conseguia uma Carteira de Habilitação, antigamente, nos DETRANs. Então, nós temos uma categoria que só vai se educar, se mexermos realmente no bolso. E é isso que foi feito no DETRAN de Mato Grosso durante os três anos que lá estive. É por isso que toda vez que se falar em “indústria de multa”, que se falar em radar e lombada eletrônica, é preciso vir para esta tribuna com dados estatísticos, porque Cuiabá era a cidade que mais fazia vítimas de trânsito no Brasil e, hoje, é a quinta cidade em que menos se morre no trânsito no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu agradeço a atenção de todos. Muito obrigado. Era o que eu tinha para o momento.

O SR. PRESIDENTE - Em razão do requerimento de autoria do Deputado Benedito Pinto solicitando inversão de Pauta ao Veto Total nº 57/98, nós iremos submeter à apreciação do Plenário o Veto Total de nº 58/98.

Em discussão única, Veto Total nº 58/98, do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 175/97, que dispõe sobre a contratação ou subcontratação de mão-de-obra em atividade das empresas estaduais do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à manutenção do Veto.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação...

Esta Presidência informa aos Srs. Deputados que o parágrafo único do artigo 405 do Regimento Interno diz o seguinte: “Votarão SIM os Deputados favoráveis ao dispositivo vetado, e NÃO os favoráveis ao veto.”

O Sr. Emanuel Pinheiro - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, orientamos a Bancada do PFL a votar SIM, pela derrubada do Veto.

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, esse projeto foi estudado pela Assessoria Jurídica do Governo. O Governo não veta projetos a seu livre prazer de vetar projetos. É que os projetos inconstitucionais têm que ser vetados, porque isso aí viraria um amontoado de ilegalidades cometidas por esta Casa.

Nós não podemos, às vezes, entrar no terreno do Executivo, seria uma interferência do Legislativo no Executivo. Porquanto, a Bancada do Governo votará sempre pela manutenção dos vetos, votando NÃO.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Eu informo ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio que nós estamos fazendo encaminhamento de votação. Se V. Ex^a quiser fazer encaminhamento...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Em respeito ao Regimento Interno, peço a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhar votação, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu gostaria de pedir a palavra, pela Ordem, porque queria sugerir à Bancada de Oposição para rever a nossa decisão de votarmos dessa forma que estamos votando.

Mas, em disciplina e em respeito à Presidência, eu queria orientar a Bancada do PMDB a votar SIM, pela derrubada do Veto.

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação...

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Humberto Bosaipo (AUSENTE), Deputado Everaldo Simões, Deputado Moacir Pires (AUSENTE), Deputado Elarmin Miranda (AUSENTE), Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Gilney Viana, Deputada Serys Shessarenko, Deputado Joaquim Sucena, Deputado José Carlos Freitas (AUSENTE), Deputado Alencar Soares, Deputado Carlos Brito, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Roberto Nunes, Deputado Eliene, Deputado Jair Mariano (AUSENTE), Deputado Riva (AUSENTE), Deputado Rene Barbour, Deputado Amador Tut, Deputado Benedito Pinto, Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Silval Barbosa (AUSENTE), Deputado Wilson Teixeira Dentinho (AUSENTE), Deputado Pedro Satélite...

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao nobre Deputado Rene Barbour que assuma a Presidência.

(O SR. RENE BARBOUR ASSUME A PRESIDÊNCIA, MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O TITULAR EXERCE O DIREITO DE VOTO.)

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Humberto Bosaipo (AUSENTE), Deputado Moacir Pires (AUSENTE), Deputado Elarmin Miranda (AUSENTE), Deputado José Carlos Freitas (AUSENTE), Deputado Jair Mariano (AUSENTE), Deputado Riva (AUSENTE), Deputado Silval Barbosa (AUSENTE), e Deputado Wilson Teixeira Dentinho (AUSENTE).

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de votantes confere com o número de sobrecartas depositadas na urna e, em seguida, proceda à apuração.

O Sr. Roberto Nunes - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveitando esse pequeno intervalo da apuração dos votos, gostaria de indicar o meu líder, agora na função de Líder do Governo, como membro da Comissão Especial de Revisão Constitucional, no que diz respeito ao ICMS Ecológico, para trabalhar junto com o nobre Gilney Viana. Portanto, quero indicar o nobre Deputado Rene Barbour, neste momento, para fazer parte desta Comissão.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que proceda à verificação de *quorum*.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Quero que a Bancada de Oposição se retire do plenário, até como uma manifestação de repúdio a esse descaso do Governo do Estado que vem atropelando a Assembléia Legislativa, vetando todos os Projetos de autoria dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência defere a solicitação de V. Ex^a, mas antes queremos concluir a apreciação do Veto que está em discussão.

Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para a contagem dos votos.

O SR. 2º PRESIDENTE - Sr. Presidente, o número de sobrecartas confere com o número de votantes. Votaram 16 Deputados, sendo 07 SIM e 09 NÃO.

O SR. PRESIDENTE - Portanto, mantido o Veto, rejeitada a matéria. Vai ao Arquivo.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que proceda à verificação de *quorum*.

Peço à Bancada de Oposição que se retire do plenário.

E, também, quero deixar registrado em Ata que só foram apreciados quatro vetos e que esse placar é um placar que mostra aquilo que a Assembléia está refletindo, 09 a 07 e 11 a 10. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Deputado Eliene que assuma a 1ª Secretaria e proceda à verificação de *quorum*.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, encontram-se presentes no plenário 08 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - Portanto, não há *quorum* para deliberação, mas há *quorum* para manutenção da Sessão. Portanto, passemos às Explicações Pessoais.

O Sr. Roberto Nunes - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, eu gostaria que o Deputado Gilney Viana adentrasse ao plenário.

Faça o favor, Deputado, pelo menos para me dar o prazer de tê-lo aqui ao meu lado. Eu vou indicar V. Ex^a para fazer parte da Comissão de Revisão Constitucional. Como é que V. Ex^a me abandona...

O Sr. Gilney Viana (FALA FORA DO MICROFONE) - Eu abandonei, mas já retornei.

O SR. ROBERTO NUNES - Eu quero, em nome da Bancada do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania, indicar também o Deputado Gilney Viana, como proponente do Requerimento para a criação dessa Comissão, para fazer parte da Comissão Especial de Revisão Constitucional...

(O DEPUTADO GILNEY VIANA DIALOGA COM O DEPUTADO ROBERTO NUNES.)

O SR. ROBERTO NUNES - O nosso Bloco tem direito a indicar dois membros e o Bloco de V. Ex^a indica um.

(NESTE MOMENTO, O DEPUTADO JOAQUIM SUCENA ADENTRA AO PLENÁRIO.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. ROBERTO NUNES - Como a Bancada de Oposição, pouco a pouco, está retornando ao plenário, nobre Presidente, nós poderemos dar continuidade à votação.

Então, Sr. Presidente, eu quero indicar o nobre Deputado Gilney Viana...
(NESTE MOMENTO, O DEPUTADO JOAQUIM SUCENA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ROBERTO NUNES - Não é automático, nobre Deputado. Ele tem que ser indicado. Seria uma injustiça deixar o Deputado Gilney Viana de fora.

Eu quero aqui pedir a anuência dos meus companheiros do Bloco para indicar o Deputado Gilney Viana e o Deputado Rene Barbour. Vai ser uma dupla fantástica!

O SR. PRESIDENTE - Portanto, o Deputado Roberto Nunes indica os Deputados Gilney Viana e Rene Barbour para comporem a Comissão Especial pelo Bloco Parlamentar Frente e Cidadania.

O SR. ROBERTO NUNES - Quero ainda, complementando, repudiar a atitude da Oposição, nobre Presidente, porque nós pretendíamos limpar a Pauta, votando todos os vetos, inclusive para acabar aqui com essa questão de se apreciar projetos em regimes especiais, como é useira e vezeira a Deputada Serys Slhessarenko em solicitar aqui, neste plenário, e na hora em que o Deputado está trabalhando, está votando projetos nesta Casa é a primeira a se retirar deste plenário.

Então, quero colocar aqui veementemente o meu protesto à atitude dos Deputados de Oposição. Muito obrigado.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.
(OS SRS. DEPUTADOS FALAM AO MESMO TEMPO - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE - Nós estamos nas Explicações Pessoais, Deputada Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Solicito a palavra, pela Ordem, nas Explicações Pessoais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, a Deputada Serys Slhessarenko.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Apenas porque o meu nome foi citado.

Esse repúdio eu não aceito, até porque eu estou aqui desde às 08:00 horas e eu não saí do plenário para ir embora. Eu saí, realmente - foi uma manobra - para inviabilizar a apreciação dos vetos, porque eu quero votar os Projetos que reduzem o ICMS e o IPVA. É isso o que eu quero votar; não, os vetos de desrespeito que o Governador vem cometendo contra o Parlamento. Para esses eu vou esvaziar o *quorum* quantas vezes se fizerem necessárias, pois é uma manobra plenamente aceitável e regimental.

O Sr. Roberto Nunes - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Eu peço, nobre Presidente, que fique registrado nos Anais desta Casa, na Ata desta Sessão, a palavra colocada aqui pela Deputada Serys Slhessarenko - que sempre condena a Bancada da Situação -, que ela está fazendo manobra regimental dentro da Casa. Eu quero que a partir de hoje, Sr. Presidente, a Deputada Serys Slhessarenko não venha mais a esta tribuna criticar manobra da Bancada da Situação, da Bancada que dá sustentação ao Governo. Muito obrigado.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Eu vou conceder a palavra, pela Ordem, neste assunto mais uma vez, Deputada Serys Slhessarenko.

Com a palavra, pela Ordem, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, neste momento, eu não citei o nome de nenhum Deputado, então, eu não estou preocupada com isso.

Agora, acontece que manobra regimental é uma coisa, e acordo espúrio é outra. O que eu condeno são os acordos espúrios feitos por aí. Condeno e vou continuar condenando e denunciando. Agora, manobra regimental, participarei de todas quando achar necessário e achar conveniente politicamente.

O Sr. Amador Tut - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, o nosso Líder do Bloco Autonomia, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, ausentou-se. Ao retirar-se, ele me deu a incumbência, para fechar a Comissão Especial de Revisão Constitucional, do ICMS Ecológico, de representar o Bloco Autonomia. Portanto, o Deputado Amador Tut, representando o Bloco Autonomia, fará parte desta Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE - Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, eu acho que, diante da situação que se criou, fica improdutiva a permanência da Sessão. Mas de toda maneira, somente para registrar que a mesma manobra regimental, quando é para ser aplicada pelo Governo, é condenada veementemente; quando é pela Oposição, é natural. Nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, até para que a opinião pública possa compreender esta questão.

E dizer ainda aos Deputados da Bancada de Sustentação ao Governo para acharmos uma agenda para tratarmos de assunto no sentido de encaminharmos, já que somos todos favoráveis, a redução do IPVA. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero dizer que está havendo uma confusão sobre a Comissão, que eu e o Deputado Moacir Pires solicitamos através de um Requerimento, a respeito do comportamento do ICMS no Estado de Mato Grosso. E há uma discussão da Bancada do PSDB que não tem os dois nomes da sua Bancada e que a Bancada...

O SR. PRESIDENTE - Nobre Deputado, já foram apresentados os nomes e já está sendo publicado o Ato.

O Sr. Benedito Pinto - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, eu estou preocupado com o andamento das Sessões, uma vez que nós já estamos praticamente descambando para um descumprimento total do Regimento.

Eu creio que a Mesa tem que tomar uma posição quanto à palavra, pela Ordem, e quanto à palavra, para uma Questão de Ordem, senão nós vamos viver uma bagunça total nas Sessões.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Eu não venho às Sessões para “discutir o sexo dos anjos”, Sr. Presidente. Eu quero que seja cumprido o Regimento. A palavra pela Ordem tem que ser solicitada na hora certa e corretamente, caso contrário, nós não teremos praticamente proveito nenhum numa Sessão de quatro horas.

Então, solicito à Presidência que normatize os questionamentos, que eles sejam baseados no Regimento Interno e nada mais, senão nós vamos ficar aqui com as Sessões, sem nenhum proveito, porque não rende o serviço e nós ficamos aqui praticamente perdendo tempo.

Eu requeiro à Presidência que seja levado a sério e que seja cumprido o Regimento a partir da Sessão de hoje à noite, caso contrário, eu vou usar do meu direito para fazer reclamações tantas quantas vezes forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência defere o seu pedido e concorda.

Não há mais orador inscrito.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo, Everaldo Simões e Moacir Pires; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Elarmin Miranda, Zé Carlos do Pátio e Pedro Satélite; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shessarenko; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Carlos Brito (PSDB), Carlão Nascimento (PSDB), Roberto Nunes (PSDB), Eliene (PSB), Jair Mariano (PPS), Riva (PSDB) e Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (Sem Filiação Partidária), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PTB) e Wilson Teixeira Dentinho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Laura Yumi Miyakawa.
Conferida por Regina Céli Arruda.